

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom - Nº 1 junho /setembro de 2000

**Os novos proletários do mundo
e as armas da globalização.
O discurso da cidadania
e a independência de classe.**

Equador: Dossiê de uma revolução



Marxismo Vivo

Revista do Koorkom

(Comitê Coordenador pela Construção de um Partido Operário Internacional)

junho/setembro de 2000



Expediente

Marxismo Vivo é uma revista do Koorkom

publicada pelo *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*.

CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Endereço: Rua Loefgreen, 909

Vila Clementino – São Paulo-SP

Fone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN

Fotolito & Gráfica

Rua Dom Antônio de Alvarenga, 116

04129-030-São Paulo-SP

Fone 5061-4800

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editor

João Ricardo Soares

Diagramação

Mercedes Potyguar

Entre em contato com *Marxismo Vivo*

E.mail: marxismovivo@osite.com.br



Índice

APRESENTAÇÃO

ANO 2000

JOSÉ MARTINS

As armas da globalização 7

MARTÍN HERNÁNDEZ

Cuba em debate 15

RADOSLAV PAVLOVIC

A Sérvia enfrenta uma nova guerra? 27

CARLOS TAIBO

Intervencionismo humanitário:
uma reflexão crítica 33

LUTA DE CLASSES

DOSSIÊ EQUADOR

JONAS POTYGUAR

A revolução 39

A insurreição de 21 de janeiro 45

MARIÚCHA FONTANA E ANTONIO FERREIRA

Reportagem ao pé do vulcão 47

Mandato do Parlamento dos Povos do Equador
para a Salvação Nacional 54

ENTREVISTAS

Antonio Vargas, Presidente da Conaie 57

Paulo Iturralde, da Coordenação de Movimentos Sociais 59

Salvador Quishpe, da Ecuarunari 61

PONTOS DE VISTA

JOSÉ WELMOVICKI

O discurso da cidadania e a
independência de classe 66

POLÊMICA MÉXICO

A luta da UNAM em debate 78

FRANCISCO CRUZ RETAMA

A luta da UNAM 79

COMITÉ EXECUTIVO DO POS

O SI da LIT capitula à ultra-esquerda do CGH 80

JORNAL EL SOCIALISTA

Foi possível uma importante vitória parcial 84

ANGEL LUIS PARRAS

Quatro aspectos polêmicos de
uma luta heróica 85

EUCLIDES DE AGRELA

Entrevista com Rodolfo Hernández,
do Comité de Greve da UNAM 90

EM TEORIA

RICARDO ANTUNES

Os novos proletários do mundo
na virada do século 95

VIACHESLAV RODIN

Classe operária e proletariado: duas definições
na teoria marxista da história 104

Por que lançar a revista *Marxismo Vivo*? Depois das revoluções do Leste europeu se desatou um debate entre milhares de lutadores no mundo inteiro. No início era um debate restrito às organizações e os meios acadêmicos. Mas hoje esse debate penetra, profundamente, na revolução equatoriana, na insurreição de Cochabamba, nas greves sul-africanas, nas lutas dos estudantes indonésios, mexicanos...

O quê está em discussão? Absolutamente tudo, tanto no terreno teórico como no político. O caráter dos países do Leste. O papel de Cuba. O papel do imperialismo. A validade da revolução socialista, do partido, da luta de classes, da violência revolucionária...

Marxismo Vivo, continuando e aprofundando o trabalho iniciado pela *Revista do Koorkom* (Comitê Coordenador pela Construção de um Partido Operário Internacional), nasce para se colocar a serviço desse debate programático. Vale a pena esclarecer que as forças que integram o Koorkom participam do mesmo com uma posição determinada, que é a **defesa do marxismo**. Ocorre que o marxismo está sendo atacado por todos os lados, inclusive por um bom número de marxistas.

Como exemplo disso, nos últimos tempos é comum que muitos marxistas neguem a própria luta de classes, já que para eles a “cidadania” estaria por cima das próprias classes. Da mesma forma podemos ver, num passado recente, organizações que se autodenominam marxistas fazendo furiosos discursos contra o imperialismo, “exigindo”... que invada a Iugoslávia ou o Timor.

Parafraçando a peça de Pirandello, *Seis Personagens à Procura de um Autor*, podemos falar de *milhares de lutadores à procura de um programa*. Que programa buscam? Ainda que de forma inconsciente, buscam o programa da revolução. No entanto, lamentavelmente, não se chega da noite para o dia a esse programa. Entre outras razões, porque há uma batalha feroz, não só do imperialismo, como de setores que atuam junto com esses lutadores, para impedir que isso ocorra.

Para elaborar o programa é preciso muito estudo e pesquisa, mas isso não é suficiente. É preciso também uma dura polêmica.


Para cumprir essa tarefa (estudo, pesquisa e polêmica), o Koorkom não só lança esta revista, como abre suas páginas às organizações marxistas revolucionárias, aos lutadores contra o capital e aqueles intelectuais que não se conformam apenas em ensinar, mas buscam aprender com o marxismo e a luta de classes.




Ano 2000

 **JOSÉ MARTINS**


As armas da globalização

 **MARTÍN HERNÁNDEZ**

Cuba em debate

 **RADOSLAV PAVLOVIC**

A Sérvia enfrenta uma
nova guerra?

 **CARLOS TAIBO**

Intervencionismo humanitário:
uma reflexão crítica



AS ARMAS DA GLOBALIZAÇÃO

JOSÉ MARTINS

Economista, editor do boletim Análise Semanal da Conjuntura Econômica

Além de grande revolucionária, Rosa Luxemburgo conhecia os segredos da economia política como ninguém. As suas contribuições teóricas sobre a reprodução ampliada e as crises do capital, principalmente, são fundamentais para se entender o sentido que Marx dava para a questão dos mercados e da realização do capital. Nesta questão, ela é pioneira na abordagem do papel crucial do consumo improdutivo no desenvolvimento da acumulação e crises do capital. Assim, além das seções produtivas de meios de produção (seção I), dos meios de consumo assalariado (seção II a) e da seção improdutivo de bens de luxo (seção II b), todas já presentes nos esquemas de reprodução do chamado ‘livro 2’ de *O Capital*, de Marx, ela acrescenta, para facilidade analítica, a seção de “meios de destruição”, quer dizer, a produção de armamentos e o consumo deste tipo particular de mercadoria.

Rosa salienta alguns importantes temas que Marx tinha apenas esboçado em diversos manuscritos. Eram temas que ele previa desenvolver e publicar em outros estudos separados, dentro do seu plano de sistematizar, em seis rubricas, a obra que a pretendia dar o nome de “Economia” **1**.

Os elementos fundamentais para a elaboração deste “todo artístico” estão dispersos em seus inúmeros manuscritos não publicados em vida (como os *Manuscritos de 1844*; *A Ideologia Alemã*; *Materiais para a Economia*, também conhecidos como *Grundrisse - Fundamentos*), ou em textos publicados em vida (*Miséria da Filosofia*; *Manifesto do Partido Comunista*; *Salário, Preço e Lucro*; *Guerra Civil na França*; *O 18 Brumário*; centenas de artigos publicados em jornais e revistas e, finalmente, *Princípios de Uma Crítica da Economia Política* – onde se encontra o Plano da “Economia”, de que falamos acima. Daquele plano, ele só conseguiu sistematizar e publicar em vida (assim mesmo parcialmente) o livro 1. *O Capital*.

A crescente produção e consumo de mercadorias de luxo e de armamentos é muito importante para se entender o papel do Estado e do imperialismo na regulação das crises globais do capitalismo moderno. Dentro da perspectiva colocada por Rosa Luxemburgo, as despesas improdutivas criadas no regime capitalista para o consumo de bens de luxo e de armamentos não se destinam à uma imprecisa demanda de mercadorias em geral, quer dizer, de simples valores de uso, de “excedentes econômicos” ou de um “produto” qualquer, como aparece nas versões malthusianas modernas de “demanda efetiva” e outras firulas da teoria macroeconômica do pós-guerra, sistematizadas pelos vulgares expedientes de Keynes e avidamente consumidas pelos regulacionistas em geral.

Para Rosa, ao contrário, essas despesas improdutivas – centralizadas e organizadas através dos impostos, na administração monetária dos Bancos Centrais (taxa de juros) e em outras formas de regulação estatal – destinam-se à realização de uma parte importante da mais-valia produzida socialmente e cujo destino

1 Livro 1. O Capital; livro 2. A Propriedade Fundiária; livro 3. O Trabalho Assalariado; livro 4. O Estado; livro 5. O Comércio Exterior; 6. O Mercado Mundial.

deveria ser a reprodução ampliada de capital, na forma de uma massa crescente de valor e de mais-valia, e não de “coisas úteis”, de “ativos financeiros”, de “formas de riqueza” e outras jóias da economia vulgar.

Se em Malthus – representante em seu tempo da reação da antiga propriedade fundiária e, neste final de século XX, patrono moderno das classes médias consumidoras de bens de luxo e dos economistas de Estado – encontramos a paixão pelo consumo, em David Ricardo, o maior dos economistas, encontramos a paixão pela acumulação. Para Ricardo, a totalidade, ou pelo menos a maior parte da massa de mais valia produzida, transformada em uma massa de lucro, deveria se reverter em novos capitais, voltar na forma de novos investimentos em meios de produção (máquinas, estruturas, matérias primas, insumos, etc) e salários (alimentos para a reprodução dos trabalhadores). Haveria assim uma taxa de acumulação – quer dizer, aquela parte da mais valia social que se reconverte em meios de produção e salários – de praticamente 100%. Haveria, conseqüentemente, o máximo do desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade, e da produção de riquezas. Só assim, ainda no correto entendimento de Ricardo, esse revolucionário modo de produção poderia se afirmar e se justificar historicamente.

Mas essa paixão ricardiana pela acumulação – expressão abstrata do mais puro liberalismo econômico, do ser capital em sua mais profunda clareza – encontra seus limites na própria lei do valor, no próprio envelope capitalista que comanda a moderna acumulação de riquezas e de propriedades privadas: quanto mais elevada a taxa de acumulação, quer dizer, quanto mais exuberante e ampliada a reprodução do capital, como desejava Ricardo, tão mais rapidamente se reduz os preços e a taxa geral de lucro, e tão mais pesadamente reaparecem as crises características da acumulação desenfreada de capital. O problema da realização do capital, portanto, não é um problema formal de oferta e demanda da massa de valor e de mais valia produzida, mas de limites internos do próprio capital continuar se valorizando indefinidamente.

Abrem-se, então, as portas para os expedientes estatais de encurtamento do mercado, do pro-

cesso de valorização e de regras práticas para a regulação das crises do capital. Trata-se, então, de refrear a taxa de acumulação, prolongar ao máximo os ciclos de expansão e amortecer os seus inevitáveis choques periódicos. Trata-se de se inventar fórmulas de organização política, burocráticas, externas ao próprio processo de valorização, que possam socorrer e manter o regime capitalista e seu Estado funcionando. Essas tentativas de regulação sempre passam, necessariamente, por uma redução drástica da taxa de acumulação global do capital. A paixão pelo consumo se sobrepõe, na economia política, à paixão pela acumulação.

Como bem coloca Rosa Luxemburgo, o problema dos mercados não podem ser tratados apenas com a discussão dos esquemas de circulação (e de reprodução) do capital, que estão magistralmente descritos por Marx no chamado “livro 2” de *O Capital*. Ela insiste, na sua heróica disputa com os economistas da 2ª Internacional, comandados por Kautsky, Bernstein e Cia, que esses problemas da circulação do capital, que são melhor sistematizados no “livro 2”, só poderiam ser esclarecidos com os desenvolvimentos de Marx, no chamado “livro 3”, onde são suficientemente tratados os temas da formação dos preços de produção, da taxa de lucro, da tendência à queda desta taxa de lucro e, finalmente, das causas gerais e das formas concretas das crises econômicas capitalistas. A economia política capitalista, depois de Keynes, e tal como é ensinada nas faculdades de economia de todo o mundo, adota também aquele viciado método de se separar rigidamente as esferas da produção e da circulação; a primeira é mistificada pela teoria neoclássica (microeconomia), a segunda pela teoria keynesiana (macroeconomia).

Tanto para Marx, quanto para Rosa, o problema dos mercados, da reprodução e realização do capital não é, portanto de uma “insuficiência de demanda” estrutural, congênita ao modo de produção capitalista, como afirmavam Malthus, os economistas do começo deste século e como continuam afirmando seus modernos epígonos da “crise permanente”, da impossibilidade deste modo de produção caminhar com suas próprias pernas, se afirmar como um modo de produção estável, com suas próprias

leis internas de funcionamento e... de crises.

O problema da demanda pela mais valia assume então o seu verdadeiro lugar. E, na teoria e na prática capitalista, se resume a um problema do Estado, um problema político, a uma corrida para se descobrir alguma forma de consumo improdutivo que tenha o poder de esterilizar partes maiores da mais valia produzida. Não se trata, portanto, de preencher uma hipotética “insuficiência de demanda”, um sub-consumismo congênito, desproporções ou desequilíbrios da reprodução do capital que uma boa regulação burocrática possa resolver. O verdadeiro problema é que o regime capitalista tem que desenvolver a produção de algum tipo de valor de uso cujo consumo impeça o seu retorno para a esfera produtiva, cujo consumo faça com que ele desapareça na própria circulação do capital. Esses antibióticos contra a superprodução são justamente aqueles valores de uso que não podem ser utilizados nem como meios de produção, nem como meios de reprodução da força de trabalho. As modernas formas de consumo improdutivo, sejam aquelas individuais (de bens de luxo) sejam aquelas estatais (de armamentos) mostraram-se, historicamente, as mais adequadas para cumprir esse papel. E assim se revela, também, a gênese do Estado especificamente capitalista e da forma característica da acumulação capitalista no mercado mundial, quer dizer, do imperialismo.

Mas a escolha entre manteiga ou canhões não é nada simples. Se um elevado grau de liberdade e de acumulação de capital leva às crises mais devastadoras para o sistema, uma dose exagerada ou períodos muito prolongados de regulação e de esterilização de meios de produção pode levar àquilo que Ricardo chamava melancolicamente e de forma pessimista, nos seus últimos escritos, de “Estado estacionário”. Um abafamento muito prolongado do fogo da acumulação, da sua taxa de acumulação, pode levar a sociedade capitalista a uma crise de estagnação e inanição muito mais perigosa para as classes dominantes do que aquela que o regulacionismo estatal promete evitar.

Esse pêndulo do capital comanda as oscilações de períodos mais ou menos prolongados dos desdobramentos concretos do mercado mundial e do Estado capitalista, quer dizer, do espaço social e das condições políticas em que a lei do valor se manifesta em toda sua plenitude. Duas almas habitando em um único corpo. A alma da demanda burocrática e parasitária, em um canto, a do livre mercado e da acumulação desenfreada, no outro.

Nos últimos vinte anos aconteceram importantes mudanças materiais que ilustram esse movimento pendular, onde se misturam doses maiores ou menores de liberalismo ou de controle estatal da acumulação. Doses cada vez mais difíceis de serem calibradas, diga-se de passagem. As mudanças recentes da ordem imperialista e as perspectivas da atual crise econômica, por exemplo, podem ser melhor esclarecidas com as profundas alterações ocorridas nos últimos dez ou doze anos na produção e no consumo mundial de armamentos. Vale a pena investigar alguns desses elementos que mexeram nos pratos do poder e dominação na ordem capitalista mundial.

Na ordem geopolítica internacional, muitas coisas podem ser previstas com uma certa facilidade. Trata-se, geralmente, daquelas coisas de menor importância. As mais importantes, entretanto, aquelas que mudam em profundidade a sua estrutura de funcionamento, são quase impossíveis de serem previstas.

Vejam, por exemplo, o que ocorreu com a Rússia em menos de dez anos, na virada dos anos 80 para os anos 90. Quem, em 1986 – no próprio momento em que aquela economia, sempre grosseiramente regulada com uma absurda produção de armamentos, já dava mostras de enormes rachaduras – poderia prever a magnitude da sua derrocada nos dez anos seguintes? Ninguém. Nem mesmo os estrategistas e os órgãos de inteligência dos Estados Unidos, justamente quem se beneficiou com quase total exclusividade da derrocada russa.

Outra coisa muito difícil de saber é se as transformações geopolíticas recentes, que acabaram se concretizando com muita rapidez nos anos 80 e 90, foram o motor das últimas transformações econômicas mundiais, ou o contrário, as transformações econômicas é que precipitaram as coisas. Podemos correr o risco e ficar com a segunda afirmação. Um grande estrategista militar, que fascinava Hegel e que inspirou outros gênios como Tolstoi, já dizia, no início do século passado, que nenhum regime pode permanecer por muito tempo sentado apenas nas pontas das baionetas.

O grande mérito do historiador Paul Kennedy, em seu livro *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, terminado de escrever por volta de 1985, foi o de ter atualizado com muita precisão a tese daquele famoso estrategista do começo do século passado, fazendo uma precisa relação entre potência militar e economia nacional. Kennedy não deixa nenhuma dúvida, como não havia para Napoleão, de que o peso da última é que sempre acaba determinando as grandes transformações geopolíticas e dos regimes. Regimes, diga-se de passagem, solidamente instalados (pelo menos aparentemente) sobre suas gigantescas produções de armas e as correspondentes despesas estatais com as guerras regulando a dinâmica do mercado e do capital nacional.

Os números são impressionantes. Os dados mais recentes da US Arms Control and Disarmament Agency (ACDA), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, mostram que, em 1986, a Rússia exportava, anualmente, em torno

de 30 bilhões de dólares em armamentos (em valores constantes de 1996), o que correspondia a 22% das suas exportações totais. Em 1991, já exportava apenas 7 bilhões, correspondente a 9% das suas exportações. Em 1996, finalmente, apenas dez anos depois, exportou míseros 3 bilhões de dólares, correspondentes a 3,7% das suas exportações. Quer dizer, em 1996, suas exportações de armamentos tinham caído para um décimo de dez anos atrás! Em 1986, a Rússia ainda era a maior exportadora de armamentos. Participava com 46,5% do comércio global; em 1996, essa participação tinha caído para 8%!

Essa derrocada representa profundas mudanças nas participações das demais regiões e países no comércio mundial de armas. Os Estados Unidos foram os mais beneficiados com esta nova ordem comercial. Se em 1986, eles participavam com apenas 26% das exportações mundiais, em 1996 já estavam participando com 55%. Praticamente, os EUA ocuparam o vazio deixado pela Rússia; os demais grandes exportadores mundiais, em sua quase totalidade baseados na Europa ocidental, passaram de uma participação de 21% para 29%. Em 1996, os dez maiores exportadores de armas eram os seguintes, com suas respectivas participações no mercado global de armamentos: EUA 55%; Inglaterra 14%; Rússia 8%; França 8%; Suécia 3%; Alemanha 2%; Israel 2%; China 1%; Canadá 1%; Holanda 1%.

Em termos de áreas geopolíticas, em 1986 a área européia como um todo (incluindo a Rússia) concentrava quase 68% das exportações globais de armas; dez anos depois, caiu para 38%. E os EUA, que em 1986 exportavam menos da metade da Europa, agora praticamente inverteram a posição. Em 1996, EUA e Europa ocidental contabilizavam 85% das exportações mundiais de armas; a Europa oriental supria 9% adicionais. Outras áreas, como leste da Ásia (China e Japão), Oriente Médio (Israel) e Oceania (Austrália), respondiam pelo resíduo restante de 6% do mercado.

Outros dados importantes: as exportações de armamentos dos EUA se elevaram principal-

mente a partir de 1990, com as exportações adicionais se direcionando principalmente para os países desenvolvidos, que fazem parte da OTAN, e outros “aliados especiais”, como Japão, Austrália, Coréia do Sul e Israel. Aproximadamente 75% das importações de armas das economias desenvolvidas são feitas nos EUA. São os armamentos maiores e mais sofisticados. As exportações dos países da Europa ocidental são dirigidas em sua maioria (76% do total) para países e regiões subdesenvolvidas. São armamentos menos potentes e menos sofisticados.

A nova ordem geopolítica representou duas coisas muito importantes para a evolução econômica mundial nos anos 90. Primeiro, uma grande diminuição da demanda global e das despesas militares em geral das diversas economias nacionais. Segundo, simultaneamente àquela diminuição absoluta do consumo de armas, um substancial aumento da posição relativa dos EUA neste mercado. Dados do Stockolm Internacional Peace Research Institut (SIPRI), da Suécia, mostram uma queda rápida das despesas militares mundiais, a partir de 1987, um declínio de 4,5% ao ano entre 89 e 97, representando um corte de aproximadamente um terço do total.

As despesas militares globais totalizaram 740 bilhões de dólares em 1997, com os EUA tornando-se o maior exportador e Taiwan suplantando a Arábia Saudita como o maior comprador. As despesas militares da Rússia em 1997 foram de US\$24 bilhões, comparadas com US\$273 bilhões dos EUA. Naquele mesmo ano, os gastos da NATO totalizaram US\$451 bilhões. As despesas declinaram significativamente na Europa oriental, África e América Latina. As exceções deste padrão de redução global foram o Norte da África, Oriente Médio e Sul e Leste da Ásia. O SIPRI informa que não existem dados precisos para a China, pois os números fornecidos por Pequim são subestimados.

Vejam também as interessantes relações mostradas no estudo de Carl Conetta e Charles Knight *Post-Cold War US Expenditure in the Context of World Spending Trends*². Entre 1986 e 1994, enquanto as despesas militares mundiais caíram 35,2%, as dos EUA caíram bem menos (21%) e as da NATO menos ainda (16%). No mesmo período, naqueles países que os EUA consideram como “Estados potencialmente inimigos” – Rússia, Bielorrússia, China, Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coréia do Norte, Síria e Vietnã – as despesas militares caíram 69%.

Os EUA gastavam 28,2% do total mundial, em 1986, e 34,3% em 1994; enquanto isso, os “Estados potencialmente inimigos” gastavam 42,4% em 86 e apenas 19,9% em 94. Assim, os autores do estudo concluem que, “a despeito da redução real de 21% dos gastos dos Estados Unidos no período 1986-1994, as mudanças nos gastos dos “Estados potencialmente inimigos” produziram uma mudança na posição relativa dos EUA equivalente a 157% de aumento nos gastos que existiam em 1986.

Quer dizer, em termos relativos, os EUA continuaram gastando em despesas militares muito mais do que durante a Guerra Fria. Isso indica o acelerado aumento do poder geopolítico americano no período recente. Mas em termos absolutos esses gastos caíram bastante. Verifica-se – com dados

² e ³ Project on Defense Alternatives Commonwealth Institut, Londres, janeiro 1997

fornecidos pela OTAN *Dépenses de défense des pays de l' OTAN* – que no período 1980/84, os EUA gastavam com despesas militares, anualmente, 5,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB); no período 85/ 89, gastavam 6,3%; entre 90/94, gastaram 4,9%; em 96 os gastos foram de 3,7% e em 97 de 3,6%.

Essa grande diminuição absoluta dos gastos militares dos EUA é muito importante para a recuperação do seu abalado poder econômico frente às principais economias. Essa diminuição pode ser explicada por várias razões. Uma delas foi a mudança do relacionamento dos EUA com seus aliados em todo o mundo. Este fato pode ser ilustrado pela atual corrida armamentista na Ásia, em grande parte patrocinada pelos EUA, mas cada vez menos através de assistência financeira.

Em 1986, segundo o estudo de Conetta e Knight acima citado, China, Coréia do Norte e Vietnã, juntos, gastaram o equivalente a US\$62 bilhões em defesa; em 1994, gastaram US\$58,7 bilhões. Em 1986, o grupo “pró- ocidental” (Austrália, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Coréia do Sul, Taiwan e Tailândia) gastou US\$67,5 bilhões. Em 1994, esse mesmo grupo gastou US\$89,5 bilhões. Assim, o grupo “pró- ocidental”, que gastou em defesa 8,5% mais do que os “Estados potencialmente inimigos” daquela área, em 1986, em 1994 gastou 52% mais que aqueles Estados.

O mesmo ocorreu no Oriente Médio, outra área de importantes conflitos militares. Na OTAN também: em 1985, as despesas militares dos EUA correspondiam a 72% dos gastos totais daquela organização; em 1997, essa relação tinha caído para 59%. Isso tem sido muito importante para aliviar o suporte americano, em termos de recursos financeiros próprios, para manter sua dominação militar e econômica em todo o mundo. Seus aliados arcam cada vez mais com seus próprios recursos para comprar armamentos produzidos nos EUA. Diferentemente da época da Guerra Fria, agora são os consumidores das armas americanas que começam a

pagar a maior parte da conta. Com essas mudanças, os EUA aumentam as suas vendas externas de armas e, ao mesmo tempo, aliviam seus gastos domésticos (no orçamento fiscal). Verifica-se, então uma coisa muito importante para os diferentes ritmos de acumulação e crescimento das principais economias, nos anos 90: os EUA deslocaram para o resto do mundo (principalmente para os países da Nato e Japão) uma significativa parcela das suas despesas improdutivas com armamentos. Ao mesmo tempo, aumentaram sua parte no mercado e, como veremos a seguir, tornaram-se, de longe, o maior produtor dos mais potentes e mais atualizados armamentos.

Outra razão importante para a diminuição dos gastos militares dos EUA foram as transformações ocorridas na estrutura de produção do setor, a nível global. Essas transformações são assim descritas no *SIPRI Yearbook 1999* (capítulo 10. Arms production): “A produção de artefatos bélicos é uma atividade extremamente concentrada, tanto em países quanto em empresas. Estima-se que, em 1996, os 10 maiores países produtores de armamentos do mundo contabilizam mais de 90% da produção mundial de armamentos (excluindo a China). Os Estados Unidos contam com mais da metade do total mundial, enquanto os dois países seguintes em tamanho, França e Inglaterra, contam com 10%

cada e os três seguintes – Alemanha, Japão e Rússia – próximos de 4% cada. De modo similar, as maiores empresas produzem uma parte crescente dos armamentos mundiais. As vendas de armas das 100 maiores empresas produtoras de armas na OCDE e nas economias subdesenvolvidas (excluindo a China), no montante de US\$156 bilhões em 1997, representam mais do que três quartos da produção mundial de armas. As mudanças na indústria global de armas, que ocorreram desde 1996, contribuíram para uma crescente concentração. Desde o começo dos anos 90, a produção de armas tem sido caracterizada pelo *downsizing* – “enxugamento”, pela concentração crescente (particularmente nos EUA no período 1993-98) e pela internacionalização (a principal fase no

começo dos anos 90 e ímpeto renovado na Europa nos anos recentes).”

Essa enorme concentração e internacionalização foi simultânea a uma “privatização” das empresas produtoras de armamentos. A rapidez das mudanças de forma e de crescimento dessas empresas só poderiam ter acontecido na esteira das mudanças geopolíticas que verificamos antes. O mais importante é que aquelas mudanças foram marcadas pelo rápido esgotamento dos mecanismos estatais de regulação das economias e grandes setores produtivos. A rápida diminuição da demanda de armamentos – anteriormente financiada e inflacionada pelos gastos dos governos, em todo o mundo – criou um ambiente de livre mercado e de concorrência em que só as empresas líderes (e privadas) puderam sobreviver.

As empresas americanas, em primeiro lugar, seguidas de perto pelas da Europa ocidental, praticamente monopolizaram este novo cenário. De acordo com dados do SIPRI, das 100 maiores empresas produtoras de armamentos do mundo, 41 são americanas. Em 1997 faturaram US\$87 bilhões com a produção de armamentos, o correspondente a 56% das vendas mundiais daquele ano. Outras 37 grandes produtoras de armas (37,8% das vendas mundiais) localizam-se na Europa ocidental, 8 no Japão (4,3% das vendas), 6 em Israel, 3 na Índia, 2 na Austrália, etc.

Nos EUA, em particular, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento financiadas pelo governo caíram de 1,07% do PIB, em 1990, para 0,79% em 1997, enquanto os mesmos investimentos financiados pelas empresas privadas subiram no mesmo período de 1,57% para 1,80% do PIB. As empresas americanas foram as que melhor se adaptaram, no primeiro momento, a este novo mercado menos regulado pelas despesas dos governos.

A reestruturação da produção mundial de armamentos resultou em empresas produtoras ainda mais gigantescas do que as que existiam na época da guerra fria. A maior delas, a americana Lockheed Martin, conseguiu vender US\$ 18,5 bilhões em armas, em 1997, para um faturamento total da empresa de US\$28 bilhões. É mais do que a soma dos orçamentos de defesa de dez economias médias. É difícil descobrir o que é produção de armamento ou produção civil em empresas como a Lockheed, GE, GM, IBM, Monsanto, quer dizer, nas maiores empresas americanas.

A Boeing, por exemplo, é a maior produtora mundial de grandes aviões civis, mas também uma das maiores na produção de aviões supersônicos de combate (F-15, etc). Segundo relato da Bloomberg News, em 14/10/99, o lucro da Boeing aumentou 79% no terceiro trimestre deste ano, quando a empresa demitiu trabalhadores e colocou mais aviões no mercado. As remessas de jatos para o mercado aumentaram 15%, no trimestre, mesmo com 32 mil trabalhadores a menos que há um ano atrás. Neste ano, a Boeing prevê uma margem de lucro operacional de 5% a 5,5%. Para o ano são esperadas vendas de quase US\$50 bilhões de dólares, mas não se sabe qual a proporção das vendas de armamentos neste faturamento.

Para concorrer com as americanas Lockheed Martin e a Boeing, foi anunciada no dia 14/10/99 a fusão da alemã Daimler-Crysler e a francesa Aeroespaciale Matra. A nova gigante aeroespacial européia pretende fabricar aviões civis e



militares, satélites, mísseis, lançadores de foguetes, etc, e faturar anualmente US\$22,6 bilhões.

No regime capitalista, não se produz nenhum valor de uso que não tenha alguma utilidade para o mercado, quer dizer, que seja efetivamente consumido. E quanto mais rapidamente for encontrado esse ponto de consumo, maior o lucro de quem precisa vendê-lo. Quem e onde vai consumir essa pletora de meios de destruição? Com a internacionalização da produção a pleno vapor, ou melhor, na velocidade supersônica, também na União Européia e alhures, em poucos anos a nova ordem geopolítica dos anos 90 já estará bem envelhecida, e sofrerá novas e profundas transformações. Mas essas coisas são quase impossíveis de se prever, como já dissemos no início.


Na medida em que os gastos militares dos EUA diminuíram no decorrer dos anos 90, a sua produção industrial cresceu como nunca.

Não apenas a sua produção de armamentos, mas principalmente a produção civil. Os dados mais recentes do Departamento do Comércio dos EUA **3**, mostram que as “despesas de consumo com defesa nacional” daquela economia alcançam atualmente US\$304 bilhões, o correspondente a 16% das receitas fiscais do governo (1,9 trilhão de dólares). Esses gastos, como vimos, eram bem maiores até 1987. Até então, cresciam a uma taxa de 5% ao ano; nos últimos dez anos caiu para uma taxa de crescimento de 2% ao ano. Atualmente, os gastos absolutos correspondem a 70% de 1997. Verifica-se assim que, na medida em que os gastos militares do governo americano se desaceleraram, os gastos privados daquela economia com máquinas, equipamentos e salários aumentam. No período 1983/89, quando os “gastos com a defesa” ainda eram muito elevados, os investimentos em máquinas e equipamentos crescem a uma taxa de 6% ao ano. No período 1993/99, quando os gastos militares do governo diminuíram aceleradamente, os gastos com máquinas dobrou, para 12% ao ano. Em resumo, quando os gastos improdutivos diminuíram, a taxa de acumulação daquela economia bateu recordes do período pós-guerra.

A expansão da economia americana nos anos

90 se deve em grande parte a essa reversão de gastos (de improdutivos para produtivos de mais-valia). Grande parte da demanda global se deslocou do Estado (demanda improdutiva) para o consumo individual e de capital constante (máquinas, instalações e matérias primas). Ao contrário do que se imagina, a expansão da economia americana se deve principalmente ao aumento do consumo de máquinas e equipamentos e não ao consumo individual, de bens de consumo. Este último permanece exatamente nos mesmos níveis de crescimento dos anos 80 (em torno de 8% ao ano), enquanto a taxa de consumo de máquinas dobrou. Essa é a chave para se entender a reafirmação da liderança daquela economia, que até o final dos anos 80 parecia ameaçada pelo Japão e Europa ocidental.

Com todas essas mudanças recentes, os mercados puderam se expandir com muito mais liberdade, com base predominantemente econômica, menos política. A produção de mais valia pôde se realizar muito mais no próprio funcionamento do mercado. A economia que melhor se adaptou a esses novos tempos da desregulação estatal foi a dos EUA. Nesse meio tempo, a produção mundial de armamentos também se concentrou nas empresas privadas americanas, enquanto as despesas improdutivas do governo com aquelas mercadorias diminuíram de modo significativo. Nessa virada do pêndulo do capital, em que o livre mercado novamente se sobrepõe à regulação estatal, a alma ricardiana se remete inesperadamente sobre a alma malthusiana. A paixão pela acumulação ressurgiu com força e duela com a paixão pelo consumo.

Essas novas relações entre produção de armamentos e acumulação do capital, ocorridas nos anos 90, anunciam que a época das grandes crises econômicas está de volta. O corpo capitalista mundial ficou mais livre para acumular, mas também mais exposto para sofrer crises mais pesadas. A diminuição de um fator anticíclico tão importante como as despesas militares, principalmente quando acontece na economia de ponta do sistema, logo mostrará suas conseqüências. De maneira mais clara do que tem mostrado até recentemente, em que a crise global pode se circunscrever apenas nas áreas dominadas e, de maneira ainda bastante tênue, no Japão e União Européia 

CUBA EM DEBATE

MARTÍN HERNÁNDEZ

Membro do Comitê Executivo da LIT-QI

Era uma vez um país que era quase uma colônia dos EUA e, como não podia ser de outra forma, seu povo era extremamente pobre. No entanto, em poucos anos, essa situação mudou. A taxa de analfabetismo passou de 24% para 4%. O índice de desemprego, de 20% para 4%. A taxa de mortalidade infantil caiu de 60 por mil para 11,1. A relação habitante/médico passou de 1.076 para 303. Os avanços foram tantos que “...em meados dos anos oitenta havia se eliminado a pobreza e a indigência, tanto nas zonas urbanas como rurais. Nessa época coexistiam um crescimento econômico razoável, um incremento da taxa de emprego e dos salários...” ¹

Milagre? Não. Essas conquistas foram feitas porque esse país, chamado Cuba, por meio de uma revolução, tornou-se independente do imperialismo e expropriou o capitalismo. Pois bem, hoje em dia, esse país, “essa Cuba”, já não existe mais.

É um fato que poucos discutem que nos países onde antes se havia expropriado a burguesia (Rússia, Hungria, China, Polônia, Cuba etc) nos últimos anos ocorreram importantes transformações. O que sim se discute é o caráter das mesmas e é aí onde se manifestam enormes diferenças no interior das correntes e da intelectualidade marxista.

Entre as várias questões que se discutem há uma que gera enormes polêmicas e que se destaca por ser, em geral, o ponto de partida de todas as outras. Nos referimos ao caráter de classe desses países.

Não é novidade que os marxistas dão tanta importância à questão do Estado. De fato, o marxismo, desde seu nascimento, com a crítica de Marx e Engels à concepção de Estado de Hegel, incluiu esta questão entre suas preocupações centrais. Nesse marco, a partir do triunfo da revolução socialista na ex-URSS em 1917, e mais claramente a partir da degeneração desse Estado, essa questão vem sendo debatida permanentemente.

A realidade hoje não é diferente, e assim como durante décadas os marxistas revolucionários discutiram, muitas vezes duramente, sobre se a URSS continuava sendo ou não um Estado operário (discussão que, a rigor, nunca terminou), surge outro grande debate, ou seja, se a Rússia e os outros Estados já são ou não capitalistas.

Em relação à Rússia e o conjunto do Leste europeu, esta discussão está sendo superada pela realidade dos fatos. Frente a tantas evidências, já são

¹ CEPAL, *La Economía Cubana. Reformas Estructurales y Desempeño en los Noventa*, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 36-37.

poucos os que reivindicam o caráter “operário”, “socialista” ou “não-capitalista” desses Estados. No entanto, o mesmo não ocorre com China, Cuba e Vietnã. Há quem considere que nesses países o capitalismo também foi restaurado (ou está muito perto disso) e há muitos outros, ao que parece a maioria, que acham que esses Estados são “revolucionários” e seriam algo assim como os últimos “bastiões do socialismo.”

Esta idéia de “Estado revolucionário” é aplicada com muita freqüência no caso de Cuba. Por exemplo, recentemente (em janeiro deste ano) realizou-se uma importante conferência na Austrália, organizada por um partido marxista, o DSP, da qual participaram organizações de 15 países e a mesma foi aberta por uma convidada especial: a consulesa de Cuba na Austrália.

O longo caminho rumo à restauração

Os que defendem o papel “revolucionário” do atual Estado cubano utilizam como um de seus argumentos os discursos de Fidel. É que o velho dirigente cubano não se cansa de falar em socialismo. No entanto, isso prova muito pouco.

Para saber o que ocorre no Estado cubano (ou em qualquer outro Estado) não basta ouvir os discursos de seus dirigentes. É necessário estudar as mudanças que ocorreram na economia, nas instituições, na legislação e, qualquer um que faça um estudo desse tipo sobre Cuba com um mínimo de seriedade, vai descobrir que nesse Estado, assim como na Rússia, o capitalismo foi restaurado e, mais ainda, vai descobrir que esse Estado está em vias de transformar-se em uma semi-colônia, ou mesmo uma colônia, do imperialismo. Por outro lado, em relação aos discursos de Fidel, é bom recordar que falar de socialismo, para avançar em direção ao capitalismo foi a tática privilegiada de todas as direções restauracionistas. Por exemplo, Gorbachov, quando estava concretizando a restauração na ex-URSS com sua famosa Perestroika, dizia: “..nosso objetivo é fortalecer o socialismo e não substituí-lo por um sistema diferente. O que o Ocidente nos oferece, em termos de economia, é inaceitável para nós...”²

Crise econômica estrutural

A restauração capitalista em Cuba tem as mesmas causas que a do restante dos ex-Estados operários. Por um lado, o fracasso da utopia reacionária de construir o “socialismo num só país” e, como consequência disso, a crise econômica. Por outro, uma condução que só vê uma alternativa para sair da crise: apelar para o capitalismo.

Em relação à crise econômica cubana, se algo a diferencia dos outros Estados, é que esta tem bases mais estruturais, e isso é o que explica não só o acelerado processo de restauração do capitalismo, como também o fato de que Cuba esteja na vanguarda em relação à entrega do país ao imperialismo (neste caso, o europeu).

A crise estrutural da economia tem a ver com o fato de que ela está baseada no monocultivo. A economia cubana gira em torno ao cultivo do açúcar, e isso a torna extremamente vulnerável. Esta realidade, que já é muito anterior à vitória da revolução, não foi superada por esta e muito menos pela ajuda da URSS.

Concessões de longa data

Existe a falsa idéia de que em Cuba, ao contrário da China e da Rússia, só agora estejam se iniciando as reformas pró-capitalistas. Na verdade, elas vêm de muito tempo.

A partir de 1977, Cuba faz várias concessões ao capitalismo. No campo, entre 1977 e 1983, o número de cooperativas aumentou de 44 para 1.472, e a área de terra cultivada por elas passou de 6.000 para 938.000 hectares, enquanto o número de agricultores cooperativados aumentou de algumas centenas para 82.611.³

Mas, sem dúvida, a maior concessão pró-capitalista foi a introdução, em 1980, dos mercados livres camponeses, onde os pequenos agricultores, depois de cumprirem com o imposto do Estado, podiam vender seus excedentes agrícolas a preços fixados livremente pela oferta e a procura.

Por outro lado, nas cidades, em 1981, o go-

verno legalizou e fomentou, em determinados setores, o trabalho autônomo. Desta forma, se legalizou a atividade particular de cabeleireiros, alfaiates, jardineiros, taxistas, fotógrafos, eletricitas, carpinteiros, mecânicos etc, e também de profissionais liberais, como arquitetos, engenheiros, médicos e dentistas.

Também no início da década de 80, o Estado liberalizou as antigas restrições à construção de casas particulares, o que fez com que, entre 1980 e 1985, dois terços das moradias construídas fossem privadas.

Nesses anos, em relação as empresas estatais e ao conjunto do plano econômico, também foram feitas algumas mudanças de certa importância. As empresas do Estado foram descentralizadas e subdivididas em unidades menores (passaram de 300 a 3.000 estatais); muitas das decisões do centro foram transferidas aos gerentes; novos impostos passaram a ser cobrados das empresas estatais e suas subvenções foram reduzidas.

Nesses anos foram esquecidas às promessas feitas no final dos anos 60 de que seriam abolidos os pagamentos de aluguel; foram fixadas tarifas para serviços públicos que anteriormente eram gratuitos, como os telefones públicos e as creches; subiram os preços de muitos artigos, como cigarros, cerveja, rum, eletricidade, água, refeições nas cantinas operárias, transporte de longa distância e restaurantes.

No entanto, este conjunto de medidas, que eram concessões ao capitalismo, não abriram um curso desenfreado em direção à restauração. Ocorre que nesses anos, o governo fazia concessões ao capitalismo, mas dentro de certos limites. Por exemplo, os camponeses, que foram autorizados a vender seus produtos nos mercados livres, só podiam fazê-lo nas zonas onde residiam, e, ao mesmo tempo, os intermediários eram perseguidos.

Em 1982, a polícia prendeu vários vendedores dos mercados livres e confiscou seus produtos. Castro, pessoalmente, cuidou do caso, acusando os agricultores de cobrar preços muito altos e ameaçando-os com pesados impostos. Também o próprio Fidel Castro, nesse mesmo ano, lançou um forte ataque contra os trabalhadores autônomos, que estavam enriquecendo.

Estas restrições que o governo impunha ao desenvolvimento da atividade privada deram um salto qualitativo em 1986, com o lançamento daquele que foi denominado PR (Processo de Retificação).

Um dos objetivos da direção castrista com o PR foi limitar a propriedade privada e o mercado. Para isso, aboliu os mercados livres camponeses, as pequenas fábricas privadas, reduziu o número de trabalhadores autônomos e restringiu a construção, venda e aluguel de moradias particulares.

Estas medidas fizeram com que, em 1988, o setor agrícola não privado ocupasse 92% de toda a terra cultivável, e que entre 1985 e 1989 a proporção de autônomos caísse de 1,2% do total da força de trabalho para 0,7%

Estudando esta etapa da política e da economia cubana (o Processo de Retificação), os diversos analistas afirmam que Cuba tentava marchar na contramão do processo que se dava na ex-URSS com Gorbachov. Isto é, por exemplo, o que diz Carmelo Mesa Lago: *Em 1986 Castro lança o PR, que*

2 M. Gorbachov, *Perestroika, Nuevas Ideas para Mi País y el Mundo*, Ed. Best Seller, São Paulo, p.17.

3 Carmelo Mesa Lago, *Breve Historia Económica de Cuba Socialista*, Alianza Editorial, Madrid, 1994, pp. 84-85.

colocou Cuba contra a tendência para a reforma orientada ao mercado surgida no campo socialista. 4

Aparentemente, pelos dados que mencionamos, esses analistas estavam certos. Mas não é assim. Eles cometem um erro grosseiro de não levar em conta que nesse período, ao mesmo tempo que o governo limitava a propriedade privada para os cubanos, mantinha sem qualquer alteração o Decreto-Lei 50, de 1982, que fomentava as inversões de capitais estrangeiros em condições sumamente favoráveis para estes. Não se trata de um detalhe de menor importância já que é com base nesse decreto que vários anos depois (em 1995) se elaboraria a Lei de Inversões Estrangeiras, que é a base legal para o atual processo de restauração.

Castro, em 1986, não tentava remar contra a corrente. O que estava fazendo era ir assentando as bases daquela que seria a atual política restauracionista: caminhar para a restauração sobre a base de abrir o país ao capital estrangeiro, buscando uma associação entre este e o Estado, o que possibilitaria o surgimento de uma nova burguesia a partir da burocracia estatal.

Desta forma, o Processo de Retificação foi uma tentativa desesperada de retomar o controle da economia em crise (restringindo, para isso, o surgimento de uma burguesia nacional independente do Estado) para, *a posteriori*, colocar o país à venda diante do capital estrangeiro. Se não fosse assim, não se poderia entender não só porque se manteve o Decreto-Lei 50, como o que ocorreu depois.

O fracasso do Processo de Retificação

O Processo de Retificação, do ponto de vista dos resultados econômicos, acabou em um fracasso. A partir de 1990, a crise econômica teve a ver fundamentalmente com as consequências do fim da URSS, mas na verdade os maus resultados econômicos já se manifestavam com muita clareza desde 1986. A produção média anual de açúcar entre 1986-90 foi de 7.582.000 toneladas, 195.000 toneladas a menos que em

1981-85. Uma decadência similar ocorreu na indústria. A média anual de seu rendimento caiu de 11 entre 1981-85 para 10,8 entre 1986-90.

Com respeito à metas de produção, nenhuma foi cumprida. Na produção de petróleo, níquel, aço, adubos, sapatos, cítricos, tabaco, têxteis, leite, pescado e cerveja, os resultados ficaram entre 20 e 64% do previsto.

Em relação às moradias, Fidel Castro, no início do PR, declarou que as brigadas de construção, sozinhas, construiriam 100.000 unidades por ano. Os resultados ficaram bem longe dessas metas. Entre 1986-89, as brigadas construíram somente 18.315 casas.

Na agricultura, os resultados também caíram. Em 1989, a produção de tabaco, leite e ovos foi inferior a 1985, enquanto que a produção de arroz de 1989 foi inferior à de 1984. O valor das exportações cubanas baixou cerca de 10% entre 1986-89, enquanto que, nesse mesmo período, o valor das importações subiu 1%.

A dívida cubana em divisas entre 1985-89 passou de 3.600 a 6.200 milhões de dólares. Mas há estimativas que indicam que na verdade a dívida externa em 1990 (incluindo tanto a parte em divisas como a que não era) chegava a 37.600 milhões de dólares. Seria, assim, a dívida per capita mais alta da América Latina. 5

Esta decadência da economia se acentuou muito no início dos anos 90, quando a URSS interrompeu todo tipo de ajuda econômica, incluindo empréstimos e preços subvencionados. A produção de açúcar em 1990, que estava prevista em 9,5 milhões de toneladas, chegou a apenas 8 milhões e foi baixando nos anos seguintes: 7.623 em 1991, 7.030 em 1992 e 4.280 em 1993.

No entanto, apesar de o Processo de Retificação, do ponto de vista dos resultados econômicos, ter fracassado, não podemos dizer o mesmo do ponto de vista dos objetivos restauracionistas da direção castrista, já que foi nesse período que se assentaram as bases para o processo que se abriria a partir de 90.

A restauração

No início da década de 90, a direção cubana girou a proa no sentido da restauração. As medidas restauracionistas foram se sucedendo uma atrás da outra. Três importantes economistas do CEA (Centro de Estudos sobre América), de La Habana, fervorosos partidários das reformas econômicas, resumem da seguinte forma este processo:

“O aprofundamento da crise impôs a necessidade de assumir um processo crescente de transformações na organização da economia nacional...

Este processo de mudança teve o seguinte percurso:

– Abertura progressiva ao capital estrangeiro. Sua raiz está no Decreto-Lei 50 de 1982. Foi concebido para ser aplicado de forma excepcional. É, desde o final da década de 80, e sobretudo desde 1990, que esta alternativa de investimento é empregada de forma mais ampla e generalizada...

Até 1991, a inversão estrangeira esteve essencialmente dirigida para o setor de turismo; a partir desse ano, essa possibilidade se abre para quase todos os ramos, exceto aqueles considerados estratégicos e de possível desenvolvimento com recursos próprios.

Em 1992, abre-se também certo espaço nos setores considerados estratégicos, como a comercialização de produtos farmacêuticos de base biotecnológica.

Em 1993, aceita-se a possibilidade de representações de bancos estrangeiros em Cuba para ampliar a infra-estrutura de serviços financeiros ao restante da inversão estrangeira que opera no país. Mais recentemente, no final de outubro de 1994, o governo cubano disse que nenhum setor produtivo da economia nacional estaria fechado à inversão estrangeira...

...desde o final da década de 80, e sobretudo depois de 1990, como consequência da presença crescente de inversões conjuntas com o capital estrangeiro, veio se incrementando a presença de sociedades anônimas na economia cubana.

– Fim do monopólio estatal do comércio exterior. A atividade do comércio exterior, antes controlada em sua totalidade pelo Ministério do Comércio Exterior (Mincex) e em grande parte realizada por empresas desse ministério, passou também a ser assumida diretamente por um número crescente de empresas.

– Mudanças no sistema legal. Neste aspecto, a mudança mais importante foi a Reforma Constitucional de julho de 1992. Em termos econômicos, suas modificações mais relevantes são a redefinição do regime da propriedade socialista, o reconhecimento da nova forma emergente de propriedade...

– Novas disposições legais para o exercício do trabalho por conta própria....adotado em setembro de 1993, regulam e ampliam a autorização para a realização de trabalhos por conta própria. Os preços desses serviços ou produções se estabelecem a partir da relação oferta-procura ...

– Criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC)

Até julho de 1994, existiam 1.555 UBPC na cana de açúcar, que cobri-

4 Idem, p.127.

5 Idem, p.168.

am toda a área estatal dedicada à cana, ou seja, 80% de todos os terrenos com esse cultivo...

Os produtores associados nas UBPC não obtêm a propriedade jurídica das terras, mas são donos do produto e, conseqüentemente, se repartem os lucros.

Em 1º de outubro de 1994 começaram a funcionar em Cuba os chamados mercados agropecuários, um novo mecanismo do qual podem participar todos os agentes econômicos com seus excedentes ... e onde os preços são determinados pela oferta e a procura...

– Criação dos mercados de produtos industriais e artesanais a partir de 1º de dezembro de 1994... Os mercados permitirão a relação direta entre compradores e vendedores, e os preços se estabelecerão pela relação oferta-procura”. 6

A nova lei de inversões estrangeiras: Cuba à venda

As reformas econômicas, resumidas pelos

três economistas cubanos, tiveram sua “chave de ouro” com a Lei de Inversão Estrangeira aprovada pela Assembléia Nacional em setembro de 1995.

A respeito dos antecedentes dessa Lei, o jurista cubano Juan Vega Vega escreveu os seguintes comentários: “A experiência derivada da aplicação do Decreto-Lei 50, de 1982, junto com os acontecimentos político-econômicos ocorridos no mundo dentro desse lapso, exigiam uma legislação ainda mais ampla sobre as inversões estrangeiras.

Na elaboração desse novo texto legal se levou em conta não só essa experiência e essas circunstâncias político-econômicas, como também a legislação de outros países sobre a matéria.

Se examinou a Lei de Empresas de Inversões Estrangeiras da República Popular da China...

Na China, são poucos os ramos nos quais se proíbe ou limita a criação de empresas de capital estrangeiro...” 7

A simples reprodução de alguns parágrafos

AS “VANTAGENS CUBANAS”

O folheto preparado em 1996 por empresários para servir de “mapa da mina” em Cuba, destacava como o governo cubano beneficiava os estrangeiros em detrimento dos cubanos. “O imposto sobre ingressos pessoais (o que em outros países se chama “income tax”) afeta as pessoas naturais de Cuba, mas dele estão livres os sócios, dirigentes e funcionários das empresas mistas.”

Com relação aos trabalhadores, o guia assinalava: “...o custo da mão de obra em Cuba se situa em níveis muito competitivos em termos internacionais ...A força de trabalho é o principal recurso do país. A organização estatal cubana assegura gratuitamente os serviços de educação e

saúde, e quase gratuitamente a moradia, porque a imensa maioria é proprietária dos imóveis que habita...” 8

Por fim, o folheto dava dados sobre uma questão chave para o capitalismo: o exército industrial de reserva.

“...De um estado que garantia o pleno emprego, com excessiva liberdade trabalhista, se passa a outro baseado na eficiência, com a conseqüente aparição do desemprego, enquanto 160 mil pessoas (de uma população total de 11 milhões) são já auto-empregadas, sobrarão cerca de 400 mil em idade de trabalho nos próximos anos, que deverão encontrar emprego na atividade privada ou reciclar-se...”

da nova lei cubana fala por si só sobre os objetivos da mesma.

“...Esta lei tem o objetivo de promover e incentivar o investimento estrangeiro no território da República de Cuba, para desenvolver atividades lucrativas...”

“...As inversões estrangeiras dentro do território nacional gozam de plena proteção e segurança, e não podem ser expropriadas, salvo se essa ação for feita por motivos de utilidade pública ou interesse social... prévia indenização em moeda livremente conversível por seu valor comercial estabelecido de mútuo acordo.

“...O estado garante ao investidor estrangeiro a livre transferência ao exterior, em moeda livremente conversível, sem pagamento de impostos ou nenhuma outra limitação.

“...Podem ser autorizadas inversões estrangeiras em todos os setores, com exceção dos serviços de saúde e educação da população e as instituições armadas, salvo em seu sistema empresarial.

“...As empresas mistas, os investidores nacionais e estrangeiros, partes em contratos de associação econômica internacional, e as empresas de capital totalmente estrangeiro, têm direito, de acordo com as disposições estabelecidas para tais efeitos, a exportar sua produção diretamente, e a importar, também diretamente, o necessário para seus fins.”

Esta Lei de Inversões Estrangeiras foi recebida com euforia por uma boa parte do capitalismo internacional. É que a burguesia se deu conta de que em Cuba não só não existiam mais restrições para o capital, como que a ilha estava à venda, e correu para comprá-la.

Como exemplo disso, já em 1996 circulava em muitas empresas do mundo um guia de inversões, editado em espanhol e inglês, intitulado “Cuba. Oportunidades de Investimento”. Nesse guia, além de fazer uma reivindicação apaixonada da história, natureza e governo cubanos, se mencionam algumas das vantagens para os investidores. “Cuba é quase um paraíso fiscal ...O imposto sobre os ingressos brutos que está vigente em Cuba não se aplica aos investidores estrangeiros...”⁶

Com um paraíso fiscal como este e, ainda por cima, com uma abundante mão de obra barata (sustentada em grande parte pelo estado em base à acumulação anterior), Cuba converteu-se em um “negócio redondo” e não é de estranhar que, por isso, tantas empresas tenham aterrizado na ilha em tão pouco tempo.

Sobre isso, o guia informa que “...mais de 1.000 empresas e firmas comerciais internacionais participaram da XIII FIHAV Feira Internacional de La Habana, que já é, em participantes, a terceira feira da América Latina. Na atualidade, mais de 100 companhias canadenses mantêm vínculos com La Habana.

Consórcios canadenses têm importantes interesses na mineração, no turismo e na esfera energética, e prevêm operações em setores agrícolas, entre eles a indústria açucareira.

...o primeiro país investidor estrangeiro em Cuba, além do Canadá, em

⁶ Carranza, Julio-Gutiérrez, Luis-Monreal, Pedro; *Cuba: la Reestructuración de la Economía*, Iepala Editorial, Madrid, 1995, pp 38 a 45.

⁷ Vega Vega, Juan; *Cuba: Inversiones Extranjeras a partir de 1995*, Ediciones Endymión, Madrid, 1996, pp. 11-12.

⁸ New World Times Financial & Business Yearly Executive Reports, Cuba: Oportunidades de Inversión, GPO Editorial, Caracas, 1996, p.143.

⁹ Idem, p.76.

quantidade de empresas e presença no setor turístico, é a Espanha, seguida de perto pela França, México, Alemanha, Holanda, Grã Bretanha, Itália, Japão e Suécia... Hoje, Cuba mantém vínculos comerciais com cerca de 4.000 empresas de mais de 100 países. Na ilha há mais de 600 escritórios de representação de empresas estrangeiras...

A companhia mexicana Grupo Domos comprou 49% da empresa cubana de telecomunicações, com uma inversão que, até esta data, alcança 750 milhões de dólares compartilhada com um grupo italiano de comunicações, com uma concessão por 55 anos. O montante do investimento chegará a 2.000 bilhões de dólares, e os benefícios para ambas as partes são espetaculares.”¹⁰

O bloqueio e a Lei Helms-Burton

No final dos anos 30, Trotsky defendia que a ex-URSS, apesar de sua direção burocrática, continuava sendo um estado operário. Nesse marco, afirmava: *“Enquanto o monopólio do comércio exterior não for abolido, enquanto o direito do capital não for restabelecido, a URSS, apesar de todos os “méritos” de seus governantes, continuará sendo para a burguesia do mundo inteiro um inimigo irreconciliável”*.¹¹

O mesmo que Trotsky dizia sobre a ex-URSS, nós dissemos, por muitos anos, sobre Cuba. Mas hoje a realidade é diferente. Em Cuba, o monopólio do comércio exterior foi abolido e os direitos do capital restabelecidos. Do estado operário só ficam os restos e da ditadura do proletariado só ficou a parte ditatorial. Mas então a esta altura de nossa análise poderíamos repetir algumas perguntas que várias pessoas já nos fizeram: E o bloqueio dos EUA? e a Lei Helms-Burton? E o recente caso Elián González? Não são todas mostras de uma profunda hostilidade do imperialismo para com Cuba? Se em Cuba se restaurou o capitalismo e se está entregando sua economia ao capital estrangeiro, por que o imperialismo mantém tamanha hostilidade?

Esta pergunta nos obriga a precisar uma pri-

meira questão: os EUA não são o único país imperialista. Existe também o poderoso imperialismo europeu. Pode parecer ridículo ter de recordar este fato tão elementar, no entanto, é bom fazê-lo porque importantes setores da esquerda revolucionária européia freqüentemente se “esquecem” deste “detalhe”. Pois bem, é justamente este imperialismo, o europeu que, com a benção do Papa, está respaldando o processo de restauração na ilha.

Também não se pode esquecer que o bloqueio imposto pelos EUA é defendido pela burguesia cubana no exílio, mas é cada vez mais questionado, dentro dos EUA, por importantes setores da burguesia americana, desejosa de investir em Cuba e, tudo indica, pelo próprio governo Clinton. Se não fosse assim não se poderia entender as freqüentes viagens a Cuba de grandes empresários norte-americanos e, inclusive, a participação da poderosa indústria farmacêutica americana na recente feira que se realizou em La Habana (tudo com o aval do governo Clinton), da mesma forma que não se poderia entender o crescente conflito entre a burguesia cubana no exílio e governo americano, como ficou demonstrado no caso do menino Elián González.

A questão do bloqueio e dos interesses que estão em jogo pode ser entendida com mais facilidade se observamos de perto a famosa Lei Helms-Burton. A existência dessa lei não é a mostra de que em Cuba não se restaurou o capitalismo. Na verdade, é o contrário. Esta lei, que tem como objetivo proteger os interesses dos antigos proprietários expropriados pela revolução, se promulga justamente porque o capitalismo foi restaurado em Cuba.

A Lei Helms-Burton tenta responder a um problema que esteve e está colocado em todos os processos restauracionistas, que é a questão das restituições.

A restauração no Leste deixou o capitalismo mundial feliz. Mas não conformou os antigos proprietários, que haviam sido expropriados pela revolução ou pelo Exército Vermelho. Para eles, não era suficiente que se restabelecera a economia de mercado. Eles queriam a devolução de

suas antigas propriedades.

Em muitos países do Leste adotou-se o critério de pagar indenizações e inclusive devolver as propriedades aos antigos donos. Os países onde mais se fizeram restituição foram Alemanha Oriental, Bulgária e a antiga Checoslováquia. Mas isto ocorreu quase no conjunto desses países. Na Romênia, por exemplo, as terras foram restituídas de tal forma que se criaram quase dois milhões e meio de novas propriedades.

No entanto, estes processos não foram fáceis, e por isso, o imperialismo não tem uma posição unificada a respeito. Em um informe do Banco Mundial, por exemplo, onde se analisam os “Prós e contras da restituição” ressalta-se que é preciso atuar com cautela, já que as restituições “...podem ser complicadas ou às vezes arbitrárias e criam incerteza, o que pode prejudicar outros métodos de privatização.”¹²

Este problema, alertado pelo Banco Mundial, é o que se discute em relação a Cuba, e a Lei Helms-Burton está diretamente relacionada a ela. Na medida em que as propriedades estatizadas pela revolução estão sendo reprivatizadas, seus antigos proprietários exigem a restituição. Para a poderosa burguesia cubana, exilada nos Estados Unidos, não basta que se restaure o capitalismo em Cuba. Ela quer, como ocorreu no Leste, a devolução de suas antigas propriedades. Esta exigência colocou o governo cubano em uma encruzilhada, já que se calcula que teria de pagar em torno de 100 bilhões de dólares em indenizações. Por outro lado, se o governo, ao invés de indenizar os exilados, lhes devolvesse suas fábricas, terras e edifícios, seria, na prática, entregar-lhes o poder, e a burocracia castrista, obviamente, não está disposta a suicidar-se. Nesse marco, o imperialismo europeu, Canadá e grandes empresários latino-americanos, especialmente do México, estão investindo em Cuba, e assim estão ocupando as propriedades que antigamente eram de empresas norte-americanas ou de empresários cubanos hoje exilados. Isto é o que deu origem à Lei Helms-Burton.

A poderosa burguesia cubana instalada na Flórida, EUA, pressionando e chantageando o governo americano, conseguiu que o Congresso votasse essa lei que permite aos cidadãos norte-americanos (inclusive todos os cubanos nacionalizados) iniciar processos judiciais contra aqueles que utilizem “suas” propriedades em Cuba. Por outro lado, essa lei prepara, explicitamente, o apoio a um governo de transição em Cuba, única forma que hoje têm os exilados cubanos de recuperar suas propriedades.

Esta lei provocou um sério conflito entre a maioria da burguesia mundial e o governo dos EUA. Para estes setores, a restauração do capitalismo em Cuba abre a possibilidade de fazer bons negócios e não estão dispostos a deixá-los de lado em função dos interesses da burguesia cubana exilada em Miami. A lei foi repudiada na cúpula Ibero-Americana que se reuniu em novembro de 1996 no Chile, enquanto que os ministros de Relações Exteriores da União Européia decidiram que era ilegal que o bloco desse continente acatasse a Helms-Burton. Hoje, a ampla maioria dos governos do mundo se manifestou contra a lei.

¹⁰ Idem.

¹¹ León Trotsky, *La Revolución Traicionada*, Editorial Fontamara, España, 1977, p.192.

¹² Banco Mundial, *Del Plan al Mercado*. Informe sobre el Desarrollo Mundial, 1996, Washington, p. 65.

O caso Elián González

Por razões essencialmente eleitorais, o governo americano aceitou a chantagem da poderosa burguesia cubana e continua mantendo o bloqueio e a Lei Helms-Burton. No entanto, são cada vez mais claras as evidências que indicam que o governo americano está tentando mudar de política como única forma de reconquistar a ilha.

Um fato da realidade hoje demonstra isso: o caso do menino Elián Gonzalez. A história é conhecida. Um barco de exilados cubanos foge em direção a Miami. Afunda e entre os naufragos está o menino Elián (sua mãe morre afogada). O menino é resgatado e entregue a parentes cubanos que vivem em Miami. A partir daí, seu pai, que vive em Cuba, exige que lhe devolvam o filho, enquanto os parentes exigem que ele fique em Miami. Este problema, que em qualquer outro país não teria passado de uma disputa familiar, originou um enorme debate nacional (de repercussões mundiais) nos EUA e em Cuba, com dezenas de mobilizações de massas em ambos os países, com pronunciamentos dos governos etc, etc.

Os principais protagonistas deste drama são três: a burguesia cubana exilada em Miami, o governo dos EUA e o governo de Cuba. Até aqui, nada de novo. Afinal de contas, conflitos envolvendo os três se repetiram inúmeras vezes nos últimos quarenta anos. A novidade é que os personagens deste drama (que também teve uma boa dose de comédia) cumpriram papéis muito diferentes dos que cumpriram no passado. O velho papel do governo americano, atuando junto com a burguesia cubana (os famosos “gusanos”) para enfrentar Fidel e seu Estado, deu lugar a um acordo, de fato, entre Clinton e Fidel para deixar de lado a burguesia cubana. A última cena desta peça, com os agentes federais americanos assaltando a casa dos exilados para resgatar o menino Elián e entregá-lo ao pai (leia-se a Fidel) é mais do que demonstrativa de uma nova situação. A resposta dos exilados cubanos não se fez esperar: greves e mobilizações contra Clinton, acusado de “traidor”

O modelo restauracionista de Cuba

Os estudiosos das transformações ocorridas nos ex-estados operários falam dos vários “modelos” de restauração. No entanto, pouco é o que se diz a respeito de Cuba. Qual é o modelo cubano de restauração e quais são as particularidades desse processo?

O plano de restauração em Cuba difere bastante do que se fez na Rússia e na maioria dos países do Leste europeu. No essencial, a restauração em Cuba seguiu o modelo chinês. Isso pode ser observado, fundamentalmente, em quatro planos. Em primeiro lugar, as reformas pró-capitalistas foram sendo feitas de forma lenta e gradual. Em segundo lugar, o capital externo jogou um papel central no processo de restauração. Em terceiro lugar, as empresas estatais, em ambos os países, jogaram, e continuam jogando, um papel muito importante, de respaldo, às empresas particulares. Em quarto lugar, ao contrário da Rússia e da maioria dos países do Leste, a restauração não está sendo feita sobre a base de entregar aos operários e à população as ações das empresas.

Os estudiosos, e também os defensores dos processos de restauração, discutiam, em seu momento, sobre as virtudes e defeitos dos diferentes modelos e sobre a conveniência, para tal ou qual país, de adotar uma ou outra alternativa. O que estas pessoas não entendem é que a adoção, por um determinado país, de um ou outro modelo, não dependia dos desejos nem da livre escolha de sua direção, mas das circunstâncias em que esse processo se deu. Na Rússia, por exemplo, o plano de restauração – a Perestroika de Gorbachov – previa um processo lento e gradual. Nesse sentido, se isto não ocorreu, não foi por vontade de seus dirigentes, mas pela irrupção do movimento de massas. E o mesmo ocorreu na maioria dos países do Leste. Em todos esses lugares, as direções restauracionistas tiveram que cavalgar revoluções contra as burocracias governantes para ir em direção ao capitalismo e, justamente por isso, tiveram que fazer muitas

concessões. Por exemplo, na Polônia, por todo um período, a exigência central do restauracionista Walesa era: as fábricas para os trabalhadores! Esta exigência não mostrava apenas que as fábricas estavam sendo privatizadas, mas que os trabalhadores estavam em movimento.

Se na China e em Cuba a restauração do capitalismo foi feita por via de lentas e graduais reformas, e se nesses países seus governantes não fizeram concessões aos trabalhadores no terreno da propriedade dos meios de produção, isto se deveu ao fato de que nesses países os governantes não tiveram que enfrentar o movimento de massas (Cuba) ou enfrentaram e derrotaram (China).

As particularidades da restauração em Cuba

Apesar de os processos de restauração na China e em Cuba serem bem parecidos, os resultados são, de certa forma, diferentes.

A restauração do capitalismo em Cuba se dá no momento de uma ofensiva recolonizadora por parte do imperialismo. Nesse marco, o modelo chinês, aplicado a Cuba, fez desta uma presa muito mais fácil do imperialismo, de tal forma que neste, a restauração está associada, quase que diretamente, ao processo de recolonização.

O objetivo do imperialismo com a restauração nos estados operários não é, obviamente, criar novas potências que disputem com ele o mercado mundial. O objetivo é criar novas colônias ou semi-colônias. Mas restauração e colonização não são a mesma coisa. Com a restauração sendo feita de dentro desses Estados, e não como produto de uma invasão imperialista, estes dois processos se desenvolvem em ritmos diferentes.

Na Rússia, por exemplo, a restauração ocorreu, mas não se consumou ainda a colonização, apesar de esta ter dado passos importantes. A burocracia, o governo e a nova burguesia russa atuam como sócias do imperialismo, mas resistem a este, timidamente, em defesa de seu espaço, e não abandonam a idéia de ser uma das grandes potências econômicas, como demonstra a crise em torno da participação dos países do Leste na OTAN.

Algo similar poderíamos dizer da China. Ambos os países, se não ocorrer uma intervenção revolucionária das massas, serão irremediavelmente transformados em semi-colônias ou colônias do imperialismo. Nesse aspecto, não são diferentes de Cuba. A diferença está em que o imperialismo, para recolonizar a Rússia e a China, terá que levar adiante uma longa marcha, cheia de contradições, ao passo que em Cuba essas contradições serão qualitativamente menores.

Em outros períodos históricos, por exemplo no pós-guerra, outras ofensivas colonizadoras foram enfrentadas e parcialmente derrotadas (no mínimo, por um período) mas em todos os casos, para que isto fosse possível, foi necessário que os governos enfrentassem essa ofensiva e, mas ainda, que se apoiassem no movimento de massas para fazê-lo. Mas hoje nada disso está ocorrendo. Nem na Rússia, nem na China, nem em Cuba.


Esses três países não enfrentam o imperialismo, pelo contrário o chamam, de forma desesperada, para que penetre mais e mais em seu território. Com isso, buscam transformar-se em sócios menores do capital internacional.

É provável que a Rússia e a China, ao menos por um período (antes de transformar-se em semi-colônias ou colônias), consigam este objetivo; no entanto, a situação de Cuba é diferente. A “sociedade” entre a China ou a Rússia com o imperialismo é completamente desigual. É algo assim como uma sociedade entre um tigre e um gato. Não passará muito tempo e o tigre matará o gato. Mas a “sociedade” entre Cuba e o imperialismo é outra coisa. Se parece mais à “sociedade” entre um elefante e uma formiga.

Dada a raquítica economia cubana ¹³, a penetração do imperialismo europeu e a futura e quase certa penetração do imperialismo americano, levarão, inexoravelmente, o governo cubano a transformar-se, não em um sócio do imperialismo, mas em um gerente de seus negócios. Este é o destino próximo do governo cubano.

Quase todas as pessoas de esquerda que visitam Cuba comentam algo que os deixa sumamente tristes: a discriminação ao povo cubano. Os estrangeiros, com seus dólares, têm direito a tudo. Os cubanos, a quase nada. Isto tem bases materiais. É a típica situação que se cria nos regimes coloniais. E não poderia ser de outra forma. Cuba é um país onde o capital estrangeiro pode montar o mais suntuoso dos hotéis (o fizeram e continuam fazendo) mas onde um cubano não pode montar um restaurante, a não ser que este não tenha mais de três mesas e doze cadeiras.

Claro que esta situação poderia ser revertida. Não há nenhuma lei da natureza que indique que Cuba, necessariamente, terá de se transformar em uma colônia do imperialismo. Mas, para que isto ocorra, será necessário que as massas cubanas retomem sua tradição anti-imperialista e enfrentem os novos colonizadores. Só que para isso será necessário enfrentar o próprio Fidel, que é quem está abrindo as portas do país a esses colonizadores, e esta tarefa, até agora, não se

parece fácil, por isso o descontentamento, bastante generalizado, ainda que não se tenha transformado em rebelião. É que não é fácil enfrentar quem encabeça a contra-revolução, quando esta é a mesma pessoa que, no passado, encabeçou a revolução 

¹³ Em relação à economia cubana, é necessário acabar com alguns mitos. Normalmente se fala dos avanços de Cuba no terreno da indústria farmacêutica, da medicina, dos instrumentos cirúrgicos etc. Isso é certo. Foram produto da revolução. Mas estes ramos da produção são totalmente marginais (5% das exportações) no conjunto de uma economia nacional que continua, como no século passado, baseada no monocultivo do açúcar.

A SÉRVIA ENFRENTA UMA NOVA GUERRA?

RADOSLAV PAVLOVIC

Membro do Workers' International

A Sérvia volta a viver uma onda de profunda angústia: haverá uma nova guerra? A angústia é ainda mais profunda devido ao extremo isolamento político, desmoralização e miséria que o país enfrenta. Há vários indicadores disso, e incidentes explosivos, muitos interesses de classe em jogo. Analisar os acontecimentos um a um pode ajudar a esclarecer a situação na qual nem o analista mais atento consegue ver nada além de desordem.

A Sérvia está num impasse. As relações internacionais e a vida econômica estão congeladas. A sociedade está se desintegrando e a vida política, paralisada. A burocracia dominante está acuada. Rodeada por elementos desclassificados, tanto no topo de sua estrutura como na base (mostra disso é a presença de fascistas no governo), falta-lhe sua própria ideologia, além de dinheiro e um plano a curto prazo para enfrentar a situação atual. Isolada numa sociedade generalizadamente hostil, vive numa tensão nervosa e não se envergonha de dizer que está preparada para apelar para qualquer meio para salvar a própria pele, inclusive aos assassinatos e à guerra civil.

O discurso mordaz de Slobodan Milosevic no recente Congresso do Partido Socialista, no poder, foi sem dúvida uma declaração de guerra. Representou uma ruptura nos seus discursos anteriores, semi-democráticos e parcialmente conciliatórios, feitos sob medida para agradar a opinião pública sérvia. Por duas vezes ele livrou sua pele. A primeira, depois das grandes manifestações ocorridas no inverno de 96-97, e a segunda durante a campanha bombástica de julho passado. Agora está em perigo mortal e a batalha será decisiva, para ele, sua esposa e a burocracia dominante, assim como para a oposição e os trabalhadores.

Deixando de lado Montenegro e Kosovo por um momento, Milosevic tem dois inimigos no front doméstico: de um lado, a oposição burguesa e, do outro lado, os trabalhadores. Depois da guerra, a oposição – ou melhor, metade da oposição, porque os nacionalistas Draskovic e Kostunica tendiam à conciliação – declarou prometeu que Milosevic seria deposto em setembro. Porém, tudo o que eles conseguiram foi dar-lhe uma trégua e a chance de retomar a iniciativa política. As massas estão à parte disso porque não nutrem simpatias pelos grandes poderes imperialistas. Em qualquer dos casos, não vêem nenhuma de suas reivindicações refletidas no programa da oposição desunida, cuja única linha clara é uma mudança radical na vida social, envolvendo “privatização imediata, obrigatória e geral”.

A oposição Djindjic-Draskovic, dividida internamente e já bastante desa-



creditada, é uma complicada aliança de 16 partidos políticos agrupados em quatro círculos concretos: os monarquistas-nacionalistas, os liberais pró-Thatcher, os centristas astutos originários da burocracia oficial, e os social-democratas, que são pró-capitalistas mas têm uma certa sensibilidade em relação às questões sociais. Esses agrupamentos são instáveis, em constante mudança em função de interesses próprios. Todos eles têm medo da classe trabalhadora. Os social-democratas, os mais corajosos e honestos, são também os que mais temem a revolução. Desde setembro, já fizeram dezesseis rodadas de discussões sobre como se livrar de Milosevic, algumas completas e outras incompletas, dependendo do jogo de ambição e do malabarismo processual.

Em julho passado lançaram uma campanha para “agarrar Milosevic pelos cabelos” (como Ceausescu). Agora, se conformam com a esperança comum de “tirar as eleições municipais de suas mãos este ano”. Eles têm medo de Milosevic e sua polícia: todo mundo entende o significado das tentativas de assassinatos semanais. Eles têm medo de serem pegos de surpresa. Adorariam se os trabalhadores e fazendeiros tomassem as ruas para dar a eles uma possibilidade de subir ao poder. Mas, devido as contradições explosivas, estão apavorados com o fato de que isso possa fazer eclodir a revolução ou, como disse Djindjic, ocorrer “um estouro de boiada”.

O programa político dos social-democratas é um programa de restauração capitalista – por meios democráticos, claro. Como consequência, eles não têm nenhuma base dentro da Iugoslávia. Estão forçados a se alinhar com a política e o dinheiro ocidentais e isso seria uma dócil ferramenta, mas na boca do vulcão. Divididos entre o desejo de tomar o poder, tentadoramente próximo, e o medo de serem dirigidos ao longo do processo com toda a herança deixada por Milosevic, naufragados em animosidades e diferenças internas e, acima de tudo, pela incerteza de como a classes trabalhadora iria se comportar, finalmente decidiram esperar as discussões de março.

Mal havia acabado a coletiva de imprensa,

Kostunica, chefe do partido democrático Mark II, nacionalista e anti-americano, “Selsej, em luvas brancas”, alertou: a OTAN também está planejando fazer manobras em grande escala em Kosovo, em março!” Foi o que bastou para baixar o moral da oposição a zero. Milosevic está acostumado a jogar simultaneamente diversas partidas de xadrez. Está de olho na oposição, usando uma variedade de alertas para mantê-la na linha, desde ataques físicos até processos legais dirigidos especialmente contra a imprensa independente e o movimento estudantil OTPOR (resistência). Porém, seus principais inimigos estão em outro lugar.

Em Kosovo, Milosevic trocou um retrocesso militar por uma vantagem política. Não obteve sucesso nem na retirada dos albaneses, nem na significativa sangria da juventude sérvia enviada ao front. KFOR e UNMIK tomaram posse de Kosovo, mas em base a uma venenosa solução política (n.1244), reivindicando ‘autonomia substancial’ para a região dentro da estrutura de “soberania” de uma Iugoslávia cujo chefe está na lista de procurados pela Interpol. Esta é uma aliança política cega, que só faz aprofundar ainda mais a divisão em Kosovo entre a maioria albanesa, que tem apenas uma aparente independência, e a minoria sérvia, que foi retirada de suas casas, enquanto o restante vive em guetos sob medo constante. Isto permite que uma ultraminoria em Mitrovica, que se mantém unida por Belgrado, seja capaz de manter todos os sérvios como reféns de uma política nacionalista catastrófica.

É o imperialismo que está numa aliança cega em Kosovo. Milosevic tem a vantagem política de explorar em casa e nos outros países. Eles estão numa aliança tão obviamente cega que Bernard Kouchner até admitiu ao Conselho de Segurança da ONU. O real objetivo da OTAN é instalar um protetorado em Kosovo e transformá-lo numa enorme base militar para cercar a Rússia, que não tem nada para comer e nenhum centavo para gastar, mas ainda tem formidáveis forças armadas. Para reunir a opinião internacional contra Milosevic, a OTAN invo-

cou o “direito de intervenção humanitária” (a menos que esta intervenção seja chechena, curda ou palestina). Porém, eles são obrigados a criar um estado e uma vida civil, em nome dos albaneses, num território que pertence a outro estado! Uma tarefa impossível!

Assim, a resolução 1244 não satisfaz nem as potências ocidentais, nem o povo albanês e muito menos as autoridades sérvias. Os albaneses querem independência, se não direitos nacionais iguais dentro da federação iugoslava, para escapar do *apartheid* de Milosevic. Enquanto o Ocidente não lhes permite este legítimo direito, eles foram forçados a escrever alguma coisa nos seus cartões de identificação, mesmo não tendo autorização para imprimi-los. Esqueçamos por um momento a questão do trabalho, reconstruindo as casas demolidas, restaurando a liberdade de movimento e algum tipo de comércio acima e além do mercado negro. Há circulação de dinheiro em Kosovo, mas é utilizado quase que exclusivamente para manter e reforçar a presença militar e política do imperialismo. Se direito não implica poder, poder, por outro lado, implica direito, como tem acontecido historicamente. Em qualquer caso, “direito” é simplesmente a codificação das relações de forças predominantes, e Marx não foi o primeiro a perceber isso.

Sob pressão, em seu próprio país, Milosevic pode escolher dentro de um leque de estratégias quando é o caso de criar tensão fora de casa. Ele tem 60 mil reféns em Mitrovica. Pode dar total controle à polícia e ao exército no sul da Sérvia, ao redor de Presevo, por exemplo, onde a maioria da população é albanesa em território sérvio. Em Montenegro, até que se prove o contrário, o exército iugoslavo é responsável por patrulhar as fronteiras externas, brincando de gato e rato com a polícia de Montenegro, formada por 15 mil homens fortemente equipados como um exército. Em todos esses lugares ocorrem incidentes diários que poderiam ser transformados, por meio de uma premeditada decisão política e nunca espontaneamente, numa conflagração geral. E enquanto é do interesse de Milosevic manter um permanente estado de tensão para permanecer no poder, não está fora de questão que a OTAN possa usar isso como um pretexto para começar uma nova guerra, desta vez em terra firme.

Os capitais ocidentais que propagandearam o “direito de intervenção humanitária” estão muito cuidadosos em esconder seu caráter seletivo. A última prova disso está na Chechênia. Clinton elogia Putin enquanto este exalta o povo checheno, banhado em sangue e fogo na pior tradição do stalinismo e do czarismo. Foi uma gratidão da parte de Clinton pelos serviços já prestados e pelos que ainda o serão: de agora em diante a OTAN está livre para desatar o nó de Kosovo como lhe aprouver. E ainda a OTAN está silenciosamente, mas também seriamente, se preparando para fazer exatamente isto. Esse cínico jogo de pôquer diplomático poderia ter se prolongado indefinidamente se outros fatores não tivessem interferido no cenário político da Sérvia.

A indignação pública cresceu com a elevação abrupta dos preços de itens essenciais, iniciada pelo governo fascista-stalinista. O preço da eletricidade e do transporte subiram cerca de 40% em média, e isto teve um efeito cascata.



Os salários dos trabalhadores sérvios são miseráveis e, para piorar, perderam metade do poder de compra desde o final dos bombardeios. Recebem no momento cerca de 50 marcos alemães por mês, o que está abaixo do nível de sobrevivência mínimo. Com a indústria funcionando com apenas 20% de sua capacidade e milhões de trabalhadores de fato impedidos de entrar na fábrica e mantidos longe dos seus locais de trabalho, os professores têm cumprido o papel de galvanizar a indignação pública. Eles têm estado num tipo de operação tartaruga desde fevereiro, uma “greve legal” que consiste em dar apenas 30 minutos de uma aula de 45 minutos. Hoje, um terço das escolas (300 das 900 que existem) estão a ponto de entrar em greve geral. Os pais e alunos apoiam os professores; os estudantes secundaristas tomaram as ruas com cartazes. O sindicato oficial, que costuma sabotar as ações dos professores, desta vez teve de apoiá-los parcialmente, porque quando tentaram conseguir do ministro um aumento de 10%, não causaram nenhuma impressão ou desconforto para ele, e também porque isso fez com que pudessem controlar o movimento depois.

O governo desafia os grevistas, os chama de traidores; a reivindicação de aumento salarial, que é mínima, é tratada como uma flagrante falta de patriotismo. É claro que se o governo fizer uma mínima concessão, entrará em colapso por uma avalanche de movimentos populares de oposição. O que está em jogo é fundamental para o governo. Se os professores conseguem formar uma frente unida ampla nesta complicada e perigosa situação, isso será um sinal verde para os trabalhadores da saúde e os servidores públicos, cujos empregos estão pelo menos aparentemente garantidos.

Eles serão seguidos por outros trabalhadores, o que levaria a uma greve geral, apesar de que nem os partidos políticos, nem os sindicatos independentes, principalmente o Nezavisnost, ousam ou desejam convocar uma greve geral. O sindicato da burguesia independente, completamente domado, o “Sudependante”, a associação de Dragan Milovanovic, propôs, ou melhor, de-

cretou uma greve geral em setembro passado sem nenhum objetivo social ou preparação séria. Foi um ato vazio que, com dificuldades, colocou mil pessoas em greve em toda a Sérvia. Nezavisnost, corretamente, denunciou este aventureirismo. Nesse momento de grave crise, seria correto e necessário estabelecer um denominador comum para as massas. Porém, todos eles evitam convocar uma greve geral, embora, bem à parte de qualquer concessão material, ela daria aos trabalhadores um profundo sentimento de unidade e força. A oposição está com medo de que a natureza e a força das reivindicações dos trabalhadores joguem por terra suas próprias reuniões acadêmicas, que visam a manter seu controle sobre as massas. Eles também temem que Milosevic se sinta seriamente ameaçado e de fato “tire as luvas”, ou seja, os ataque diretamente. Querem a restauração do capitalismo, mas que ela seja feita de forma pacífica e civilizada. Eles esquecem que durante os últimos dez anos os Balcãs têm se colocado mais e mais distantes desse tipo de paz e civilização.

Milosevic está perfeitamente consciente da diferença entre o estado de ânimo das massas e o deplorável desejo de seus oponentes políticos. Embora esteja sob ameaça desses dois diferentes tipos de adversários, ele consegue amalgamá-los: qualquer um que esteja em greve é um aliado, para não dizer um agente da OTAN. O ministro da Educação tem repetido isto há mais de um ano. Apesar de trazer uma certa confusão e excitação entre a massa de trabalhadores, não consegue paralisar suas lutas. A situação atual, como consequência, promete um explosivo encontro entre diferentes atores políticos, todos eles sem poder – incluindo os trabalhadores, que não possuem liderança política – mas ao mesmo tempo forçam uma tomada de atitude.

A OTAN está preparando suas manobras militares. Milosevic intensifica a presença da polícia e do exército nos pontos críticos. Uma mobilização desarmada foi declarada; os trabalhadores estão se movendo em direção à greve; a oposição sérvia está organizando um encontro decisivo; a população albanesa de Kosovo não

está nem no céu nem na terra e se vê paralisada a cada passo que dá na tentativa de retornar a um mínimo de vida normal; os sérvios kosovares não podem ir para casa nem ficar onde estão.

E ainda tem a última parte deste quebra-cabeça... a atitude da Rússia. Putin e a burocracia mafiosa russa conseguiram assegurar a vitória, antecipadamente, graças ao sangue checheno que derramaram e que serviu para alinhar uma aliança nacional num país onde a população está à beira da inanção, enquanto seus governantes vivem em imperial grandeza. Expressa em código diplomático, eles mantêm seus narizes fora dos Balcãs e, em troca, têm total e livre controle sobre a Chechênia.

E se o velho astuto Milosevic colocar um grão de areia na máquina diplomática da ONU? E se ele apresentasse a Putin como um assunto encerrado invocando a amizade do povo russo com a pequena Sérvia repentinamente ameaçada por um perigo mortal? Por diferentes razões, é claro, a totalidade da Rússia, desde os trabalhadores das províncias, até os generais patriotas, se uniriam em defesa da Sérvia, mesmo que por simples propaganda política. E não seriam os únicos. Mesmo com Putin no poder, isso ataria suas mãos, e ao menos na Rússia, ataria as mãos do Conselho de Segurança Nacional, que irá reconsiderar a questão de Kosovo em junho. Mas nem Milosevic nem a OTAN podem esperar até junho. Terão de lançar-se à frente, aconteça o que acontecer. É claro que todos sabem quem vai pagar o preço por este macabro jogo diplomático: sérvios, albaneses e civis em Mitrovica, Presevo, assim como Bujanovic.

Esta análise da correlação de forças na Sérvia, que se intensifica ferozmente, é compartilhada por vários jornalistas sérvios independentes, capazes de ver o que está ocorrendo atrás dos bastidores, assim como estabelecer as conexões, mesmo sem entender completamente o papel da luta dos trabalhadores que vem sendo travada. Por não terem seus próprios canais de expressão política e pública, eles têm sua existência frequentemente ignorada ou negligenciada. Mas o ex-governador e candidato da oposição para primeiro-ministro, o experiente Dragoslav Avramovic, recentemente declarou de forma categórica que a classe trabalhadora é o que Slobodan Milosevic realmente teme. A política está atada a prazos fixos. Qual é o prognóstico? Não há uma real alternativa política, nenhum partido dos trabalhadores é capaz de coordenar e centralizar suas lutas isoladas em direção à derrocada do regime, ao invés de simplesmente entregar o país a mercenários capitalistas e imperialistas, nem de garantir a independência nacional e estender uma mão amiga aos trabalhadores albaneses e ex-iuguslavos.

É, portanto, perfeitamente possível que a OTAN tome a iniciativa, declarando guerra com o objetivo imediato de tirar Milosevic e levar a oposição ao poder. O resultado imediato daquilo que poderia ser uma terrível divisão entre os democratas sérvios que apoiariam a OTAN e os patriotas que desculpariam a falta de democracia devido à situação de perigo que o país estaria sujeito. Ambos, OTAN e Milosevic, necessitam urgentemente dessa divisão. Isto significa o começo de uma guerra civil entre sérvios. Mesmo que os

atores políticos mencionados evitassem riscos excessivos num futuro imediato, há ainda e sobretudo o povo albanês de Kosovo, que talvez seja o único que possa esperar o mínimo de uma solução. Eles também estão divididos, embora ainda unidos no seu desejo de independência nacional.

A Quarta Internacional sempre apoiará seu direito absoluto de auto-determinação, até e inclusive a separação, como disse o camarada Lenin, mas irá sempre lutar incansavelmente contra o nacionalismo e o chauvinismo em todos os campos, a fim de unir os trabalhadores dos Balcãs, primeiro entre eles mesmos - sérvios e albaneses. Os mineiros de Trepica estão no coração do problema. Se o seu *status* de propriedade pública puder ser mantido, se os trabalhadores albaneses e sérvios puderem retornar para

lá juntos, se a produção puder ser retomada sob o gerenciamento técnico e competente de Kovaia e Abrasi, então isto poderá ser a base para uma paz imposta por baixo. Esta é a tarefa imediata de todos os trotskistas e trabalhadores politicamente ativos em todo o mundo



INTERVENCIÓNISMO HUMANITÁRIO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

CARLOS TAIBO

Professor de Ciência Política na Universidade Autônoma de Madri

O debate sobre o que se costuma chamar 'intervencionismo humanitário' não é muito gratificante. Se, por um lado, são muitas e complexas as questões envolvidas, por outro, raramente é possível aventurar respostas plenamente satisfatórias: a maioria dos problemas que estão na origem do debate não lhe dão sustentação, e nem as intervenções, nem as críticas, em geral duras, que aquelas suscitam.

Apesar da discussão a respeito desse tema não ser nova, parece fora de dúvida que muitas de suas dimensões atuais carecem de antecedentes. Com um ponto de partida universal – a existência de situações extremas nas que um grupo humano é vítima, ou ao menos se considera como tal, de uma agressão – são várias as circunstâncias inéditas que operam no momento atual. Mencionaremos quatro delas.

A primeira tem a ver com o final do confronto entre blocos: caíram por terra muitas das regras do jogo anterior e, em particular, as vinculadas com um sistema de contrapesos e vetos garantido pelas grandes potências. O vazio deixado não foi preenchido por nenhum novo sistema de regras, o que não deixou de suscitar uma certa nostalgia de um passado que nada tinha, tampouco, de saudável. Em segundo lugar, e como aparente mas leve compensação por esse vazio, a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu um papel de relativa preeminência, e isso mesmo quando a pujança crescente da OTAN a foi obscurecendo. Entre as marcas desse papel se incluiu em alguns casos o desígnio de legitimar intervenções humanitárias, de tal sorte que algo que no passado gozava de escassa aceitação, hoje parece receber de vez em quando uma benção áurea. Um terceiro elemento, este só marginalmente inédito, é o que remete a uma revisão de um velho princípio: o da soberania dos Estados. Apesar de a discussão correspondente ter estado sempre em pauta, parece fora de dúvida que, ao amparo dos ares globalizadores, e de algumas astutas operações, proliferaram leituras propícias a assumir que não é saudável que os Estados sejam tão soberanos como alguns manuais parecem sugerir. Fica por mencionar, no final, um quarto fator: ainda que possam não ser importantes no que se refere às intervenções em si, os meios de comunicação e as organizações não-governamentais (ONGs) desempenham hoje um papel inédito no debate sobre aquelas. Dessa

forma, a duras penas, pode-se falar em intervenções sem se referir primeiro, e com prolixidade, a uns e a outras.

Atores no cenário

Antes de entrar no assunto, é obrigatório fazer três precisões. A primeira se refere a uma questão que tem mais substância do que parece: a de quem decide quando e como deve encarar-se uma intervenção militar – agreguemos agora este adjetivo, já que não estamos falando de outra coisa – humanitária. Aparentemente, e em um cenário internacional como o de nossos dias, a resposta não pode ser mais simples: a ONU. Por trás dos fatos são, no entanto, mais complexos. Na sociedade internacional contemporânea, não faltam poderosos grupos de pressão encarregados de levar adiante certas causas e de abafar outras. Na maioria das vezes, são esses grupos os que, no fim das contas, conseguem que a ONU proporcione seu aval para uma intervenção. Para apelar a um exemplo recente, não foi a ONU, mas sim a União Européia, e em seu caso, e de maneira mais secundária, a Organização de Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), a que, em seu momento, decidiu alentar uma leve intervenção na Albânia. Foi a OTAN sozinha, como se sabe, a que unilateralmente optou por intervir, em março de 1999, na Sérvia e em Montenegro.

O que acabamos de recordar tem muito a ver com outra questão importante: só os mais ingênuos, e sabemos que eles abundam entre nós, continuam pensando na ONU como uma instância multilateral, que se comporta como se fosse uma espécie de parlamento democrático de Estados também democráticos. Os que desfrutam de alguma lucidez sabem que a ONU é, muito pelo contrário, um dos muitos instrumentos, não o mais fiel e nem o mais eficaz, a serviço dos maiores do planeta. E a duras penas pode separar-se essa condição da derrota final que assumiram algumas intervenções humanitárias.

Agora, a segunda das precisões: por mais que pareça o contrário, e sem que seja fácil discernir se isso opera ou não em benefício das teses que aqui se defendem, as intervenções humanitárias não são

muito freqüentes. Perante os conflitos, a ‘comunidade internacional’ – apelemos para esse estúpido eufemismo – exibiu vários, e em geral, muito diferentes tons de resposta. Assim, na maioria das vezes se absteve de intervir: pese as aparências, a maioria dos conflitos bélicos são deixados à sua própria sorte, como são maioria os casos em que a retórica em uso invoca a conveniência de não imiscuir-se nos ‘assuntos internos’ dos Estados. Os exemplos de Timor e Chechênia acodem pressurosos em nossa ajuda. Mas não faltam tampouco, em segundo lugar, as intervenções de matiz não militar: a entrega de ajuda humanitária não é acompanhada da presença de contingentes armados internacionais. Isso foi o que aconteceu nos últimos anos em países como Afeganistão, Azerbaijão ou Sudão. Em alguns casos, e em terceiro lugar, se fez valer uma intervenção militar na qual os contingentes implicados não tinham possibilidade alguma – ou desfrutavam de uma possibilidade muito pequena de fazer uso da força. Assim ocorreu durante longo tempo em Angola, Bósnia-Herzegovina (até agosto de 1995), Geórgia, Libéria, Ruanda, Somália e Tajikistão. Uma última possibilidade, em suma, é a que de fato suscita o grosso dos debates contemporâneos: a de uma intervenção militar acompanhada de um emprego ostensivo da força. Exemplos a respeito são os do Iraque – há que se convir que nesse caso poucos são os dados que induzem a agregar o adjetivo ‘humanitária’ à operação militar desatada –, Libéria, Somália, a própria Bósnia-Herzegovina a partir de setembro de 1995 e, por fim, Sérvia e Montenegro.

É fácil enunciar a terceira e última precisão: ainda que se tenha discutido muito a respeito, a eficácia das intervenções humanitárias se revela muito reduzida. São majoritários os exemplos de fracassos manifestos, muito discutíveis alguns dos que se alardeiam como êxitos – aí estão os da Bósnia-Herzegovina e Sérvia e Montenegro – e uma seleta minoria os casos em que os resultados parecem haver sido medianamente satisfatórios. Nos fatos, esta última condição costuma coincidir com um dado prévio inquestionável: as partes em conflito haviam chegado a um acordo antes da intervenção. Mas, e acima de tudo, sobram os

exemplos de operações marcadas pela irracionalidade, quando não pela mais excelsa estupidez; aquele grande invento da ONU, as ‘zonas de segurança’ na Bósnia-Herzegovina, é um exemplo claro de ambas as condições.

A serviço dos grandes

Não se pode rebaixar em um ápice a responsabilidade que os ‘agentes locais’ têm na gestação e ocorrência de muitos problemas. Saddam Hussein e Slobodan Milosevic são responsáveis, sem dúvida, por muitas das misérias que seus povos e os povos vizinhos padeceram. Mas semelhante consideração, inquestionável, deve ser acompanhada de outra que nos recorda quais são os interesses, sempre turvos, que as grandes potências defendem. Boa parte desses interesses se fazem valer hoje por meio de um insuspeito procedimento: o intervencionismo humanitário. E, para demonstrá-lo, não é demais recordar uns quantos fatos de difícil discussão.

Em primeiro lugar, as potências atuam com maior urgência e contundência quando são seus próprios interesses os que estão em jogo. E ao falar de interesses, não só devem considerar-se como tais os estritamente econômicos (Estados Unidos no Golfo Pérsico, França nos Grandes Lagos) ou geo-estratégicos (Estados Unidos, de novo, no Haiti e talvez na Somália): muitas vezes as intervenções se preparam em virtude de necessidades políticas internas, como as derivadas das servidões eleitorais ou da necessidade de lavar a imagem, muito deteriorada, de algumas forças armadas. Quando não são muito palpáveis os interesses – aí está o exemplo da Bósnia-Herzegovina durante três longos anos –, as intervenções não ocorrem ou se deterioram.

As potências têm, em geral, muito a ver, em segundo lugar, com a gestação dos conflitos aos quais estão muito preocupadas em resolver rapidamente. Nenhum dos grandes conflitos bélicos do momento seria o que é se as potências não tivessem proporcionado armas aos combatentes. Raramente essas guerras se desatam à margem, por outro lado, de relações econômicas que trazem uma marca: a de uma inegável submissão do Sul para com o Norte. O comum é que sejam as grandes potências, enfim, as que imponham regras que contribuem para atizar as tensões. O embargo de armas sofrido pelo governo bósnio é um bom exemplo disto: impediu-se que os bósnios se defendessem e, à continuação, se bem que vários anos mais tarde, se idealizou uma intervenção supostamente redentora.

Nenhum dado permite concluir, em terceiro lugar, que as potências têm algum interesse em garantir o respeito aos direitos humanos. A proteção destes últimos é sempre um elemento marginal, como atesta um sem-número de intervenções saldadas com uma legitimação posterior daqueles que, antes, eram considerados supostos criminosos de guerra. Além do mais, nenhuma intervenção devolveu totalmente o poder e o auto-governo àqueles a quem supostamente queria socorrer. Aqueles que pensam que as grandes potências mostram preocupação pela violação de direitos básicos em Kosovo, são vítimas de uma alienação mental que a duras penas pode considerar-se transitória. Como veremos no item seguinte, são muitos os argumentos que levam a concluir que seu interesse



em relação ao conflito se desenvolveu por outros caminhos.

Em quarto lugar, é bom recordar que a intervenção adota uma ou outra forma segundo quem é o responsável pelas agressões e genocídios. A esse respeito, o exemplo do Curdistão é suficientemente ilustrativo: nada se fez para defender os curdos frente ao Iraque quando este estava imerso em uma guerra com o Irã e gozava do beneplácito do Ocidente. Mas sim eles foram defendidos quando, em 1990-1991, o Iraque entrou em confronto com as potências ocidentais. De novo foram deixados sem defesa, até hoje, quando o agressor foi um Estado membro da OTAN: a Turquia.

A intervenção não existe, em quinto lugar, se o responsável por agressões e genocídios é um Estado poderoso. Ninguém parece haver sugerido intervenção humanitária alguma em relação à Chechênia, um conflito que aos olhos de nossos chanceleres ficava reduzido a um estrito 'assunto interno' de uma grande potência à que havia que tratar com cuidado. E, no entanto, não há razão alguma de peso que justifique por igual a intervenção de 1991 no Curdistão e a omissão de intervenção na Chechênia em 1995.

Em sexto lugar, é forçoso ressaltar que as potências receiam os 'capacetes azuis' que não estão estritamente sob seu controle. Com efeito, não duvidaram em apostar por procedimentos de 'regionalização' dos contingentes militares internacionais. São capacetes azuis norte-americanos os que intervêm no Haiti, e capacetes azuis russos os que atuam na Geórgia ou no Tajikistão. Este fenômeno se dá em paralelo a um desvanecimento da suposta condição neutra dos contingentes internacionais, bem visível no caso da Bósnia-Herzegovina: os capacetes azuis turcos do lado da Armija (Exército bósnio), os russos ao lado do exército sérvio-bósnio. Por fim, as potências nada fazem para frear a ocorrência de dramáticos efeitos colaterais, entre eles o comércio clandestino e a prostituição, exemplos que deixam clara a escassa moralidade de muitos dos responsáveis e membros dos contingentes militares internacionais. Fica difícil dar-se por satisfeito com a idéia de que, ao fim e ao cabo, os militares são reféns de um sem-número de ar-

madilhas impostas pelos 'políticos': também a eles se imputam claras responsabilidades na ocorrência de muitos dos acontecimentos.

ONGs e meios de comunicação

Não se pode entender o intervencionismo humanitário contemporâneo sem levar em consideração, paralelamente, o papel assumido por muitas organizações não-governamentais e pelos meios de comunicação. Entre as primeiras, e junto a sonoros exemplos de compromisso inquestionável, não faltam os de instituições obscenamente entregues à própria sobrevivência, de modo algum comprometidas com a defesa de causas justas e, dependendo do caso, ligadas a interesses obscuros e oficiais. Com frequência se destacou, por exemplo, que quando o governo francês desejava fazer uma 'intervenção humanitária', sua ponta de lança, no terreno da preparação da opinião pública, era a organização 'Médicos sem Fronteiras', que para isso não hesitava em manipular informações e esconder dados fundamentais. Os que se ocupam dessas questões começaram a distinguir, com razão, três tipos de humanitarismo que definem outras tantas modalidades de ONGs: o 'imparcial', baseado no consentimento das autoridades locais, à quais de modo algum se importuna; o 'revolucionário', caracterizado por uma franca oposição a essas autoridades, e o 'internacional', que combina estilos cooperativos e conflitivos.


Três são também, ao menos, os grandes problemas que as ONGs devem encarar. O primeiro é o do sentido de uma ação humanitária com frequência impregnada por uma escassa consideração das demandas e as condições locais. O segundo não é outro que o da neutralidade, um termo confuso: o que significa ser neutro num cenário marcado por um genocídio? Não implica então a neutralidade uma legitimação do agressor? O terceiro quebra-cabeças é o da militarização: muitas ONGs tradicionalmente pacifistas preferem trabalhar agora sob a proteção dos fuzis e colocam assim em outras mãos, não precisamente merecedoras de confiança, a resolução dos principais problemas. Estamos, em outras palavras, ante um duplo processo de militarização do humanitarismo

e de humanização do militar. E nesse marco não se deve desdenhar, por certo, uma inquietante possibilidade: a de que algumas ONGs incentivem intervenções humanitárias para, obscenamente, preservar seus próprios negócios.

O papel dos meios de comunicação, que para alguns não passam de ONGs singularíssimas, também tem duas caras: se por um lado desempenham uma tarefa decisiva em relação à sensibilização de nossas opiniões públicas, por outro, seu trabalho se faz em base a premissas, em geral, equivocadas. Ao primar pelos elementos emocionais, costumam esquecer as causas estruturais dos conflitos e, por isso, mostram escassa capacidade de análise. Entre seus vícios mais habituais estão uma onipresente propensão a etnificar a informação – parecem crer que se afirma algo sério quando se diz que ‘os sérvios são isto ou aquilo’ –, uma freqüente solidariedade com os perdedores que deixa de considerar que estes, além de sê-lo, estão cobertos de razão e de argumentos, e uma manifesta propensão a hierarquizar a importância dos conflitos: preocupam menos quanto mais ao leste e, sobretudo, mais ao sul se desenvolvem. A tudo isso se acrescenta, em suma, uma mania obsessiva por aparentes e mágicas soluções, e entre elas as intervenções humanitárias.

Com estes trapos, não é de surpreender que nossas precárias sociedades civis estejam desnudas. Suas reações, espasmódicas, ocorrem no ritmo do que dizem os meios de comunicação e se fazem valer, por conseqüência, sem maiores conotações ideológicas. Salvo minorias, não se aprecia nenhum compromisso sólido, e sim o repentino desejo de lavar, também, a má consciência. Esta última necessidade parece maior quando os protagonistas dos conflitos bélicos são ‘como nós’ – isto ocorre, segundo dizem, a bósnios e kosovares – e menor quando não se parecem muito conosco – algo que ocorre, pelo visto, a argelinos e ruandeses. No princípio recordamos que o debate sobre o intervencionismo humanitário não costuma ser muito gratificante. E isso é assim sobretudo por uma razão: como pudemos apreciar, nenhuma de nossas críticas conseguiu eliminar do horizonte a realidade, inexorável, de que há situações extremas às que resulta moralmente obrigatório dar alguma solução. Claro é que a resposta a esta delicada tessitura moral não pode consistir na ritual prescrição de intervenções humanitárias convertidas em poções mágicas. Por desgraça, os que estão em condições de acometer essas intervenções exibem antecedentes penais que incitam à desconfiança. E esta é uma das tragédias do momento: a inegável boa vontade de tantas iniciativas choca com a natureza dos agentes chamados a praticá-las.

Num cenário como este, parece cada vez mais urgente que assumamos a defesa de uma comunidade anti-militarista que, nas palavras de Xavier Aguirre, “está à beira do extermínio pelos exércitos humanitários e as ONGs militarizadas”. E que aprendamos bem a lição que, sem ir muito longe, nem na geografia nem na maldade, nos proporcionam as palavras, tão cínicas como descarnadas, de um ex-ministro de Defesa espanhol chamado Julián García Vargas. Porque a avaliação que García Vargas fez do papel dos capacetes azuis espanhóis na Bósnia-Herzegovina não pode ser mais gráfica: “A missão da ONU fracassou, mas o balanço para a Espanha é positivo”.

Para bom entendedor, meia palavra basta 

Luta de classes

DOSSIÊ EQUADOR

JONAS POTYGUAR

A revolução
A insurreição de 21 de janeiro

MARIÚCHA FONTANA E ANTONIO FERREIRA

Reportagem ao pé do vulcão
Mandato do Parlamento dos Povos do Equador
para a Salvação Nacional

ENTREVISTAS

Antonio Vargas, Presidente da Conaie
Pablo Iturralde, da Coordenação de Movimentos Sociais
Salvador Quishpe, da Ecuarunari



A REVOLUÇÃO

JONAS POTYGUAR

Membro da direção do PSTU-Brasil

Quando os indígenas ocuparam o Congresso Nacional do Equador, toda a imprensa do mundo fez referência a esse fato. No entanto, poucos dias depois, o Equador deixava de ser notícia. Isso é muito comum. Afinal, os meios de comunicação não têm o objetivo de divulgar as experiências revolucionárias das massas. O que não deveria ser comum é que esta revolução fosse esquecida não só pela imprensa capitalista, mas também pela imprensa operária e revolucionária. Aqui nesta revista queremos chamar a atenção para um fato: **no dia 21 de janeiro começou a revolução no Equador.**

O signo distintivo da situação latino-americana é a polarização social. De um lado, a ofensiva recolonizadora do imperialismo, de outro, a resposta das massas. O Equador é parte dessa situação; no entanto, é sua parte diferenciada. Tanto no que se refere à ofensiva imperialista como às respostas do movimento de massas.

Em toda América Latina ocorre uma ofensiva recolonizadora do imperialismo, mas no Equador, com a dolarização, essa ofensiva deu um salto qualitativo. O imperialismo e seus agentes nativos acabaram com a moeda nacional, o sucre, substituído pelo dólar americano. Dessa forma, o Equador perdeu, no plano econômico e político, todo grau de independência frente ao imperialismo. Até agora parecia correto caracterizar o Equador como uma semi-colônia do imperialismo. A partir da dolarização, o “semi” parece estar sobrando.

Em toda América Latina ocorre também uma importante resposta do movimento de massas aos planos do imperialismo, mas no Equador, em 21 de janeiro, ocorreu uma insurreição de caráter nacional, que culminou com a ocupação de Quito e do Congresso Nacional. Uma insurreição preparada, que derrubou o governo de turno e impôs um novo governo, eleito pelas organizações do movimento de massas, que se manteve por oito horas. Isto foi possível porque no Equador, ao contrário dos outros países latino-americanos, não só existiu um poder dual, mas foram construídos os organismos desse poder.

A questão nacional na revolução equatoriana

A irrupção dos indígenas equatorianos no centro da cena política foi vista, em geral, como um fato folclórico, típico de um estudo antropológico e não político. No entanto, poucos se alertaram para o fato de que a revolução equatoriana é o processo mais avançado no terreno das lutas por questões nacionais.



Em todo o mundo, a ofensiva recolonizadora do imperialismo reavivou as lutas nacionais. Não é por acaso que processos desse tipo estejam ocorrendo com maior intensidade naqueles países onde a ofensiva imperialista foi mais intensa, como é o caso do Leste europeu. As guerras da Bósnia, Kosovo e Chechênia são testemunhos vivos dessa realidade. No entanto, é preciso observar que em todas essas regiões há um duplo problema nacional. Por um lado, está a ofensiva colonizadora do imperialismo, o que cria a necessidade de lutar em defesa do conjunto da nação, como no caso da Iugoslávia e da Rússia, entre outros. Por outro, está a realidade das minorias nacionais desses mesmos países (bósnios, chechenos ou kosovares), que são oprimidos pelas nacionalidades dominantes (russos e sérvios).

No Equador, apesar das diferenças, existe uma situação similar. Por um lado, está a luta do conjunto das massas desse país contra o imperialismo e seu projeto colonizador. Por outro, está a luta das nações indígenas contra a nacionalidade opressora de brancos e mestiços. No entanto, a luta que se dá no Equador tem duas importantes diferenças com os outros processos, e são justamente elas que nos levam a afirmar que esse processo é o mais avançado de todos eles.

A primeira diferença é que a batalha pela auto-determinação do conjunto da nação equatoriana em relação ao imperialismo (a luta contra a dolarização) e a batalha pela auto-determinação das nações indígenas em relação à maioria branca e mestiça (a batalha em defesa de um Estado multi-étnico) estão ocorrendo ao mesmo tempo.

A segunda diferença é que as nações indígenas não são independentistas frente ao Estado central. Pelo contrário, elas defendem um único estado equatoriano, só que multi-étnico. Aparentemente, esta seria uma postura menos radical que a adotada pelos bósnios, chechenos ou kosovares, mas não é assim. A direção das nações indígenas entendeu que, para levar adiante a luta contra o Estado equatoriano, precisa da aliança com as massas exploradas da nação

opressora, e se colocaram na cabeça dessa luta, atuando como caudilhos da maioria da população indígena, branca e mestiça. Por seu lado, as massas da nacionalidade opressora, que antigamente viam com desprezo os indígenas, hoje não só apoiam as demandas dessas nacionalidades, como as vêem como a vanguarda e referência em sua luta contra o poder central.

Os explorados brancos e mestiços do Equador, sem saber, seguiram o conselho de Marx quando este, referindo-se ao proletariado inglês, dizia que ele só poderia ser livre se lutasse pela liberação de seus irmãos irlandeses.

Como resultado disso, hoje, no Equador, ao contrário da Iugoslávia ou da Rússia, o que está ocorrendo não é um enfrentamento, no interior do movimento de massas, entre etnias ou nacionalidades. O que está ocorrendo é um enfrentamento de todos os explorados contra a “democracia colonial” controlada por brancos e mestiços.

Uma revolução socialista em curso

Nos países europeus e, inclusive, em vários países latino-americanos (como Argentina, Uruguai e Brasil) é estranho e até mesmo incompreensível pensar em uma revolução encabeçada pelos indígenas. A visão que se tem nesses países sobre os indígenas é aquela divulgada pelos colonizadores, que depois de exterminar 80% da população que encontraram na América, construíram as famosas “reservas” para fazer o mesmo que fazem com os animais em extinção: preservar as espécies. No entanto, em países como Equador, Bolívia, Peru ou Guatemala, os indígenas, apesar do genocídio, formam uma porcentagem importante da população (em torno de 40% no Equador) e, por isso, são uma parte importante da estrutura desses estados. No Equador, a ampla maioria dos indígenas é camponesa. Por isso, quando estes setores se mobilizam de forma revolucionária, o fazem empunhando não só as reivindicações como nação, mas como classe social. Da mesma forma que seria equivocado ver somente a questão nacional nesta

revolução, também seria equivocado pensar que estamos frente a apenas uma revolta camponesa dirigida pelos indígenas. Os indígenas são a vanguarda do conjunto dos explorados que estão se enfrentando contra o poder central.

A revolução equatoriana, do ponto de vista social, é camponesa, operária e popular. Pelos protagonistas e pelos inimigos que esta revolução enfrenta, estamos diante de uma revolução socialista. Não porque as massas e a direção tenham consciência disso, mas porque os problemas que motivam esta revolução (inclusive a questão nacional dos indígenas) só poderão ser solucionados com uma revolução socialista triunfante (por outro lado, esta idéia é a que estava no programa original da Conaie). ¹

A revolução equatoriana, em um sentido, se parece com a ampla maioria das revoluções do pós-guerra, nas quais foi o campesinato, e não a classe operária, que esteve à frente desses processos. No entanto, entre as várias diferenças que existem, uma merece ser destacada: à frente desse processo não existe um partido/exército, como vimos na revolução vietnamita, chinesa ou cubana. Encabeçando a revolução equatoriana estão os organismos de massas de caráter político/sindical (a Conaie, a CMS ², o Seguro Camponês ³ etc) e um organismo que é uma alternativa de poder: o Parlamento dos Povos. ⁴ Relacionado com esta questão e também por determinadas circunstâncias históricas, os métodos de luta usados não foram as ações isoladas (muito comuns no movimento camponês), mas as ações de massas, as greves, as mobilizações de rua e os levantes indígenas, até chegar ao levante geral contra o poder central: a insurreição de 21 de janeiro, que combinou, em um nível superior, todos esses métodos.

As ações de massas deixaram em uma crise profunda o conjunto das instituições do estado capitalista equatoriano: o governo, o Congresso, o Poder Judiciário, os partidos políticos tradicionais, as Forças Armadas, a Igreja. Com a ação de 21 de janeiro, o governo se desmoronou. Uma boa parte das Forças Armadas, enviadas para reprimir, se indisciplinaram e se somaram aos insurgentes e, juntos com eles, ocuparam o Congresso Nacional. A alta hierarquia da Igreja Católica, ligada à Opus Dei, não se cansou de insultar os índios, mas em muitas igrejas do país os sermões dos padres alentaram e ajudaram a organizar o levante. Os partidos políticos tradicionais, depois da insurreição, tentaram canalizar a situação pela via eleitoral, mas também aí tiveram que amargar importantes derrotas. Em várias cidades (entre elas Quito), candidatos que estiveram ao lado da insurreição venceram as eleições para prefeito.

A direção e as Forças Armadas

Em momentos em que a maioria das direções do movimento de massas se adaptam aos planos do neoliberalismo e se integram completamente aos regimes democrático-burgueses, as direções do Equador (a Conaie e a CMS) atuam de forma diferente. Elas se colocaram à cabeça da insurreição contra

¹ A Conaie (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador) agrupa treze nações indígenas. Calcula-se que fazem parte dela aproximadamente três milhões de pessoas.

² CMS (Coordenação de Movimentos Sociais) agrupa uma boa parte dos funcionários públicos, os petroleiros, eletricitários, organizações de bairro, de mulheres, pequenos comerciantes etc. A CMS está organizada em 16 províncias (praticamente todo o país).

³ O Seguro Camponês agrupa mais de um milhão de camponeses (a maioria não indígenas).

⁴ O Parlamento dos Povos surgiu por iniciativa da Conaie e acabou sendo assumido, a posteriori, pela ampla maioria dos setores em luta. Estendeu-se por todo o país como um poder alternativo. Depois da insurreição de 21 de janeiro, o Parlamento dos Povos instalou-se no Congresso Nacional e elegeu uma Junta de Salvação Nacional.

o governo e seu plano imperialista de dolarizar a economia. Estão contra as privatizações. Contra o parlamento burguês. Contra o Poder Judiciário. Mas não é só isso. Enquanto que em outras partes do mundo, as poucas direções que impulsionam alguma luta, procuram ter sempre um controle férreo sobre elas, as direções do Equador incentivam a participação das massas nos organismos de luta e de direção. Incentivam os organismos de duplo poder. Os desenvolvem e centralizam a nível nacional no Parlamento dos Povos.

No entanto, esta reivindicação que fazemos das direções equatorianas não nos podem impedir de fazer-lhes críticas. A revolução equatoriana, como toda revolução, tem seus avanços e retrocessos. A insurreição de 21 de janeiro foi o ponto mais alto desse processo, mas depois veio um revés. O governo de Mahuad foi deposto e seu lugar ocupado pela Junta de Salvação Nacional, eleita pelo Parlamento dos Povos, e que se manteve por oito horas.

Este desenlace não é novidade em uma revolução. A história mostra que em muitas ocasiões a contra-revolução, depois de haver perdido o poder, o recupera. Mas no caso do Equador ela não precisou lutar para isso. A direção do Parlamento dos Povos achou conveniente que à frente da Junta de Salvação Nacional estivesse Lucio Gutierrez, um coronel do exército que esteve ao lado da insurreição. Este, respeitando a hierarquia militar, entregou o cargo ao General Mendoza, que colocou Gutierrez e seus aliados na prisão, renunciou a seu cargo e o entregou a Gustavo Noboa, o vice de Mahuad. Assim, a institucionalidade, que foi enfrentada e derrotada pela insurreição, voltou a impôr-se.

Por que isso ocorreu? Como disse Vargas, dirigente indígena da Conaie (ver entrevista mais adiante) o general Mendoza os traiu. Mas por que a direção do Parlamento dos Povos, que dirigiu a insurreição, não assumiu o poder que havia tomado? Por que a direção do Parlamento dos Povos entregou o poder a um militar? A explicação para essa contradição pode ser encontrada no programa do Parlamento dos Povos

chamado *Mandato do Parlamento dos Povos do Equador para a Salvação Nacional*.

Elaborado dez dias antes da insurreição, o programa coloca várias coisas muito corretas, começando pelo chamado a um *Levante geral para revogar o mandato do governo presidido pelo Dr. Jamil Mahuad e do Congresso Nacional e a dissolução da Corte Suprema de Justiça*. No entanto, este programa é contraditório com a ação das massas e das próprias direções que o elaboraram. E onde mais claramente se vê esta contradição é quando aborda a questão das Forças Armadas.

Uma das razões fundamentais pela qual podemos dizer que no Equador estamos em meio a uma revolução é que as massas, com suas ações, provocaram uma tremenda crise na principal instituição do estado burguês: as Forças Armadas. Destacamentos inteiros romperam com a cadeia hierárquica e passaram para o lado da insurreição. Entre a oficialidade ocorreu o mesmo: uma profunda divisão entre os generais (que ficaram do lado do governo) e os coronéis (do lado dos revoltosos).

No entanto, o programa ignora que as Forças Armadas estão divididas pela revolução e as reivindica de conjunto (*...ao longo da história, as Forças Armadas cumpriram um papel importante em defesa dos interesses nacionais e do povo equatoriano...*) e lhes propõe um papel protagônico para o futuro (*Coparticipação das Forças Armadas no desenvolvimento integral do país*).

O programa se propõe destruir e depois reconstruir, de forma democrática, todas as instituições (o governo, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário). No entanto, surpreendentemente, não toca na única instituição que é a menos democrática de todas: as Forças Armadas. Se estas tivessem um funcionamento democrático, se as decisões fundamentais pudessem ser tomadas em assembleias conjuntas de soldados, sub-oficiais e oficiais, seria muito difícil que esta instituição fosse usada para defender os interesses da minoria governante. Estes interesses só podem ser defendidos por uma organização armada, que funcione em base a uma rígida disciplina hierárquica. Isto é justamente o que a revolução, nos fa-

tos, está questionando, mas isso é o que o programa não questiona.

Revolução socialista: uma utopia?

É possível, nas circunstâncias atuais, que no Equador triunfe uma revolução socialista? É possível pensar em um governo que rompa com o imperialismo, que exproprie a burguesia nacional e internacional e que, a partir daí, faça uma planificação econômica a serviço do povo equatoriano? Levando em consideração as condições do Equador, um dos países menores e mais pobres do continente, esta tarefa parece impossível. Em primeiro lugar, porque o imperialismo não permitiria. No entanto, observando este problema do ponto de vista continental e mundial, que é como deve ser feito, a revolução equatoriana não só é possível, como poderia ser uma poderosa alavanca para a ocorrência de novos processos desse tipo, no mínimo na América Latina.

No entanto, a vitória da revolução no Equador não é nada fácil. Não só porque nenhuma revolução é fácil, mas porque a direção desse processo não se propõe esta tarefa. Os que atualmente encabeçam o Parlamento dos Povos vêem a revolução socialista como algo completamente utópico; por isso o programa não coloca essa tarefa. Não é só um problema de palavras. O programa do Parlamento dos Povos, que de forma correta se opõe à dolarização e às privatizações, não se propõe a romper com o imperialismo. Da mesma maneira, o programa ataca duramente os setores corruptos da burguesia, mas não há nenhuma proposta de expropriá-la de conjunto e nem sequer a estos setores.

Contraopondo-se à “utópica” idéia de fazer uma revolução socialista, a atual direção do Parlamento dos Povos tenta ser realista, mas não consegue. O programa, pretendendo dar uma resposta às necessidades das massas, diz: *PÃO COM DIGNIDADE, EMPREGO E SAÚDE PARA TODOS* e para isso propõe *Impulsionar uma economia mista de mercado solidário na qual participe: a iniciativa privada com responsabilidade social, ética e ambiental...* Em outras palavras, o programa propõe conseguir pão, emprego e saúde para todos os equatorianos, sem romper com o capitalismo. Mas isto é algo que nenhum país capitalista do mundo conseguiu. E qual é a fórmula para conseguir no Equador o pleno emprego, pão e saúde? A fórmula é o “mercado solidário”, o que pressupõe que a burguesia equatoriana deveria deixar de pensar centralmente em seus lucros para pensar na solidariedade social. É difícil encontrar uma idéia mais utópica que esta.

A direção tem razão em querer ser realista. E para ser realista é preciso dizer que não há nenhuma possibilidade de conseguir pão, trabalho e saúde para todos os equatorianos se não se expropria a burguesia. Isso é o que demonstra a experiência histórica deste século. Na Rússia, China ou Cuba existia tanta ou mais miséria que no Equador, e nesses países se conseguiu, durante décadas, o pleno emprego, pão e saúde para todos. Mas, para isso tiveram, antes, que expropriar a burguesia.


A atitude dos revolucionários frente ao processo equatoriano

O capitalismo pode conviver com lutas e mobilizações, mas não pode conviver com uma situação de poder dual, principalmente quando esta chega aos quartéis. Hoje o Equador é uma colônia do imperialismo americano e, por isso, este coloca um empenho especial em acabar com a situação atual. Isso é o que explica o fato de que desde o dia 21 de janeiro cinco missões dos EUA visitaram o Equador, e é também o que explica que haja tantos agentes da CIA pululando por lá. O imperialismo se lança a desmontar a revolução equatoriana. Por bem (manobras e negociações), ou por mal (repressão), e frente a este fato não pode haver dúvidas de qual deve ser a atitude dos revolucionários: independentemente das diferenças que tenhamos com sua direção, é preciso cercar de solidariedade a revolução equatoriana. É preciso defender a revolução, seus organismos e sua direção, incondicionalmente, do ataque da burguesia e do imperialismo. Esta revolução não pode continuar sendo esquecida. O silêncio não é neutro. Ele atua como cúmplice dos planos contra-revolucionários.

Mas não basta defender a revolução dos ataques do inimigo. Junto com isso, é preciso lutar para que ela triunfe, porque há uma lei implacável da história: toda revolução que não avança retrocede. Nesse sentido, é necessária uma dura batalha política para que seja o Parlamento dos Povos, como legítimo representante das massas em luta, que assuma o poder. É preciso tirar as conclusões do dia 21 de janeiro. Não se trata de entregar o poder a um general, nem a um coronel. É o Parlamento dos Povos que deve assumir o poder. Os militares podem e devem cumprir um papel de destaque no processo, mas primeiro precisam fazer o mesmo que se faz nos sindicatos e nas comunidades indígenas. Precisam democratizar as Forças Armadas. Os militares podem e devem participar do Parlamento dos Povos, mas sempre subordinados às decisões deste, e não de seus mandos. Um general

ou um coronel pode estar à frente do governo, mas também pode estar um soldado ou um cabo. As assembléias nos quartéis devem indicar seus representantes frente ao Parlamento dos Povos e este, por sua vez, deve indicar quem vai governar o país.

As organizações das massas equatorianas, depois do revés de janeiro, preparam uma nova insurreição. Nesse processo, o problema do poder estará novamente colocado. Mas, o problema dos problemas é tomar o poder para quê? As massas fazem a revolução porque querem respeito, pão, terra, educação, emprego e, por isso, enfrentam a burguesia e o imperialismo. No entanto, a direção se propõe conseguir estes objetivos sem romper com eles. Isto é impossível. Desta forma, o novo poder não vai garantir nem pão, nem terra, nem emprego.

Entre abril e setembro de 1917, os bolcheviques na Rússia chamavam aos partidos que eram maioria nos soviets a romper com a burguesia e tomar o poder. Dessa experiência histórica passou-se quase um século. Muitas coisas mudaram, mas no essencial, nada mudou. O imperialismo continua sendo imperialismo. A burguesia continua sendo burguesia. Os explorados continuam sendo explorados. Por isso, esta política bolchevique hoje tem total vigência e os revolucionários têm de se pautar por ela e dizer: Parlamento dos Povos, Conaie, CMS: rompam com a burguesia e tomem o poder 

A INSURREIÇÃO DE 21 DE JANEIRO

“A partir do domingo, 16 de janeiro, à noite, delegados das comunidades indígenas e organizados pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, Conaie, centenas de homens e mulheres avançaram em direção à cidade de Quito, capital do Equador. Objetivo: recuperar a voz dos quinhentos anos de silêncio, recuperar para todos a dignidade dos povos e do país, e construir uma sociedade diferente, mais democrática, mais justa, mais tolerante.

Na segunda-feira, 17 de janeiro, utilizando os conhecimentos e a experiência de tantos anos de resistência, os indígenas foram rompendo o cerco militar e policial imposto em torno de toda a capital da república (...)

Na terça, 18 de janeiro, iniciam-se com força diversas mobilizações em Quito, que captam a simpatia e o apoio de numerosos setores sociais urbanos.

Na quarta, 19 de janeiro, tem início uma marcha de mais de 20 mil pessoas(...). Sua bandeira: a construção com todos e todas de um novo país. Durante a noite, os indígenas cercam o Parlamento e os locais da Corte Suprema de Justiça. Na quinta, 20 de janeiro, o exército e a polícia fazem uma impressionante demonstração de força para romper o cerco indígena(...). Na sexta, 21 de janeiro, tem início, às 10h30, a ocupação das instalações do Congresso Nacional. Durante toda a noite anterior ocorreram diversas escaramuças com a polícia e o exército. Às nove horas do dia 21, os indígenas começam a entrar, junto com os membros do Parlamento dos Povos do Equador, no Congresso Nacional.

A entrada de centenas de representantes dos Povos Indígenas e das organizações populares nos edifícios do Congresso Nacional foi facilitada por um grupo de militares da força terrestre (exército) comandados pelo General Carlos Moncayo e o coronel Lucio Gutierrez (...); os dirigentes indígenas instalam, com o coronel Lucio Gutierrez, a Junta de Governo Popular “Do povo e para o povo”, contra a corrupção, contra o neoliberalismo, pela equidade econômica, pelo pleno desenvolvimento humano e em prol de um Estado realmente de Bem-estar Social.

Às doze horas, tremula, pela primeira vez na história do Equador, a “wípala”, a bandeira indígena, no Congresso Nacional do Equador. (...) às 15h30, os indígenas e outros grupos sociais ocupam os locais da Corte Suprema de Justiça. A partir daí começa o cerco ao Palácio do Governo.

Na sede do Congresso Nacional, e antes de iniciar outras ações, instala-se oficialmente o Parlamento Nacional dos Povos do Equador, que assume suas funções de legislação e estabelece seus primeiros decretos. Decreta-se a

Extratos do relato publicado pelo jornal *Rikcharishun* n° 1, março de 2000, do Instituto Científico de Culturas Indígenas (ICCI).

Rikcharishun (“Despertemos”) é o jornal bilingüe da Ecuarunari (Confederação dos Povos de Nacionalidade Kichwa do Equador).

ordem de impedir a fuga para o exterior do ex-Presidente Jamil Mahuad. Decreta-se, também, a formação da nova Junta de Governo denominada JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL, conformada pelo Coronel Lucio Gutierrez, pelo líder indígena e presidente da Conaie, Antonio Vargas, e pelo jurista e antigo Presidente da Corte Suprema de Justiça, Carlos Solorzano. A junta firma seus primeiros decretos, devolvendo os recursos do povo que foram confiscados para salvar os bancos, estabelecendo controle de preços dos produtos de primeira necessidade (...)

À tarde do dia 21 de janeiro, e devido à situação política nacional, o alto comando militar pede a renúncia do Presidente Mahuad. Às 17hs, o Presidente Mahuad sai escondido do Palácio Presidencial, custodiado até uma base aérea. Às 18h30, toda a população de Quito, indígenas, jovens e militares, avançam para o Palácio Presidencial, para consumir o ato de derrubada do Presidente Mahuad. Saudadas por milhares de cidadãos, a marcha de aproximadamente 50 mil pessoas avança para tomar o Palácio e instalar o Governo Popular.

(...) Às 19h15 a Junta de Salvação Nacional entra no Palácio do Governo ao som de vivas, aplausos, gritos e manifestações de júbilo por parte da multidão. A tomada do Palácio do Governo é pacífica; o Presidente Mahuad havia desocupado o local horas antes e seu governo havia caído (...) Com aplausos e entoando palavras de ordem, entram os dirigentes indígenas e de organizações populares, juntamente com os coronéis (...)


No entanto, no interior das Forças Armadas começa a prevalecer outros interesses. Os meios de comunicação cerram fileiras contra o golpe militar, como o denominam, e convocam a sociedade a rebelar-se contra o novo governo. Os membros da oligarquia, sobretudo da cidade de Guayaquil, pedem a repressão aos golpistas e aos indígenas pela força, mesmo que isso custe, segundo eles, um massacre. As câmaras de produção, os grandes latifundiários, se assustam e convocam o alto comando militar a tomar decisões

mais radicais. Alega-se que há o perigo de um bloqueio por parte dos Estados Unidos e se ameaça com a fuga de capitais, o que destruiria a frágil economia equatoriana.

O alto comando militar reage aos pedidos da oligarquia, dos empresários, e inclusive da embaixada dos Estados Unidos, e se dirige, às oito da noite do dia 21 de janeiro, ao Palácio do Governo para dialogar com a Junta de Salvação Nacional. O alto comando militar, juntamente com o Conselho de Generais, decide empregar uma estratégia de apaziguamento e traição. Fingem estar com a Junta de Salvação e exigem a presença nela do chefe do Comando Conjunto, General Carlos Mendoza. Por razões de hierarquia militar, o Coronel Lucio Gutierrez (...) cede às pressões do alto comando militar. Forma-se, assim, um triunvirato, no qual, junto com o líder indígena Antonio Vargas e o jurista Carlos Solorzano, se incorpora o General Carlos Mendoza.

Duas horas mais tarde, e depois de desarmados e presos os principais líderes militares que apoiaram o levante, o General Carlos Mendoza apresenta sua demissão da Junta de Salvação e entrega o poder ao vice-presidente de Mahuad, Sr. Gustavo Noboa.

Às 7h35 do sábado, 22 de janeiro, o vice-presidente Gustavo Noboa toma posse como Presidente do Equador no Ministério de Defesa e na companhia do alto comando militar, entre eles o General Mendoza.

Os dirigentes indígenas, desde as 4hs, se apressam a explicar o que acontecera diante das centenas de companheiros; falam da traição do General Mendoza, e insistem com eles no triunfo que significou a derrubada pacífica de Mahuad. As comunidades deliberam e optam por retornar às suas terras, para preparar a continuação de uma luta que teve um grande momento de expectativa e triunfo nessa ocasião. Os músicos novamente acompanham a volta para casa. Todas e todos vão decididos a voltar, a continuar a luta, com essa infinita paciência que é patrimônio de nossos povos” 

REPORTAGEM AO PÉ DO VULCÃO

MARIÚCHA FONTANA E ANTONIO FERREIRA

Dirigentes do PSTU-Brasil

No dia 20 de março, desembarcamos em Quito: Antonio Ferreira (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP/Brasil) e Mariúcha Fontana (da direção do PSTU e do jornal Opinião Socialista). Fomos acompanhar de perto as manifestações de 21 de março – convocadas para lembrar a insurreição de 21 de janeiro e exigir a libertação dos militares presos. Queríamos ver a revolução nesse pequeno país latino-americano, atravessado por vulcões belíssimos, ativos e inativos, conhecer as organizações do movimento de massas equatoriano, levar solidariedade à sua luta e também avaliar e conhecer a situação do país pós-insurreição de 21 de janeiro.

Um país pequeno, pobre, bonito e poético está vivendo uma revolução. A insurreição popular de 21 de janeiro foi um grande ensaio geral dos indígenas e do conjunto do movimento de massas equatoriano.

A revolução do “arco-íris” segue sua marcha, apesar de ter perdido o poder em 21 de janeiro passado. Prepara-se um novo levante que, agora, se enfrentará mais diretamente contra o império.

Já era madrugada – 1h da manhã – quando tomamos um táxi no pequeno aeroporto de Quito em busca de um hotel. No táxi, o primeiro sintoma de revolta e indignação contra a situação do país, contra o governo do ex-vice-Noboa, que tem contra si 80% da população. O taxista nos informa que os motoristas de táxi fizeram uma grande greve e manifestações, porque a moeda equatoriana – em vias de extinção –, o sucre, se desvalorizou brutalmente frente ao dólar, os salários ficaram congelados e as prestações dos carros são dolarizadas. Um dólar vale 25 mil sucres. Pagamos dois dólares pela corrida. Uma ninharia para os estrangeiros, um dinheirão para eles, uma mixaria para o pagamento da prestação do carro.

No trajeto até o hotel observávamos uma cidade adormecida, ninguém nas ruas. Quito dorme cedo. Um frio cortante cai sobre a noite. A quase 3 mil metros de altura, no alto dos Andes, ainda que na linha do Equador, a variação de temperatura é enorme e castiga os desavisados.

Ao meio-dia, com o sol a pino, 20 graus e muito calor. Os desavisados se despem e o sol queima terrivelmente. Se uma nuvem cobre o sol, em 10 minutos sente-se um frio tremendo.

Numa bifurcação dos Andes fica Quito, altíssima, cercada por montes e vulcões ainda mais altos. O “viejo” Pichincha, – vulcão inativo – descansa impávido e é visto de qualquer ponto da cidade. O agagua (niño) Pichincha ativo, filho do “viejo” Pichincha irrompe de quando em quando. Ruge, solta ventos quentes, fumarolas e pedras. Sua boca está voltada para fora da cidade e seu magma se transforma em cinza, lama e pedras que desaguam

Especial de Quito,
Equador

num lago nas costas de Quito. Mas – quando irrompe – forma-se uma nuvem enorme sobre a cidade – que se parece ao cogumelo de uma bomba atômica – e derrama cinzas.

A natureza e o respeito da mística indígena em torno a ela própria de sua cosmovisão, de sua filosofia, de sua cultura ancestral, apesar de toda a colonização, primeiro espanhola católica e agora norte-americana, se impõe como um traço cultural fundamental e adentra na simbologia da revolução, que objetivamente, e inconscientemente, é anti-imperialista e anti-capitalista. Tendo na sua vanguarda os indígenas, a revolução se chama Revolução do Arco-íris.

O império mostra sua cara... e suas garras

No dia 20 pela manhã saímos a pé pela cidade, em busca das organizações do movimento popular. Queríamos encontrar a Conaie, a CMS e saber do Parlamento dos Povos. Queríamos saber como seria a manifestação do dia 21. Queríamos, sobretudo, procurar uma resposta a uma inquietação de toda a vanguarda brasileira: ao não impor seu poder na insurreição de 21 de janeiro, houve uma derrota do processo revolucionário de conjunto, ou não?

No dia 20 pela manhã tomamos contato com toda imprensa burguesa do país e no decorrer do dia vagamos a esmo por Quito, conversando com seus camelôs, desempregados, estudantes e professores que saíam das escolas.

Na imprensa, na TV, nas livrarias, nos papos esparsos com setores intelectualizados, as notícias davam conta dos avanços na implementação do pacote de dolarização do governo. O projeto Troleibus. Faltavam pouquíssimos itens – de um projeto com mais de 80 pontos a serem aprovados pelo Congresso. O emissário do FMI e um Secretário de estado dos EUA estavam no país, acertando cada vírgula do projeto. Propunham – via mídia – mudar termos, ajeitar artigos, trocar palavras, redigiam conjunta e diretamente com o governo e Congresso – aos olhos de todo o povo – o plano de dolarização.

Mas não só o FMI está gerenciando diretamente – e fisicamente – todo o projeto econômico. O secretário de Estado dos EUA e assessor especial de Clinton está no país acompanhando tudo politicamente. Está também fisicamente no país, o Pentágono, a Cia e a DEA. O Pentágono está assessorando o alto comando do exército na repressão aos militares “insubordinados” e “reforma” das FFAA. Retomaram o centro de inteligência do exército, que apoiou a insurreição: trocaram todos os seus componentes por homens de confiança do Alto Comando. A CIA varre o exército e as organizações populares. Os dirigentes da Conaie e da CMS estão recebendo ameaças anônimas de morte. Há uma base militar norte-americana instalada no país, em Manta, sob o pretexto de combater o narcotráfico colombiano, que estaria atravessando a fronteira norte.

A burguesia equatoriana – gerente do projeto colonizador dos EUA – se unifica contra os trabalhadores e o povo e majoritariamente apoia a dolarização, mas briga horrores na hora de repartir os nacos da rapina e super-exploração e – como é inerente ao sistema – promove o maior festival de corrupção. A briga é tão intensa, que a burguesia costeira – de Guayaquil – tem o projeto de dividir o país e transformar a Costa numa espécie de Singapura.

O projeto de dolarização – que tem como prazo para ser integralmente aplicado, o mês de junho – é draconiano: significa transformar o Equador diretamente numa colônia dos EUA, e com um empobrecimento ainda maior de todo o povo. É uma rapina sem tamanho.

O projeto – além de adotar o dólar como moeda e, conseqüentemente, dolarizar todos os preços – aumentará para níveis internacionais os preços de tudo, inclusive e sobretudo de serviços básicos: gás, gasolina, eletricidade, etc, que hoje ainda estão congelados. Privatizará tudo: o petróleo (responsável por 40% das receitas do Orçamento do Estado), eletricidade, telefonia, etc, etc. O projeto também flexibilizará completamente a legislação trabalhista, instituindo o trabalho e salário por hora. Um sujeito poderá ser

“contratado” por 5, 10, 12 horas a US\$ 0,50 centavos de dólar a hora.

Hoje, a crise já é brutal e a miséria também. 57% da população não é assalariada. Quase 20% estão desempregados, quase 50% estão no mercado informal ou no sub-emprego. Os salários estão congelados e a inflação é de 100% em um ano. O salário mínimo é de US\$ 53 dólares.

Desempregados, trabalhadores da economia informal, os pequenos camponeses – indígenas ou não – estão todos arruinados.

Não é à toa que 80% do povo está contra o governo e contra a dolarização. E não é à toa que uma das palavras de ordem mais gritadas na manifestação de 21 de março era “Não, não me dá a gana, de ser uma colônia norte-americana”.

21 de março: o contato com a revolução

No dia 21, populares, trabalhadores em greve do serviço público, da energia elétrica, delegação de petroleiros, indígenas e camponeses não indígenas, concentraram-se no parque del Arbolito – no centro de Quito – para comemorar o 21 de janeiro – como uma data cívica – e para exigir a libertação dos militares presos.

Não foi uma manifestação multitudinária. Nem poderia, pois era também a data do equinócio (dia do ano novo dos indígenas).

Mais de 3 mil pessoas se concentraram e depois saíram em passeata. Dirigiram-se para dois Tribunais Superiores de Justiça. Invadiram os dois e protocolaram duas petições: a primeira exigia que os militares presos e processados pela justiça militar, fossem processados pela justiça civil, junto com todos os demais dirigentes do movimento e também junto com o alto comando das FFAA, o vice Noboa e todos que estiveram de alguma forma no 21 de janeiro. E a segunda petição exigia que o Estado convocasse uma Consulta Popular sobre seis pontos, entre eles dolarização, privatizações, manutenção ou não de Noboa e do Congresso.

A passeata, muito combativa, e sentindo muita força, tinha clareza de que coletaria as assinaturas necessárias (tipo uma ação popular) para uma Consulta Popular, mas que apesar disso a justiça e o governo não a acatariam e que o movimento, depois, faria a Consulta por sua conta e risco.

No ato, encontramos os dirigentes da Conaie, da CMS, do Parlamento dos Povos e grande parte das lideranças sindicais e camponesas do Equador, bem como as companheiras dos militares presos. Ali sentimos que a revolução seguia sua marcha – apesar da derrota ultra-conjuntural de 21 de janeiro.

Mesmo com as ameaças, o governo, até agora, não pôde prender as lideranças indígenas e populares, não conseguiu uma inversão da correlação de forças. Pois, se prendê-las todas ou seus líderes mais expressivos, sem mais nem menos, precipita um levante.

Depois, Lúcio Gutierrez – coronel do Exército que está em prisão militar e principal liderança da média oficialidade e dos insubordinados do exército – fez um discurso – gravado em fita-cassete desde a prisão – em defesa da legitimidade da ruptura de hierarquia do exército e da mobilização popular em defesa da pátria, contra os corruptos, contra a desnacionalização,

exortando Bolívar e Sucre.

No final da tarde foi reinstalado – no anfiteatro da Escola Politécnica – o Parlamento Nacional dos Povos, que não se reunia desde 21 de janeiro, mas que crescia nas cidades e províncias por todo o Equador.

O duplo poder: o Parlamento dos Povos, a Conaie e a CMS

Há um crescimento e fortalecimento tremendos das organizações populares do Equador. Desde que começaram a tentar aplicar o receituário do Consenso de Washington no país, há uma resistência tremenda do movimento de massas, que derrubou vários presidentes e impediu praticamente todos os projetos de privatização.

Mas também o projeto neoliberal e os vices que sucederam os presidentes, não desistiram. A vida só piora. As instituições da “democracia” dos ricos apodrecem aos olhos do povo, envolvidas num mar de lama, desferindo ataques e mais ataques sobre a maioria do povo em benefício de um punhado de burgueses. Não é à toa que o movimento exige fora tudo: fora governo, fora Congresso, fora justiça, fora plano neoliberal.

Para usar um termo da violência imperialista e burguesa contra a reação dos trabalhadores e do povo: no Equador o povo não agüenta mais e decretou tolerância zero à miséria, à espoliação, à colonização e à “democracia” autoritária dos ricos.

Nesse processo, a Conaie – que organiza todos os indígenas do país (eles são quase 40% da população), suas diferentes etnias e nacionalidades, hoje é uma organização poderosa e respeitada. Os indígenas-camponeses são a vanguarda incontestável da atual revolução equatoriana.

A CMS – Coordenação de Movimentos Sociais – é outra organização que está tendo um crescimento geométrico, sobretudo pós 21 de janeiro. A CMS, bastante ligada à Conaie (fazem planos conjuntos e unidade de ação) organiza os setores não indígenas, sobretudo urbanos, mas também os camponeses não indígenas.

Ela aglutina sindicatos, setores operários e de serviços, trabalhadores da economia informal, uma parcela do movimento estudantil e também do movimento camponês. Seu crescimento se deve à revolução, mas também à sua atuação, que não é uma atuação economicista, sindical e ponto. É um movimento político, que coordena as lutas imediatas, mas as subordina a um movimento mais geral, político. Nos dias em que estávamos lá, um dos seus principais dirigentes – dirigente também dos petroleiros – estava sendo processado porque tinha entrado com denúncias violentas de corrupção sobre o ministro responsável por todo plano de privatizações do país. Eles derrubaram o ministro no mês passado. As centrais sindicais tradicionais estão se esvaziando e inúmeros sindicatos estão aderindo à CMS (a maioria dos petroleiros, do setor elétrico, da saúde e outros).

O Parlamento dos Povos é um organismo de duplo poder no Equador. Ele nasceu espontaneamente em Guamote – um cantão indígena muito combativo, e a Conaie e a CMS propuseram instalá-lo nacionalmente.

O Parlamento é composto por delegados eleitos nos bairros e comunas. Nas cidades se elegem delegados aos Parlamentos Provinciais, que, por sua vez, elegem seus delegados ao Parlamento Nacional. Praticamente metade do Parlamento nos cantões e províncias é composto por representantes do campo (indígenas e não indígenas) e metade pelos setores urbanos. Os delegados têm mandatos revogáveis, qualquer um pode ser destituído a qualquer momento pela base. Só os delegados votam, mas as organizações do movimento podem participar das discussões. O Parlamento Nacional foi instalado pela primeira vez no dia 11 de dezembro de 1999 e convocou a insurreição do dia 21 para instalar um governo de unidade nacional. De 11 a 21 de janeiro, o Parlamento (apoiando-se também na Conaie e na CMS) dirigiu o processo insurrecional e funcionou como um poder alternativo de fato. Em sessão permanente, com 146 delegados eleitos, o Parlamento pilotou todos os passos da insurreição, votou o plano do

governo de unidade nacional e, inclusive, as primeiras medidas que esse tomaria e, efetivamente, tomou nas oito horas em que esteve no poder. Durante as 8 horas de governo – um dos governos mais efêmeros da história – a junta decretou o fim do projeto de dolarização, o fim do projeto de privatizações, a moratória da dívida externa (até equacionar ou uma renegociação, ou seu perdão) e o descongelamento da poupança e obrigatoriedade de seu pagamento ao povo pelos bancos.

O Parlamento Nacional se desarticulou depois do dia 21 de janeiro e voltou a reinstalar-se em 21 de março. Mas, nas cidades (cantões) e províncias se expande sua organização. Conforme nos relatou Silvério – o principal dirigente do Parlamento de Guamate: “pós 21 de janeiro, bastou a TV noticiar o Parlamento, para que passasse a se organizar em milhares de cidades e está tomando o país”.

A reinstalação do Parlamento Nacional

Em 21 de março – na reinstalação do Parlamento Nacional – estavam na mesa sua executiva (formada pelos principais dirigentes da Conaie, da CMS e também um representante dos militares insubordinados) e nós: Antônio, em nome da CUT e Mariúcha, em nome do PSTU.

O auditório estava cheio, mas faltavam representantes de várias províncias. Eles estavam participando das comemorações sagradas do equinócio. Mesmo assim, houve um informe de conjuntura, da situação do país e abriu-se o debate tanto sobre a situação política, como o do plano de ação do movimento.

Antônio falou em nome da CUT e dos trabalhadores brasileiros, expressando nosso apoio à luta dos trabalhadores e do povo equatorianos. Ele disse que não vínhamos só apoiá-los, mas que vínhamos participar, porque a luta deles era também a nossa luta, que a luta dos trabalhadores e oprimidos da América Latina era uma só e que uma vitória deles seria a vitória de todos contra o imperialismo norte-americano e contra a burguesia. Foi ovacionado. Depois da sessão, delegações vieram falar conosco, dar presentes: símbolos da revolução.

O debate foi livre e acalorado. Vários delegados e regiões propuseram antecipar uma nova insurreição. Um delegado dos camponeses não indígenas propôs tomar o poder naquele dia mesmo. Muitos, a começar pela CMS, defenderam antecipar e dar prazos concretos para a Consulta Popular e foram vitoriosos nisso. Durante a sessão, outros setores adentraram ao plenário. Uma delegação dos funcionários da saúde, em greve, com a presidente do sindicato à frente, pediram a palavra e declararam que estavam ali para fazer o que o Parlamento decidisse. Outro setor – todo um pessoal que levou calote de um banco socorrido pelo governo, também entrou gritando palavras de ordem e pedindo apoio à sua luta.

A sessão durou quase três horas. Foi uma coisa viva, na qual, inclusive, os dirigentes têm um controle muito relativo. É uma bagunça, no bom sentido.



A divisão do exército... fomos a Guamote e perdemos a festa

Na sexta-feira – 24 de março – rumamos para Guamote, o rincão indígena onde nasceu o primeiro Parlamento dos Povos. Lá, o Parlamento é duplo poder permanente, destituiu prefeito, delegados, etc, basta estes não seguirem suas determinações. O Parlamento decide tudo no Cantão – o destino de 100% do orçamento, onde e quando construir obras, organiza a utilização dos tratores nas comunas indígenas, etc. O Parlamento lá, manda nas instituições, que decidiram respeitá-lo, para não serem destituídas em dois ou três dias.

Guamote fica na província de Riobamba e é ainda mais alto que Quito. Fomos até lá com Fernando – dirigente petroleiro e da CMS – e sua companheira, Ariedna, que assessora o movimento indígena daquela região. Passamos pela província de Quitopaxi, onde fica o temível Tunguraua, vulcão ativo, com enorme capacidade de destruição.

Chegamos sexta à noite e fomos a Guamote sábado pela manhã. Lá visitamos comunas indígenas, nos entrevistamos com Silvério, comemos frutas desconhecidas e ficamos de retornar no dia seguinte.

Acabamos – com isso – perdendo a festa de aniversário do coronel Lúcio Gutierrez, que reuniu mais de 150 pessoas na prisão, onde todos beberam, cantaram e bailaram até altas horas da madrugada.

Essa é outra expressão contundente de que a revolução segue em marcha. A divisão do exército dá uma tremenda força ao movimento. E a “festa” do coronel Lúcio Gutierrez dá também a dimensão da correlação de forças que existe no Equador.

A insurreição – a mobilização do movimento de massas e, claro, os ataques do imperialismo ao país – racharam o exército. Mais de 65% das FFAA passaram para o lado do povo. A base do exército e a média oficialidade se rebelaram e regimentos inteiros (a base é popular e indígena) colocaram-se de prontidão e à disposição da insurreição e do Parlamento dos Povos.

Todo “desmonte” do 21 de janeiro, porém,

foi operacionalizado a partir do alto comando – sob a orientação dos EUA – que, invocando a hierarquia do exército, conseguiu que Lúcio Gutierrez desse seu lugar ao general Mendoza, que renunciou horas depois para empossar o vice Noboa, como mandava a embaixada americana. Lúcio capitulou e a Conaie também teve ilusões no alto mando das FFAA. Se o Parlamento dos Povos, a Conaie e a CMS e, sobretudo, a direção da oficialidade média tivessem dito aos regimentos rebeldes que prendessem o Alto Comando e marchassem para Quito – como eles se ofereceram para fazer – possivelmente o poder teria se instalado, ou haveria uma guerra civil no país.

O fato é que o exército, apesar da presença do Pentágono e da Cia, segue rachado de alto a baixo. Os militares presos – em prisão militar – não podem sair às ruas, mas impõem visitas diárias, seguem organizando o exército por dentro e, inclusive, podem realizar festas com todo o movimento na prisão.

Um dos militares – que não está preso – e apoia o programa da Conaie e esteve ao lado do Parlamento dos Povos em 21 de janeiro, Pablo Moncayo, acaba de ganhar a eleição para a prefeitura de Quito.

Os limites do programa e da direção


A direção do movimento tem o grande mérito de apostar suas fichas na ação direta, de se contrapor frontalmente ao atual “estado de direito” e à institucionalidade burguesa, de detectar que a revolução tem que vir debaixo e que, portanto, a burguesia equatoriana é incapaz de inverter a lógica do projeto imperialista. Tem também o mérito inegável de apostar num projeto insurrecional e na conformação de um duplo poder.

Porém, seu programa não vai além de uma revolução democrática nos marcos do capitalismo. A direção propõe e leva adiante um poder alternativo real, racha as FFAA e, no entanto, seu objetivo é a reconstruir uma nova institucionalidade burguesa, uma economia de mercado (mista, mas de mercado) e tem a ilu-

são de que imporá uma inserção soberana na “globalização, negociará com o FMI, a ONU, etc.

A direção, de fato, não propõe todo poder ao Parlamento dos Povos. Propõe instituir – pela via revolucionária – um novo governo de Salvação Nacional que convocará uma Constituinte e governará com um novo congresso e setores da burguesia que não sejam corruptos.

Esse objetivo, pode botar a perder uma nova insurreição, como no 21 de janeiro, quando tiveram ilusões no alto comando das FFAA. Podem, inclusive, a partir da vitória eleitoral nas eleições municipais que ocorreram neste mês de maio, ficar no meio do caminho no que toca à nova insurreição e acabar por dar – mesmo sem querer – tempo para o imperialismo e para a burguesia se organizarem melhor contra a revolução.

De todo modo, há uma revolução em marcha no Equador, com duplo poder, e o mundo – sobretudo a América Latina – não pode ficar alheio a ela. Há grandes chances de ocorrer outro 21 de janeiro e os trabalhadores de todo o mundo têm que levantar uma muralha de solidariedade à revolução equatoriana 

MANDATO DO PARLAMENTO DOS POVOS DO EQUADOR PARA A SALVAÇÃO NACIONAL

Estes são extratos do programa das organizações de massas equatorianas, preparado uns dias antes do levante de janeiro último.

CONSIDERANDO

QUE o atual modelo econômico e político aplicado pelos governos nestes últimos vinte anos semeou pobreza, insegurança, angústia e desmoralização nos lares da cidade e do campo. Este velho modelo provocou a concentração da riqueza em mãos de um pequeno grupo de banqueiros e famílias poderosas, e criou uma falsa democracia vinculada a esses interesses.

QUE os banqueiros e políticos corruptos deixaram o país à beira do abismo... A corrupção e a impunidade corroeram as bases da economia, a moral, a justiça e a política. Que os responsáveis pelo saque do país sequestraram a democracia e converteram o Congresso Nacional em reduto de seus pactos perversos, conchavos e negociações pessoais com os sagrados recursos do Estado, politizando o sistema judicial e instituindo a impunidade para os poderosos; inclusive pondo em risco a soberania e a unidade nacional.

QUE apesar de que a crise vem se aprofundando há duas décadas, agora o maior responsável é Jamil Mahuad, que privilegiou o socorro aos banqueiros corruptos e as transnacionais ineficientes, financiadores de sua campanha presidencial, ao invés de responder aos sagrados interesses nacionais. Que a incapacidade do Presidente levou o Equador à bancarrota econômica e moral, perversamente, semeou o caos econômico com uma desvalorização desenfreada e o fantasma da hiperinflação, para dar o golpe extremo da dolarização da eco-

nomia e a privatização do patrimônio nacional, sendo que o Congresso Nacional e a Função Judicial são cabalmente co-responsáveis e cúmplices desta destruição.

QUE os responsáveis pela debacle nacional não podem continuar à frente do país... A troca de nomes, do Presidente pelo Vice-presidente ou pelo Presidente do Congresso Nacional, assim como a antecipação das eleições, não são nenhuma solução, já que a experiência de fevereiro de 97 demonstrou ao povo equatoriano que os políticos utilizaram a energia do povo para colocar no Executivo outro representante de sua própria quadrilha, confiscando o levante cívico e reeditando a sentença de Eugenio Espejo: “Último dia de despotismo e primeiro do mesmo”.

QUE ao longo da história, as Forças Armadas cumpriram um rol importante em defesa dos interesses nacionais e do povo equatoriano, e o atual momento reclama sua participação direta no respaldo às decisões dos povos do Equador.

No uso do poder conferido pela soberania popular e no exercício da autêntica democracia, o Parlamento Nacional dos Povos do Equador.

RESOLVE

1. Convocar os povos do Equador a um LEVANTE GERAL para revogar o mandato do Governo presidido pelo Dr. Jamil Mahuad e do Congresso Nacional, e a dissolução da Corte Suprema de Justiça, a fim de abrir caminho para a AUTÊNTICA DEMOCRACIA dos povos do

Equador, que represente os índios, negros e mestiços, as mulheres e homens trabalhadores, os patriotas civis e militares, os cristãos e crentes comprometidos, os empresários honestos, as diversas regiões e províncias do país...

2. O PARLAMENTO DOS POVOS DO EQUADOR ASSUME PLENOS PODERES PARA DECIDIR O NOVO RUMO ECONÔMICO, POLÍTICO, ADMINISTRATIVO E MORAL DA PÁTRIA.

3. Constituir a NOVA REPÚBLICA DOS POVOS DO EQUADOR, mediante a aplicação dos seguintes OBJETIVOS e POLÍTICAS de governo:
EXTIRPAR TOTALMENTE A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO.

Suspensão imediata do salvamento bancário e recuperação dos fundos dos banqueiros corruptos, procedendo ao embargo de seu patrimônio, e acelerar o descongelamento dos fundos.

Formação de tribunais de justiça especiais e públicos, para julgar as responsabilidades éticas, civis e penais dos banqueiros e políticos corruptos.

NOVA ECONOMIA

Incentivo a uma economia mista de mercado solidário, onde participe: a iniciativa privada com responsabilidade social, ética e ambiental; um Estado forte, eficiente e moderno, para garantir o controle da economia...

Formulação de um novo Orçamento do Estado, que tenha como eixo o desenvolvimento produtivo e social... Prestação de contas semestrais, do Executivo ao Parlamento dos Povos do Equador, sobre a execução do Orçamento.

Recuperação dos capitais emprestados pelo Estado ao setor privado.

Otimização da justiça tributária: quem tem mais e ganha mais, paga mais; fortalecimento dos impostos diretos; castigo exemplar aos evasores de divisas. Tratamento diferenciado aos comerciantes minoristas, artesãos e pequenos agricultores.

Moralização, transparência, despolitização e tecnificação das aduanas, sob controle público com apoio das Forças Armadas.

Transformação, modernização e não privatização dos bens, empresas e serviços públicos. Participação de investimentos privados em novos projetos que beneficiem o país e garantam segurança jurídica para os investidores.

PÃO COM DIGNIDADE, EMPREGO E SAÚDE PARA TODOS

Planos massivos de emprego gerados por meio do fortalecimento da agricultura, a construção e a pequena indústria.

Plano nacional de emprego familiar produtivo a cargo das Forças Armadas.

Controle de preços e tarifas dos serviços públicos, gás, combustíveis e medicamentos. Estabelecimento de tarifas diferenciadas a favor dos setores mais empobrecidos.

NOVA DEMOCRACIA E REFORMA DO ESTADO

Instauração de um Estado plurinacional, unitário, democrático, descentralizado, transparente e equitativo.

Instauração de uma Junta de Governo, um Conselho de Estado e Parlamentos estaduais e nacional que sejam a expressão e representação dos povos, setores sociais, regiões e províncias do país.

Coparticipação das Forças Armadas no desenvolvimento integral do país.
SEGURANÇA HUMANA



Moralização e reforma da Polícia Nacional.
Aliança entre os produtores do campo e as organizações sociais para garantir a segurança alimentícia.

AMBIENTE SÃO E EQUILÍBRIO SOCIO-AMBIENTAL

Estabelecimento de uma normativa de proteção integral dos direitos dos povos nativos asentados nas zonas de influência e dos ecossistemas onde se realizam as atividades econômicas de baixo, médio ou grande impacto socio-ambiental, como condição imprescindível dos contratos entre o Estado, as empresas públicas, comunitárias e privadas.

Introdução de uma qualificação ecológica como condição para o investimento e produção, tanto no campo como na cidade.

Exigência do pagamento da dívida ecológica como forma de redução da dívida externa.


UNIDADE LATINO-AMERICANA E POLÍTICA INTERNACIONAL SOBERANA

Iniciativas para que os processos de integração latino-americana não se reduzam a acordos comerciais, mas que abarquem os diversos aspectos da vida econômica, cultural, política e social de nossos povos.

Apoio às iniciativas de democratização e reformas dos organismos internacionais, FMI, Banco Mundial, ONU, OEA, para alcançar uma ordem mundial mais justa.

Estas resoluções exigem a participação e o sacrifício de todos aqueles que têm fé na refundação da República. Chamamos a todos os homens e mulheres honestos a participar neste grande ESFORÇO DE SALVAÇÃO NACIONAL.

Chamamos os países latino-americanos e os organismos internacionais a serem testemunhos e a respeitar este esforço de reconstrução econômica, política e moral de nossa Pátria.

Escrito na cidade de San Francisco de Quito, Distrito Metropolitano, no dia 11 de Janeiro de 2000 

ENTREVISTAS

Falam os dirigentes

A seguir publicamos três entrevistas feitas em Quito por Mariúcha Fontana e Antonio Ferreira com alguns dos mais importantes dirigentes da revolução equatoriana: Antonio Vargas, presidente da Conaie, Pablo Iturralde, da Coordenação de Movimentos Sociais e Salvador Quishpe, da Ecuarunari e da Conaie.



“Nossa debilidade foi não ter, rapidamente, tomado a Presidência”.

ANTONIO VARGAS
Presidente da Conaie

**Como está a situação depois da insurreição de 21 de janeiro?
Houve uma derrota ou não?**

Vargas - Não, não se perdeu. O inimigo sofreu uma derrota. Do dia 21 até hoje, há um despertar do povo equatoriano. Muita gente pensou que o dia 21 nunca ocorreria, parecia um sonho. Para muita gente que está na luta há vários anos, parecia uma utopia, um suicídio. Tirar todos os poderes do Estado era duro, era difícil. Mas nós dizíamos que sim, que era possível.

Então, a partir do dia 21, o que ocorreu foi um grande despertar, uma grande unidade entre os setores sociais e o movimento indígena. Eu acho que estão ocorrendo mudanças importantes e, do ponto de vista político, se deu um choque na classe política do Equador. É um problema nacional. E é um choque também no âmbito internacional. Está o problema da dívida externa e outros, problemas que poderiam transcender para toda a América Latina. É o que dizem os embaixadores. Esse é o seu temor. Então, nós achamos que isto vai continuar. Os problemas estão se agravando, o governo continua com suas privatizações, sua dolarização.

O povo indígena, unido com os movimentos sociais, vai fazer um novo levante em breve?

Vargas - Sobre a data de um levante eu não posso afirmar nada, pode ser amanhã, talvez. A qualquer momento, a situação muda. Essa tem sido a característica do movimento indígena. Desde os anos 90 até hoje, vem fazendo levantes. Nesses levantes vai adquirindo uma consciência nacional. Antes era só indígena, só para o povo indígena, mas agora existe um despertar para o fato de que a luta não é só para os indígenas, mas para todo o Equador. Temos alguns problemas, porque os setores sociais propõem paralisações de 24 horas, de 48 horas e nós não estamos de acordo com isso. Se entramos na luta é para ir até alcançar o objetivo. Essa foi a razão de nosso êxito. Ocorreram levantes de 22 dias, de 15 dias. Desta vez foi de uns 12 dias. Se a tomada de Quito tivesse sido feita pelos setores sociais, teria sido interessan-

te. A tomada de Quito foi feita pelos indígenas. Eles caminharam durante vários dias por todo o país. Nosso objetivo era ter uns 200 mil índios aqui, mas só tivemos uns 20 mil, porque houve uma repressão nesses dias. Muitos setores não estavam convencidos do que iria ocorrer. Se todo o povo de Quito tivesse se levantado, teria sido muito mais rápido.

Vocês questionam todos os poderes, o legislativo e o executivo? Nos parece que o que está em jogo é o poder... Vocês, o Parlamento dos Povos, a Conaie, a CMS, todos, lutam pelo poder, certo?


Vargas- Nós atacamos os três poderes do estado porque aí está a corrupção. Nós não estamos somente querendo tomar o poder. O poder se pode tomar, mas queremos mudar um sistema muito mais a longo prazo, na parte econômica, na parte social e na parte política. Avançamos em algumas coisas interessantes para o povo indígena, mas não há uma democracia participativa, e sim uma democracia representativa, e quem tem poder econômico é quem manda.

Que lições vocês tiraram do dia 21 no que se refere ao Alto Comando das Forças Armadas? Por que vocês estiveram à beira de concretizar a tomada do poder.

Vargas - Dentro do exército foi analisado o problema da corrupção. Nós havíamos tido contatos, muito mais com os coronéis, e também conversamos com alguns generais e várias vezes fomos ao comando dizer-lhes que há um problema com a corrupção e lhes pedimos que assumissem um governo de salvação nacional, não de uma ditadura militar. Havia duas alternativas. Que os generais assumissem, ou então os coronéis. Mas os generais se mantiveram na Constituição. Não queriam dar passos porque as pessoas estavam na rua. Então, vão os coronéis. Especialmente Lucio Gutierrez. A Escola Politécnica do Exército e a Academia de Guerra se uniram e eles apoiaram o processo. São mais de 400 pessoas entre coronéis e te-

nentes coronéis. 99% dos coronéis para baixo estavam com o processo. O coronel Gutierrez tinha um discurso duro, propondo uma mudança profunda. Por isso, concordamos muito em nossos discursos. A única alternativa era a mobilização dos povos indígenas com os militares. Isso estava dado. Por isso, Lucio assumiu, para levar adiante o governo de salvação nacional. O problema é que quando nós fomos ao Congresso, os generais foram para a Presidência. Nossa debilidade foi não ter, rapidamente, tomado a Presidência. Os coronéis, depois de horas de discussão, disseram: mas se o general Mendoza é parte desse processo, então podia assumir. Mas não foi assim.

Então, Mendoza não era parte do processo?

Vargas - Não. Mas antes esteve. Falamos com ele sobre estas coisas. Lucio Gutierrez foi assessor de Mendoza. Mendoza sabia o que os índios iriam fazer e o que aconteceria. Os generais se comprometeram a respeitar os coronéis, respeitar o processo, respeitar o povo. Mas depois fracassou. Eles quebraram a palavra 

“O Parlamento dos Povos é o organismo máximo de decisão”.

PABLO ITURRALDE

Coordenação de Movimentos Sociais

Conte-nos um pouco a respeito da CMS.

Pablo – A CMS, como Coordenação, surge em meados de 1995, no marco de duas lutas que travamos nesse ano. Uma delas foi a dos *Encadenados del Oleoducto* contra a privatização do petróleo, liderada pelos trabalhadores petroleros, mas com a participação dos outros setores sociais. Mas, adquire forma, corpo e projeção nacional sobretudo na consulta convocada por Sixto Durán Ballén em novembro de 1995. Depois da derrota que lhe infringimos em junho ou julho desse ano, com a luta dos *Encadenados del Oleoducto*, Sixto Durán Ballén convocou uma consulta com onze perguntas. O conteúdo das perguntas era a privatização de tudo: petróleo, eletricidade, telecomunicações, previdência social, aeroportos, portos marítimos, rodovias etc. A outra parte tratava da flexibilização do trabalho e de colocar limites na organização dos trabalhadores, proibir a greve e impor condições mais duras para a estruturação dos sindicatos e comitês de empresa. Nesse momento, surge a Coordenação, com muita força, e lidera a campanha pelo NÃO à consulta.

Então, a Coordenação é formada a partir dos petroleiros?

Pablo – São vários setores, porque veja, o problema é que estamos desde 1990 com o primeiro levante indígena, em maio/junho de 1990. Ali uma série de setores sociais se articularam em apoio à luta indígena, a tomada da igreja de São Francisco, que foi o detonante do movimento, e depois os bloqueios das estradas e as ações de ocupação nas cidades feitas pelo movimento indígena. Havia situações como estas nas principais cidades da serra central. Foram tomadas por 25 mil, 30 mil até 45 mil indígenas. Era uma coisa impressionante aquelas ocupações e esses processos foram acompanhados pelas organizações sociais.

Que tipo de organizações sociais?

Pablo - Funcionários públicos, sobretudo das áreas energéticas, que nunca se vincularam às centrais sindicais porque havia uma crítica ao burocratismo. Organizações da Igreja de Base, da Teologia da Libertação, da Igreja dos Pobres, movimentos juvenis cristãos, organizações de bairro, bairros populares, moradores, organizações de mulheres, a Coordenação Política de Mulheres e outras

organizações de mulheres. Mulheres pela Democracia, Mulheres Lutando pela Vida, etc. O Seguro Social Camponês, que também tem bases indígenas, e bases na costa equatoriana que não são indígenas. Algumas são organizações de trabalhadores privados, como a Fetim, dos metalúrgicos. Organizações juvenis estudantis, como a dos companheiros da Politécnica do Equador, de algumas faculdades da Universidade Central ou de colégios. Organizações de Direitos Humanos. Organizações de ambientalistas, até ONGs que estão vinculadas a projetos de desenvolvimento com organizações populares. Esse foi um pouco o projeto que continuamos articulando desde 1990 e que se expressou nos *Encadenados del Oleoducto* e, posteriormente, na consulta de 1995. Inclusive quando surge a Coordenação, a Conaie faz parte dela. Ou seja, é uma articulação de todos os setores sociais que vêm lutando e acumulando forças desde o início da década de 90.

Quais são as principais categorias em luta?


Pablo – São os funcionários públicos, sobretudo da área de energia. Os petroleiros são 4.500, pode parecer pouco, mas uma paralisação no petróleo é muito importante, é praticamente o coração do país. O mesmo ocorre com os eletricitários. Um segundo setor importantíssimo é o Seguro Social (previdência social) camponês. Temos uma base rural camponesa e que inclusive tem relação com a Conaie. Porque nas comunidades da Conaie, muitos são filiados ao Seguro e têm comitês de base. O Seguro Camponês tem 2.700 comitês de base, que aglutinam aproximadamente 1.200.000 pessoas.

Naturalmente, não se mobiliza toda essa gente, seria uma mentira dizer isso, mas se mobiliza uma boa parte. Outro setor importante que se vinculou há um ano à Coordenação foram os comerciantes varejistas, que se mobilizam porque o governo quer impor impostos diretos ao comércio informal, ao comércio autônomo, aos vendedores autônomos do país. Esse setor tem uma grande capacidade de mobilização; paralisam os mercados, as feiras livres; armam uma hecatombe nas cidades. Esse é um

terceiro setor que tem uma importância estratégica, digamos assim. Depois estão os setores menores, entre eles, as organizações de bairro. Faz parte da Coordenação a Confederação de Bairros do Equador; são 46 federações, organizações de segundo grau, em cerca de trinta cidades do país.

Qual a relação da CMS com o Parlamento dos Povos?

Pablo – Em primeiro lugar, a conformação dos parlamentos foi uma decisão da Conaie, que depois foi aprovada por todos. A proposta dos parlamentos foi colocada de forma muito sábia pelos companheiros indígenas. Quando nos fizemos essa proposta, nós dissemos, pôxa, por aí vamos com tudo. Então, a convocatória dos parlamentos foi uma convocatória conjunta. A Conaie, inclusive propôs, com uma atitude também de hegemonia, que é correta, primeiro a conformação de parlamentos indígenas para posicionar em primeiro lugar o componente índio e, posteriormente, a conformação dos parlamentos dos povos.

Nós entramos diretamente no Parlamento dos Povos. Começando, principalmente, por aquelas províncias onde praticamente não existe população indígena ou existe população indígena migrante, como, por exemplo, a costa equatoriana. Os parlamentos são um espaço de articulação na perspectiva do poder, cujas funções fundamentais são legislar, administrar justiça, fiscalizar e executar. Para a conjuntura do dia 21 de janeiro, foi o que fizeram os parlamentos que se constituíram como tal na respectiva jurisdição territorial. Os parlamentos cantonais, em seus cantões; os provinciais, nas províncias, e o nacional, no conjunto do país. Aí não participam estruturas políticas ou partidárias. Estas podem participar, mas como parlamentares ou observadores com direito a voz, não a voto. O Parlamento é um espaço de ampla unidade de setores sociais organizados. Fundamentalmente populares, mas também universidades, sindicatos de profissionais, alguns grêmios empresariais ou de pequenos e médios empresários. O Parlamento é o organismo máximo de decisão 

“Ninguém nos porá limites...”

SALVADOR QUISHPE
Dirigente da Ecuarunari

Em janeiro, aparentemente, os indígenas eram a principal força de mobilização. Como vocês chegaram a ter uma política para o conjunto do povo equatoriano?

Salvador – Bem, é um processo que começou praticamente há vinte anos, mas o movimento se reorganizou no Equador há mais de 50 anos. É certo que agora o movimento indígena, com a Conaie e a Ecuarunari, se tornou a primeira força de mobilização, a primeira força de fiscalização, de reorientação no país em termos econômicos e em termos políticos. Mas este é um trabalho de longo tempo. Um trabalho sobretudo conjunto, com muitas comunidades. E aqui, o fato de sermos indígenas, joga um papel muito importante.

Primero, porque temos princípios que nos unem como indígenas, temos uma nacionalidade. Os indígenas que estão na costa equatoriana e os que estão na Amazônia equatoriana são distintos, mas há um elemento que os une, que são os princípios, o fato de ser daqui, desta terra, nativos. Passamos por problemas históricos que, apesar de serem distintos, são muito parecidos, como os maus-tratos ao índio. Temos também objetivos comuns. Então, tudo isso fez com que, por um lado, começássemos a ver como podemos coordenar atividades entre indígenas, já que culturalmente vivemos em um ambiente comunitário, há muita intercomunicação entre todos os indígenas, apesar de um estar no norte e o outro no sul do Equador. Há muita comunicação. Nós não temos os meios de comunicação como o rádio, a televisão, a imprensa, isso é muito limitado para nós. Mas nós temos outro elemento que é muito mais importante que isso, que é o fato de comunicarmos mutuamente as coisas, verbalmente, e isso é muito bonito. E foi assim que nossa organização foi se consolidando.

Hoje temos uma estrutura organizada em nível nacional. Temos pilares, e um deles é a Ecuarunari, é um pilar muito forte. Estamos convencidos de que é o pilar mais importante da Conaie:

A Ecuarunari é a organização dos indígenas da serra que estão dentro da Conaie ?

Salvador - Sim, por isso nós nos consideramos uma organização nacional, mas respeitamos a Conaie, porque ela aglutina todas as nacionalidades. E a nacionalidade quechua é uma delas; claro que é a maior de todas. Então, a Conaie é a Confederação das Nacionalidades Indígenas e nós somos a Con-

federação dos Povos Quechua do Equador, mas estamos em todo o país. No interior da Ecuarunari também estão as organizações de base, as federações. Há a união de organização dos “cañares”, há o movimento indígena de Cotopaxi, do Chimborazo, de todas as províncias, de Bolívar. Todas essas se unem e formam a Ecuarunari. Mas por sua vez também essas organizações provinciais têm suas organizações pequenas, as organizações das paróquias, das comunidades que são menorzinhas. E na realidade o que mais nos interessa não é a fortaleza da Conaie, como tal, mas a fortaleza da organização comunitária, que é um grupo de todas as famílias que vivem em uma comunidade, pode ser 15 mil famílias, e isso é o que é importante, a solidez da unidade no interior da comunidade. Uma comunidade unida faz, automaticamente, com que a Conaie esteja unida. Então, esse é um dos fatores fundamentais. Sem isso dificilmente teríamos podido chegar aqui.

O fato de estarmos organizados assim, permitiu que nós pudéssemos, então, organizar ações reivindicativas, primeiro pedindo que nos res-

peitem como índios. Essa foi a luta dos anos 90. Que nos respeitem. Que nos dêem os espaços que nos correspondem. Que reconheçam nossas línguas como línguas oficiais do Equador. Nossa educação bilíngüe. Que reconheçam nossa própria justiça dos povos indígenas. Nossa própria organização social, e isso, depois de um sem número de levantes na década de 90, depois de todas essas jornadas tão difíceis, em 97 conseguimos colocar esses elementos na Constituição. Tudo isso foi nos fortalecendo. Hoje temos uma Constituição política do Estado que reconhece os povos indígenas como atores sociopolíticos e econômicos, e também culturais. Nossas línguas são reconhecidas, nossa medicina, nossa justiça, nossa organização social, nossas formas de fazer uso dos recursos naturais de produção e economia. No entanto, apesar desse reconhecimento, ainda se fazem manobras políticas. A Constituição já está reconhecida, perfeito, mas politicamente ainda existe a manipulação por parte dos partidos políticos tradicionais, que querem continuar dirigindo o Equador como se fosse seu barco (conosco aí dentro) e são eles os



que orientam as relações políticas com os EUA, com o Fundo Monetário Internacional, as condições que o FMI impõe aqui em termos de privatizações, de novas políticas econômicas. Agora mesmo temos a dolarização, que já foi imposta aqui no Equador.

Então, isso fez com que saíssemos da parte reivindicatória. Já não apenas exigimos que respeitem a nossa língua, nossa vestimenta, nossa alimentação, nossa cultura. Não ficamos só nisso; começamos a exigir também o respeito a nosso trabalho, a nossos recursos.

Agora nos dizem que ficamos politizados, que os índios devem lutar apenas para defender a língua e nada mais; segundo os políticos tradicionais, os índios não devem participar das lutas políticas, e nós dizemos que não haverá ninguém capaz de nos pôr limites; nós não temos limites. Nos levantamos e vamos seguir em frente.

Os pequenos camponeses, que não são indígenas, também estão mobilizados? Têm organizações?

Salvador – Sim, têm. Antes não tinham. O dia 21 de janeiro foi uma data importante, um ponto de partida para adiante. Até 21 de janeiro, para muitos desses setores, como os pequenos produtores de banana, de arroz, de camarão, de cacau, nós éramos indiferentes. Nós temos nossa organização dos povos indígenas, mas para o restante dos camponeses, não indígenas, não éramos grande coisa. A partir de 21 de janeiro, foi como se dessem conta disso. Acaba de conformar-se o Movimento Solidaridade da Costa Equatoriana, onde não há indígenas, pelo menos não indígenas identificados como indígenas. Mas esse é um movimento enorme, que começou a mobilizar toda a Costa Equatoriana e eles nos convidaram a integrá-lo. Estivemos nos cantões de províncias da Costa e vimos como mobilizam centenas de pessoas. E nos disseram: nós estamos aqui nos organizando, mas queremos que a Conaie esteja na cabeça, porque ela tem experiência. Isto fez com que tivéssemos uma responsabilidade, não somente para com os povos indígenas, mas também com o restante da sociedade civil que começa a organizar-se e a dizer: nós temos esperança na Conaie. Nos organizamos, mas queremos que haja um único porta-voz no país, e esse porta-voz tem de ser a Conaie.

E o problema dos militares?

Salvador - Isso também é preocupante. Eles se uniram ao acordo no momento oportuno. Fizemos um trabalho conjunto e agora eles estão presos, os coronéis. Eles não mudaram de posição. Continuam achando que este país tem de mudar. Estão na prisão, mas é coisa de dias, de meses talvez. Nós vamos continuar exigindo a liberdade dos coronéis e esperamos que o governo seja um pouco mais inteligente, porque se não, em julho poderão ter uma surpresa.

As FFAA e a Igreja estão completamente divididas?

Salvador – Sim, estão.

A base da Igreja está contra a cúpula, não?

Salvador - Muitos padres de nossas paróquias estavam conosco nos levantes.

Ainda estão?

Salvador - Sim. Nas missas se falava dos movimentos; por meio das missas se convocava as pessoas para os levantes.


Você acha que é possível haver uma reação dos militares e de um setor da burguesia, porque o poder não se toma com flores...

Salvador - É possível. Olha, isso estava a ponto de acontecer, em janeiro. Nós também vamos, por outro lado, lutar dentro desse marco da “paz” entre aspas, porque aqui não há paz. Temos sérias dificuldades, a violência está aí. As crianças estão morrendo. Mas nós, por nossa iniciativa, tomar as armas, não vamos, porque temos outras ferramentas muito mais fortes que essas, que as carabinas, e vamos tentar evitar mortes. De crianças, de mães, de idosos. Isso foi o que fizemos em janeiro, porque do contrário, em janeiro tínhamos todas as armas. Poderia ter sido um campo de batalha. Eu acho que existem outras ferramentas muito mais importantes, muito mais verdadeiras para lutar, e nós estamos dizendo aos coronéis que temos que utilizar as outras armas, não as pistolas, e compartilhamos esse critério com eles.

Em janeiro vocês foram traídos. Como fazer para que em julho ou agosto não ocorra o mesmo?

Salvador - Em janeiro nós não contamos com o apoio do general Carlos Mendoza. Ele nunca esteve conosco, nunca. Falamos com ele antes, pedindo que assumisse a luta, mas não o fez. Por que nós aceitamos isso em janeiro? Nós sabíamos que a coisa chegou até ali e se rom-

peu, e se nós aceitamos foi mais por uma saída política. Se tivesse ficado Lucio Gutierrez na cabeça do governo, as coisas teriam sido diferentes, mas isso significava, insisto, uma grande batalha. Havia centenas de pessoas ali e não podíamos ser nós os mentores dessas mortes, porque as mudanças têm sim de serem feitas, mas essas mudanças tinham de ser diferentes. Além do mais, as grandes guerras não provocaram muitas mudanças. As grandes batalhas da Guatemala, com os companheiros indígenas de lá, não provocaram muitas mudanças. Em El Salvador, dezenas de anos de guerra civil não deram muitos resultados.

Eu acho que teria que trabalhar também o caminho, que o primeiro passo deveria ser armado. Não é nada difícil correr e disparar. Isso é o mais simples. Mas o mais importante é que a consciência das pessoas esteja muito clara, a coconsciência de todos os equatorianos. No momento que isso esteja bem claro na consciência de todos os equatorianos, se não alcançamos por bem, teremos de fazer outra coisa. Nesse momento, não haverá necessidade de grandes guerras. Não haverá necessidade de estar lutando dez anos, vinte anos. Bastará uma luta de um ou dois meses, e esta situação terá mudado 



JOSÉ WELMOVICKI

O discurso da cidadania
e a independência de classe



POLEMICA MÉXICO

Apresentação



FRANCISCO CRUZ RETAMA

A luta da UNAM



COMITÊ EXECUTIVO DO POS

O SI da LIT capitula à
ultra-esquerda do CGH



EL SOCIALISTA

Foi possível uma importante
vitória parcial



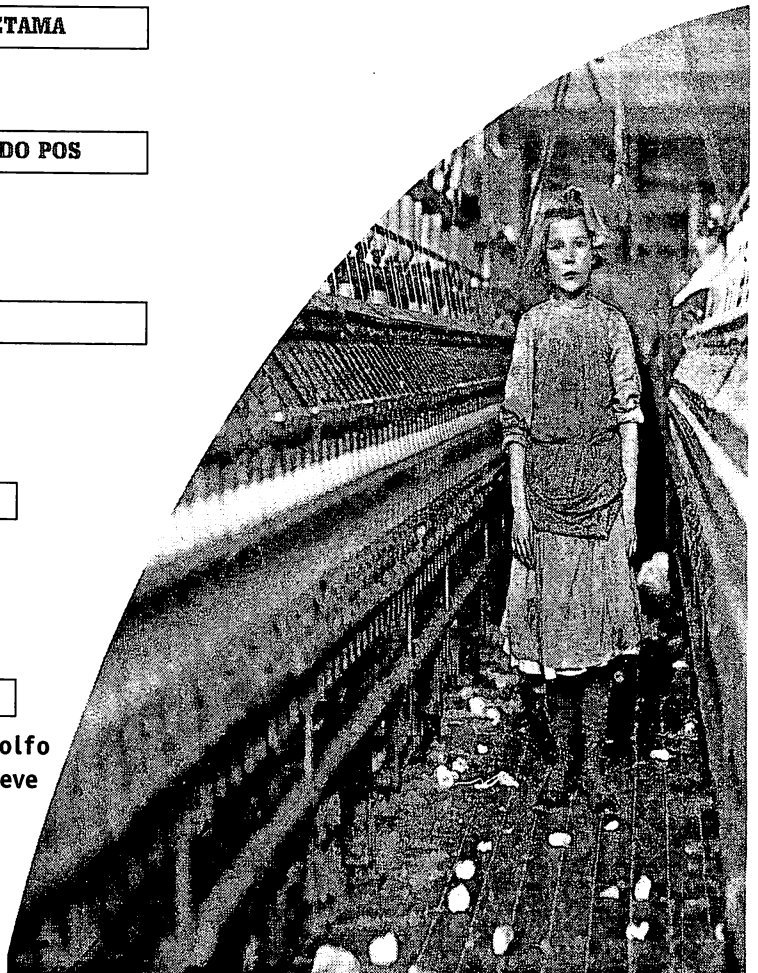
ANGEL LUIS PARRAS

Quatro aspectos polêmicos
de uma luta heróica



EUCLIDES DE AGRELA

Entrevista com Rodolfo
Hernández, do Comitê de Greve
da UNAM



O DISCURSO DA CIDADANIA E A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

JOSÉ WELMOWICKI

Professor de Ciências Sociais

O discurso da **cidadania** assumiu um grande alcance nos últimos vinte anos. Vem sendo empregado, com diversas conotações e para os mais diversos fins, por um amplo espectro de forças e correntes políticas. Surge como bandeira nos discursos de alguns dos setores mais reacionários da burguesia, de facções ditas “progressistas” da classe média, sindicatos e correntes da classe trabalhadora e até mesmo partidos e movimentos que se reivindicam de esquerda.

Na Europa, é uma estratégia que caracteriza o discurso de toda a esquerda, principalmente a social-democracia. É o discurso da maioria dos atuais governos europeus. No último congresso da Internacional Socialista, seu presidente então eleito, o português Antonio Guterres ressaltou “a importância da iniciativa dos cidadãos no marco de uma sociedade solidária”, e disse que o programa aprovado no congresso “responde sem complexos de forma a valorizar a cidadania”. Segundo o presidente da Internacional Socialista, o novo programa ideológico da organização “converte a pessoa no centro das preocupações de nossos países e governos”. ❶

Na Espanha, o discurso da cidadania assumiu uma tal importância que inspirou inclusive o nome da recente chapa para as eleições europeias da Esquerda Unida: “Europa dos Cidadãos”.

Os movimentos ditos alternativos, como os verdes alemães, e aquele liderado pelo ex-líder estudantil Daniel Cohn-Bendit na França, usam e abusam da expressão: “A Europa se tornaria o espaço coletivo no qual os **cidadãos** partilhariam os mesmos riscos”. “É neste sentido que nós falamos da “sociedade de risco”, que é uma

forma de **compromisso cidadão** que apela à consciência crítica de cada um de nós para evitar ver a razão de mercado dominar todo modo de vida.” ❷

Até mesmo em agrupamentos considerados de extrema esquerda, como o Bloco de Esquerda, em Portugal, a noção de **cidadania** impregna os discursos. O programa eleitoral do Bloco foi elaborado com base na interpretação da sociedade como composta de **cidadãos** e não de classes sociais ❸. Importantes dirigentes de correntes que reivindicam o marxismo revolucionário, como Catherine Samary e Jaime Pastor, ligados ao Secretariado Unificado da IV Internacional, propõem uma “estratégia socialista renovada”, baseada na colaboração de **movimentos de cidadãos** de distintas origens (ecologistas, desempregados, feministas etc) que conformem redes europeias e internacionais ❹.

Na América Latina, a estratégia da **cidadania** também influencia diretamente a política de sindicatos, movimentos sociais e distintas correntes políticas de esquerda, entre elas, o PT brasileiro, o EZLN de Chiapas e a FMLN de El Salvador.

Mas o que vem a ser **cidadania**, segundo esse discurso político? Seria a conquista dos direitos civis e sociais mínimos por parte dos **cidadãos**. Ao mesmo tempo, a concepção da **cidadania** implica que os **cidadãos**, além de direitos, têm deveres. A **cidadania** exige um compromisso dos **cidadãos** com as leis vigentes, como a contrapartida da inclusão desses direitos na ordem legal. Exige, em nome da defesa da extensão desses direitos aos excluídos, uma de-

fesa da ordem na qual se quer garantir a inclusão desses **cidadãos**.

A sociedade teria de se comprometer em garantir a **cidadania** para a maioria dos seus habitantes e caberia aos movimentos sociais a luta para que ela fosse plena. As sociedades que mais se aproximariam do paradigma da **cidadania plena** seriam os países capitalistas avançados e alguns teóricos, como o alemão Jüergen Habermas, propõem como meta estratégica a extensão do *estado social* a toda a União Européia para que este sirva de exemplo ao mundo inteiro ⑤.

Mas, como chegar ao estágio de **cidadania plena**? Pela colaboração, negociação e diálogo entre os distintos setores sociais, e a promoção de *políticas públicas* tendentes a reduzir a desigualdade social. A palavra mágica é a **parceria**. Nos países dependentes, caberia aos movimentos sociais lutar por conquistar seus direitos de cidadão, tomando como referência a democracia e a cidadania dita plena dos países capitalistas centrais. Para entender o alcance dessa teoria-programa, devemos entender a gênese e a evolução histórica da noção de **cidadania**.

A origem do conceito político de *cidadania*

Na Grécia antiga, a cidadania tinha o significado de pertinência à polis. Aristóteles explica a formulação de cidadão presente na Constituição de Atenas, que formaliza a definição para a sociedade grega da época: o direito ou prerrogativa de participar das práticas deliberativas ou judiciárias da comunidade a que pertence. Ao mesmo tempo, nem todos tinham esse direito. A outorga da cidadania dependia de um exame seletivo, já que havia uma separação clara entre cidadãos e não-cidadãos (escravos e/ou estrangeiros):

O estado atual do regime apresenta a seguinte conformação: participam da cidadania os nascidos de pai e mãe cidadãos, sendo inscritos entre os démotas ⑥ aos deztoito anos. Quando da inscrição, os démotas votam sob juramento a seu respeito: primeiro, se eles aparentam ter a idade legal (caso não aparentem, retornam novamente à condição de meninos); segundo, se é homem livre e de nascimento em conformidade com as leis e, caso o rejeitem por não se tratar de homem livre, ele pode apelar para o tribunal, ao passo que os démotas encarregam da acusação cinco de seus membros; se for considerado que a inscrição é indevida, o Estado o vende, mas se ele ganbar, os démotas ficam obrigados a inscrevê-lo. ⑦

Em alguns momentos na história de Atenas houve maior ou menor ampliação da condição de cidadania, por exemplo, estendendo-a a determinado número de estrangeiros. Eventualmente, alguns ex-escravos podiam obter a cidadania, mas, em geral, tanto os estrangeiros quanto os escravos não eram considerados cidadãos. Assim, a famosa “democracia” grega existia de fato, mas apenas para uma parte da população.

A cidadania foi uma grande conquista para os gregos livres, mas às custas de uma enorme população escrava que lhe dava condição estrutural de subsistência. Mais ainda, nas repúblicas gregas em geral, a condição de cidadania era praticamente derivada da condição econômico-social de não-

① *El Mundo*, 10/11/99.

② Manifesto de Daniel Cohn Bendit Por uma Terceira Esquerda Verde, *Le Monde* 26/2/2000.

③ Vide a proposta de Moção de Orientação apresentada pela Mesa Promotora do Bloco de Esquerda.

④ “As redes que incentivam as marchas contra o desemprego e a organização de conferências inter-cidadãs como contraponto das conferências inter-governamentais que constróem a Europa neoliberal, revelam uma resistência que está em construção ... Mas teria então que adotar uma democracia individual e coletiva que permitisse aos cidadãos, homens e mulheres, e aos povos, o controle dos meios e fins dessa construção.” Samary, Catherine, “De las crisis de las sociedades realmente existentes a la utopia socialista” in Monereo, Manuel e Chaves, Pedro(orgs.). *Para que el socialismo tenga futuro, El Viejo Topo*, 1999, p.117.

⑤ Jüergen Habermas, “Nos Limites do Estado”, artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, caderno Mais,18/7/99.

⑥ Démota: membro do demo (tribo).

escravo. Havia diferenças sociais entre os homens livres considerados cidadãos, muitas vezes tão grandes que causavam lutas sociais intensas.

Mas as tensões existentes em uma sociedade onde a maioria era escrava e a cidadania era privilégio de uma minoria estavam abertamente ligadas à questão da liberdade. O homem livre econômico era também o homem livre político. A principal separação econômico-social entre homens livres e escravos era clara e diretamente refletida na definição da condição de cidadania política, e não oculta, como mais tarde iria se manifestar com o advento do capitalismo, onde essa separação seria distinta no 'homo economicus' e no homem político.

Esse movimento esporádico de extensão do direito de cidadania não alterava o critério básico de definição da figura do cidadão, nem seu aspecto seletivo. Mas sempre as instituições democráticas incluíam os cidadãos e excluíam os demais habitantes da república. Apoiada no modo de produção escravista, essa sociedade, quando faz discriminações entre homens livres e escravos, e levanta a possibilidade de alguns serem vendidos e outros não, de fato exclui da cidadania a maioria de seus habitantes.

O historiador inglês Perry Anderson, baseado em diversas pesquisas sobre o tema, afirma que o número de escravos giraria em torno de 80 a 100 mil, contra cerca de 45 mil homens livres em Atenas no período de Péricles, no século V a. C. Ele cita o comentário de Aristóteles a respeito: *os 'estados estão obrigados a ter um grande número de escravos' e como Xenofonte elaborara um plano para restaurar a riqueza de Atenas baseado em que 'o Estado tivesse escravos públicos na proporção de um para cada cidadão ateniense'*.⁸ Aristóteles resumiu a divisão social de forma clara: "O estado perfeito jamais admitiria o trabalhador manual entre os cidadãos, porque a maior parte deles são hoje escravos ou estrangeiros."⁹

O trabalhador manual – quem de fato garantia o sustento da sociedade inteira – estava excluído da cidadania. O trabalho não dava direito a ela.

O conceito de cidadania para os primeiros teóricos do liberalismo

Já os teóricos da burguesia inglesa, aquela que primeiro ascendeu ao poder, formulavam com muita clareza seus conceitos de liberdade e de indivíduo, que tinham como finalidade desenhar os alicerces da nova sociedade em construção. O médico e filósofo inglês do século XVII, John Locke, foi quem primeiro teorizou as mudanças introduzidas pela Revolução Gloriosa de 1688¹⁰, e as transformou em um sistema de doutrina política coerente, um liberalismo político adequado aos interesses da burguesia ascendente. A base de sua teoria era o primado do indivíduo, do qual derivou sua visão do individualismo liberal; para justificá-la, identificava como direito natural o direito à propriedade:

*O homem, nascendo, conforme provamos, com direito à perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem por natureza o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é, a vida, a liberdade e os bens – “ (...) “O grande e principal objetivo, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade. Para este fim, faltam muitas condições no estado de natureza. Primeiro, falta uma lei estabelecida firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens.”*¹¹

Para Locke, a liberdade só merece esse nome quando garante o direito à propriedade. E a principal finalidade das leis que mudam o estado do homem do primitivo 'estado de natureza' para o livre é uma sociedade que o preserve enquanto proprietário.¹²

Essa concepção, que tinha na sua raiz a luta contra os privilégios feudais e a defesa da propriedade burguesa contra os ataques arbitrários dos reis e da nobreza, também delimitava os parâmetros de cidadania para a nova sociedade: se liberdade é, em última instância, o direito à propriedade, os homens livres são aqueles que detêm a propriedade. Daí é fácil deduzir a ori-

gem da concepção do voto **censitário**, o direito ao voto somente àqueles que têm um determinado rendimento ou propriedade. Essa concepção é a de uma sociedade baseada na preservação da propriedade privada e na presença de uma instância política de deliberação formada apenas por indivíduos (ou cidadãos) que têm acesso a determinada forma de propriedade ou riqueza (a própria burguesia). Ela marcará toda a fase de ascensão da burguesia. ¹³

O primeiro grande teórico do liberalismo econômico, Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, já defendia os pressupostos necessários para o livre desenvolvimento do capitalismo. Se o pressuposto fundamental era a superexploração dos trabalhadores, uma das condições mais importantes para que isso pudesse ser feito era impedir qualquer organização da **classe operária**. Cabia a cada cidadão como **indivíduo** buscar sua melhor recompensa no mercado:

As pessoas da mesma profissão raramente se reúnem, mesmo que seja para momentos alegres e divertidos, mas as conversações terminam em uma conspiração contra o público, ou em algum incitamento para aumentar os preços. Efetivamente, é impossível evitar tais reuniões, por meio de leis que possam ser cumpridas e se coadunem com o espírito de liberdade e justiça. Todavia, embora a lei não possa impedir as pessoas da mesma ocupação de se reunirem às vezes, nada se deve fazer no sentido de facilitar tais reuniões e muito menos torná-las necessárias.(...) O que torna tais reuniões necessárias é um regulamento que possibilita aos membros de uma mesma profissão a se imporem taxas, com o objetivo de cuidar do sustento de seus pobres, seus doentes, órfãos e viúvas, inspirando em todos um interesse comum. ¹⁴

Para Adam Smith, a associação de classe é nefasta, pois é contrária à liberdade individual, cria obstáculos para a iniciativa privada e impede a livre concorrência. Ele era categoricamente contra qualquer associação da classe operária, pois, segundo sua concepção, isso aumentaria ‘artificialmente’ o poder de os trabalhadores exigirem melhores salários. Mas Smith reconhecia que os patrões faziam esse tipo de reuniões (proibidas para os operários) para tramar a redução dos salários de seus trabalhadores, ainda que de maneira oculta:

Muitas vezes, porém, os trabalhadores reagem a tais conclusões com suas associações defensivas; por vezes, sem serem provocados, os trabalhadores combinam entre si elevar o preço de seu trabalho. Seus pretextos usuais são, às vezes, os altos preços dos mantimentos; por vezes, reclamam contra os altos lucros que os patrões auferem do trabalho deles. No intuito de resolver com rapidez o impasse, os trabalhadores sempre têm o recurso ao mais ruidoso clamor, e, às vezes, à violência mais atroz. ¹⁵

Assim, os direitos individuais, para os teóricos do liberalismo, deveriam se restringir à liberdade de fazer contratos de trabalho de acordo com o que dispusesse o mercado, onde os operários poderiam ‘livremente’ vender sua força de trabalho ao preço em que o mercado estivesse disposto a pagar, sem nenhuma interferência estatal, nem normas corporativas como as que haviam vigorado nas cidades medievais. ¹⁶

Para prevenir qualquer ‘violência atroz’ por parte dos trabalhadores, o Estado deveria tomar providências, como aconteceu na Inglaterra durante

⁷ Aristóteles, *A Constituição de Atenas*. SP, Hucitec, 1995, p. 87.

⁸ Perry Anderson, *Transiciones de la Antigüedad al Feudalismo*. México, Siglo XXI, 1996, p.33.

⁹ Aristóteles, *Política*. Madrid, Espasa-Calpe, 1972, III, iii, p.2.

¹⁰ A Revolução Gloriosa de 1688 foi a que permitiu a ascensão da burguesia inglesa ao poder, desta vez de forma definitiva.

¹¹ John Locke, “Formas de Governo”. In Weffort, Francisco (org.). *Clássicos da Política*. São Paulo, Ática, p. 199.

¹² Idem.

¹³ “Agora, do lado capitalista, na propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou do seu produto, e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. A dissociação entre propriedade e trabalho é consequência necessária de uma lei que claramente derivava da identidade existente entre ambos.” (*O Capital*, Livro I, vol.2, SP, Difel, 1982, 8ª ed., p.679).

¹⁴ *A Riqueza das Nações*, vol. 1. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p.140.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.104.

o século XIX, com as leis contra a vadiagem e a perseguição aos *luddistas* e aos sindicatos. Essa liberdade era apenas aparente, pois as duas partes que estabeleciam o contrato não eram iguais entre si: uns eram proprietários e outros só dispunham de sua força de trabalho. Como parte da visão liberal, deveria haver um sistema jurídico que legitimasse essa sociedade e fosse cumprido obrigatoriamente por todos, primando a figura da 'igualdade jurídica', ou seja, "todos são iguais perante a lei".

Essa deveria ser a base para impor as resoluções da burguesia aos setores 'sem propriedade', mas sob a aparência de uma decisão neutra, em benefício de todos. Esse tipo de contrato era a forma de obrigar os despossuídos a aceitar os termos dos exploradores. A outra cara dessa igualdade formal era a necessidade de impedir que interesses de determinados grupos ou classes se sobrepusessem aos pretensos interesses da comunidade/sociedade. Daí a conclusão essencial para a concepção burguesa: se todos eram iguais perante a lei, era vedado o direito de 'impor à sociedade' aquilo que não estivesse previsto em lei ou que fosse contrário ao decidido pelos juízes.

Cidadania e revolução burguesa

A **cidadania** foi uma idéia revolucionária para a grande luta que varreu o feudalismo da face da Europa Ocidental entre os séculos XVII e XIX. Significava o fim das distinções de "sangue" e títulos. Traduzia em uma palavra a idéia radical de acabar com os privilégios da nobreza e do clero durante a Idade Média. O filósofo Jean-Jacques Rousseau foi um dos oponentes mais radicais à manutenção dos privilégios e do Antigo Regime. Denunciava que no Antigo

Regime os homens estavam divididos entre 'cidadãos' e 'súditos'. Os súditos eram aqueles que, desprovidos de qualquer título ou não sendo de família nobre, estavam por definição, desde seu nascimento, condenados a obedecer, a servir seus superiores, os nobres e os reis, o que era injusto, segundo Rousseau. Isso contrariava o direito à liberdade do homem.

Para ele, ao se promover a igualdade jurídica, todos deveriam se transformar em 'cidadãos'. E nenhum homem deveria mais ser diferenciado do outro por sua origem ou seus títulos. Todos seriam cidadãos.

Mas a burguesia, que se aproveitou dessa idéia em sua luta contra a nobreza e a monarquia, resistentes à mudança, tratou de manter apenas a dimensão 'jurídica' da igualdade. Uma das referências históricas mais importantes do conceito de **cidadania** está no lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. No entanto, no desenrolar dessa Revolução, a burguesia buscou limitar a distribuição do poder, da liberdade e da riqueza.



A primeira Constituição pós-revolução, a de 1791, efetivamente aboliu os títulos e os privilégios jurídicos da nobreza e o uso de brasões, além de liquidar as propriedades do clero. Essas mudanças dão a dimensão da revolução que destruiu a ordem feudal. Assegurou a igualdade formal de todos os cidadãos, e estes não podiam mais tomar outro nome que não o de chefe de família. Mas, na mesma Constituição apareceram as limitações que a burguesia impunha à nova ordem devido a seus interesses de nova classe privilegiada: a divisão entre cidadãos **ativos** e **passivos**. Os primeiros tinham direito a votar e serem votados. Os segundos, de acordo com um **critério de rendimentos**, não poderiam fazê-lo. Assim, a primeira Constituição introduzia o voto, mas sob o critério **censitário**. Todos eram juridicamente livres. Ninguém mais era servo de ninguém. Mas os ativos tinham direitos políticos e os passivos não, sempre de acordo com o critério de rendimentos.

Apesar disso, foram feitas reformas profundas, entre elas, o fim da propriedade nobiliárquica e eclesiástica, o direito de expressão e opinião. Porém, elas eram apresentadas como a realização final da liberdade e da cidadania. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, ao mesmo tempo que colocava no papel uma série de preceitos democráticos que marcariam uma nova época na história francesa e mundial, eternizava o 'inviolável direito à propriedade'.¹⁷ Os direitos do cidadão paravam no limite sagrado do direito individual à propriedade. Apesar da abolição dos privilégios da nobreza e do clero, continuava a haver uma profunda desigualdade social, que partia do antagonismo em relação à propriedade dos meios de produção. Enquanto uma grande maioria não tinha a posse dos mesmos, uma minoria, a burguesia, não só detinha seu monopólio, como utilizava a mão de obra dos despossuídos para garantir a produção de mercadorias e extrair lucro.

Os trabalhadores e a cidadania

A demonstração concreta da concepção burguesa de sociedade, apesar das declarações em prol da igualdade e da liberdade, foram as leis que buscavam impedir qualquer tipo de instituição que pudesse reduzir ou cercear a livre exploração do operário. Na Inglaterra, quando surgiram as *Trade Unions* (os primeiros sindicatos) e as greves, estes foram considerados uma ameaça à ordem, à liberdade e à cidadania, e punidos severamente com penas de prisão e repressão estatal. A burguesia percebeu que a força do movimento operário, desde o início de sua aparição na história, residia em sua ação coletiva ou, como chamavam no século XIX, o direito de coligação ou coalizão, que se materializou na organização das *Trade Unions*.

Em *O Capital*, Karl Marx narra como a luta contra as *Trade Unions*, travada pela classe dominante inglesa no século XIX, foi permanente e determinada:

As leis cruéis contra as coligações dos trabalhadores foram abolidas em 1825

¹⁷ "a livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo pelo abuso da liberdade, nos casos determinados pela lei". (artigo 11). E, finalmente, o direito mais importante para os constituintes, representantes da burguesia: o direito 'à propriedade, direito inviolável'. Ostermann, Nilse Wink. *As Amas, Cidadãos!* São Paulo, Atual Editora. 1995. p.49.

frente a atitude ameaçadora do proletariado. Mas apenas em parte (...). Finalmente a lei de 29 de junho de 1871 pretendeu eliminar os últimos vestígios dessa legislação de classe com o reconhecimento legal das Trade Unions. Mas uma lei do Parlamento, da mesma data, destinada a modificar a legislação criminal na parte relativa a violências, ameaças e ofensas, restabelece na realidade a situação anterior sob nova forma. Com essa escamoteação parlamentar, os meios que podem ser utilizados pelos trabalhadores em caso de greve ou lock-out foram subtraídos ao domínio do direito comum e colocados sob uma legislação penal de exceção, a ser interpretada pelos próprios fabricantes, em sua qualidade de juizes de paz. ¹⁶

Marx demonstrou como era fundamental para a burguesia deixar o trabalhador isolado e reduzido a um indivíduo obrigado a se defrontar com o capitalista como tal, sem a posse dos instrumentos de trabalho, enquanto o capitalista detinha o poder econômico e político. A cidadania burguesa tinha de ser apenas a igualdade formal entre os indivíduos, que se materializaria nos direitos civis e no direito de voto (depois de duras lutas, como as dos *sans culottes* na França, e dos *cartistas* na Inglaterra). A burguesia também resistiu ao sufrágio universal antes e depois das revoluções burguesas. Só depois de 70 ou 80 anos, os operários do sexo masculino conquistaram o sufrágio universal, que seria estendido às mulheres apenas no século XX.

Com a derrubada da nobreza, o indivíduo passava a ser proprietário de si mesmo, o que correspondia, para a imensa maioria da população, à ausência de propriedade ou, ainda, à separação entre o trabalhador e os meios de produção.

Privado dos meios de produção, ao trabalhador só restava um caminho: buscar seus direitos por meio da ação coletiva, a única esfera em que poderia se opor ao capitalista na disputa pelos frutos do trabalho. Sua unidade para impor a ameaça da ausência da força de trabalho (a greve) e obrigar o capital a recuar, ainda que parcialmente, era sua única arma. Exatamente por isso, o capitalista se opunha decidida-

mente ao direito de coligação ou coalizão, à possibilidade de associação operária que pudesse se contrapor à força do capital. Contra essa possibilidade, os capitalistas sempre trataram de impor leis contra a classe operária, justificadas em nome da liberdade individual.

Tão necessária era essa imposição para a classe burguesa, que esta não pôde deixar de ser denunciada por Marx na própria Revolução Francesa:

Logo no começo da tormenta revolucionária, a burguesia francesa teve a audácia de abolir o direito de associação dos trabalhadores, que acabara de ser conquistado. Com o decreto de 14 de junho de 1791, declarou toda coligação dos trabalhadores um atentado à liberdade e à 'declaração dos direitos do homem', a ser punido com a

16 Como a passagem do servo para o cidadão separa o homem 'político' do 'econômico'.

"No feudalismo, não havia uma diferença clara entre o poder econômico e o político; a relação entre o senhor e o servo era indistintamente econômica e política. Não existia uma diferença entre o status econômico e seu status político; a servidão implicava em uma inferioridade tanto econômica como política. Somente no capitalismo surge uma diferença clara entre o econômico e o político. O surgimento desta diferença é parte integrante da mudança na forma de exploração. No feudalismo se explorava os trabalhadores através de sua estreita relação com um senhor que exercia um domínio total sobre eles." (...) "Esta mudança na forma de exploração implica em mudanças fundamentais na relação entre a classe exploradora e a classe explorada. A relação de exploração já não se estabelece através da servidão por toda a vida, senão através...da compra e venda da força de trabalho. O operário se encontra 'livre'. Esta liberdade implica que o explorador imediato não pode exercer a mesma coerção que sobre seus trabalhadores exercia o senhor feudal. Um capitalista normalmente não pode encarcerar seus operários nem condená-los à morte. No entanto, está claro que se necessita de fato coerção física direta em qualquer sociedade para manter a 'ordem', a ordem da classe dominante. Ao contrário das sociedades anteriores, esta coerção... se encontra no capitalismo separada do processo imediato de exploração e se localiza em uma instância diferente: o Estado." (...) "Através de um longo processo histórico, o servo feudal se converteu em dois personagens diferentes: por um lado, o trabalhador assalariado; por outro, o cidadão."

Holloway, John. Marxismo, Estado y Capital. Buenos Aires, Cuadernos del Sur, 1994, pp.108-109.

multa de 500 francos e a privação dos direitos de cidadania por um ano.¹⁹

Marx se refere à lei *Le Chapelier*, promulgada justamente após uma greve de operários de Paris de diversos setores profissionais, que reivindicavam redução da jornada de trabalho e aumento de salário. Eles haviam fundado ‘sociedades fraternais’ para defender-se da exploração e sustentar suas reivindicações, o que alarmou a burguesia. Cabe notar que essa lei era tão importante para os interesses estratégicos da burguesia que ela se manteve inalterada durante 70 anos.²⁰ Marx ressalta os pontos da lei em que estão colocados os interesses estratégicos da burguesia e como eles são uma continuidade de leis anteriores:

*O artigo 1º dessa lei diz: ‘sendo uma das bases fundamentais da Constituição francesa a eliminação de todas as espécies de corporações da mesma classe e profissão, fica proibido restabelecê-las sob qualquer pretexto ou qualquer forma.’ O artigo 4º declara que ‘se cidadãos da mesma profissão, arte ou ofício tomarem deliberações, fizerem convenções, com o fim de conjuntamente se recusarem a fornecer os serviços de sua indústria ou seus trabalhos, ou de só fornecê-los a um preço determinado, essas deliberações e convenções serão declaradas inconstitucionais, atentatórias à liberdade e à declaração dos direitos do homem, etc.’, crimes contra o estado, portanto, exatamente como já previam os velhos estatutos contra os trabalhadores.*²¹

Mesmo em plena luta revolucionária contra o Antigo Regime, com todo o povo francês lutando a seu lado contra a nobreza, a burguesia se preocupava em não deixar espaço para a organização independente da classe operária. A introdução da **cidadania** para a burguesia triunfante significava garantir a liberdade individual e, em particular, a ‘liberdade’ do trabalhador como indivíduo, dono de si mesmo, pronto para ser livremente explorado. Essa era a questão mais importante e devia ser colocada acima e **contra** qualquer tentativa de **união de classe**. Liberdade de expressão sim, até mesmo direito de voto, mas não liberdade de associação de classe para reivindicar direitos que acarretassem qualquer obstáculo ao livre arbítrio do capital.

Chama a atenção a semelhança de pontos de vista nesse campo entre os dirigentes burgueses da França e os liberais da Inglaterra dos séculos XVII e XVIII. Um dos argumentos mais usados pela burguesia era a necessidade de acabar com os ‘privilégios corporativos’. Até hoje, os sucessores dos liberais do século XVIII ainda usam estes mesmos argumentos e a oposição entre liberdade individual e direito de associação para justificar sua postura contra a livre associação dos trabalhadores.²²

Marx e Engels e a ótica de classe do proletariado

Para a burguesia, a conquista da cidadania era também um objetivo revolucionário e traçava os limites aos quais era necessário ater-se para assegurar a estabilização da nova sociedade. Seria necessário o crescimento e experiência de lutas do proletariado na Europa para que outra visão de mundo começasse a se consolidar.

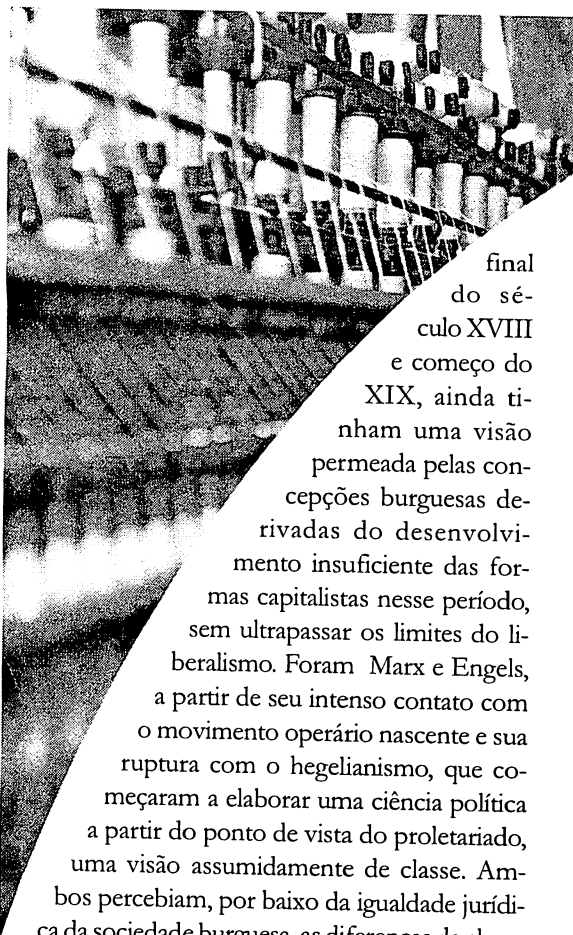
Os primeiros socialistas e dirigentes das primeiras lutas operárias, entre o

¹⁸ Karl Marx, *O Capital*, Livro I, vol.2. São Paulo, Difel, 1982, p. 858.

¹⁹ Karl Marx, op. cit., p.859.

²⁰ Manfred, A. A Grande Revolução Francesa. 2ª edição, SP, Ícone Editorial, 1986, p. 96. Também descrito em Bernard Epin et alli. *A Revolução Francesa: Ela Inventou Nossos Sonhos*. SP, Brasiliense, 1989, p.44.

²¹ Karl Marx, op.cit., p.859.



final do século XVIII e começo do XIX, ainda tinham uma visão permeada pelas concepções burguesas derivadas do desenvolvimento insuficiente das formas capitalistas nesse período, sem ultrapassar os limites do liberalismo. Foram Marx e Engels, a partir de seu intenso contato com o movimento operário nascente e sua ruptura com o hegelianismo, que começaram a elaborar uma ciência política a partir do ponto de vista do proletariado, uma visão assumidamente de classe. Ambos percebiam, por baixo da igualdade jurídica da sociedade burguesa, as diferenças de classe social como o eixo fundamental na definição dos interesses distintos que se chocavam.

Para Marx e Engels, os interesses das classes em disputa punham em lados opostos empresários e trabalhadores, e estes últimos teriam como maior arma a presença enquanto **coletivo**. Isso só seria possível conquistar numa guerra social implacável contra a burguesia, que teria o interesse de evitar essa união e, para isso, além de reprimir o movimento operário, trataria de ocultar sua situação de classe, as diferenças de interesses sociais que atravessam a sociedade capitalista. Em resumo, a noção de cidadania se opõe à de identidade de classe; existem propostas e interesses distintos por trás de cada uma delas. ²³

A separação – segundo Marx – entre a arena econômica, onde a oposição capitalista-operário aparece mais claramente, e a arena política, onde

imperava a figura do cidadão, que não guarda nenhuma relação aparente com a esfera econômica, é um traço fundamental da concepção de cidadania promovida pela burguesia ascendente. **Cidadania** passa a ser uma categoria abstrata, desligada da práxis real e dos conflitos inerentes à sociedade capitalista ²⁴. Ignora os processos reais que se dão na esfera da produção e da sociedade para falar de um homem abstrato. Portanto, joga um papel de cobertura ideológica, de capa para os conflitos de classe que atravessam a sociedade.

Essa situação predominante na gênese da cidadania na sociedade capitalista européia sofreu modificações, em particular com o advento do movimento operário de massas da segunda metade do século XIX em diante. O surgimento de poderosos movimentos sociais com identidade de classe na Europa Ocidental e depois em todo o mundo, e as conquistas parciais que arrancaram dos capitalistas e governos após lutas encarniçadas, foram de tal monta que modificaram a situação e impuseram, entre outras questões, que fosse aceito o direito à organização sindical, assim como o direito de voto fosse estendido aos operários.

Desde as três últimas décadas do século XIX e em todo o transcorrer do século XX, o cenário para o movimento operário da Europa Ocidental capitalista havia se modificado com as conquistas sociais, democráticas e trabalhistas arrancadas nos principais países europeus até a Primeira Guerra Mundial, entre elas a jornada de 8 horas, o reconhecimento dos sindicatos de massa, o direito de voto e a organização e legalização dos grandes partidos socialistas ou laboristas.

A origem da versão moderna de cidadania

A Primeira Guerra Mundial, se por um lado causou uma derrota e uma divisão nas fileiras do movimento operário internacional, por outro, ao aproximar-se do final, despertou uma onda de revoluções sociais que causou um forte im-

pacto no mundo inteiro. Essa onda revolucionária acabou sendo freada e os trabalhadores impedidos de chegar ao poder político, com exceção da própria URSS.

Nos países capitalistas, era necessário, para a burguesia, canalizar o descontentamento social das massas, para que o regime pudesse voltar a se estabilizar na Europa e assegurar a recomposição dos estados capitalistas abalados pela guerra e os movimentos de massa em luta armada contra o nazi-fascismo. Aplicou-se então o Plano Marshall, a política de financiamento direcionada aos novos governos europeus, com vistas a que pudessem reconstruir sua economia arrasada e proceder às reformas sociais do assim chamado *Welfare State*.

Um dos países que mais simbolizou essa política de estender direitos sociais aos setores operários atingidos pela crise e a guerra foi a Inglaterra. Ao final da guerra, mesmo saindo vitoriosa do conflito, a Inglaterra sofria uma grande pressão social por parte dos trabalhadores. Após grandes sacrifícios, a classe operária inglesa sentia-se vitoriosa e reivindicava melhorias imediatas em seu padrão de vida. Um sintoma do estado de espírito reinante foi a derrota de Churchill, o condutor da guerra contra Hitler, na primeira eleição logo após o final da guerra, justamente para os laboristas, que propunham a introdução ou melhoria dos serviços públicos, dos direitos sociais e a intervenção estatal na economia para impulsionar a recuperação.

O sociólogo T.H. Marshall, então, retoma a noção de **cidadania**. Tratava de dar conta da nova realidade criada pelas modificações impostas às relações sociais e políticas após um século de lutas operárias e populares, com a irrupção e extensão do movimento operário internacional durante o século XX e, em particular, a vitória contra o nazi-fascismo e as conquistas sociais que daí se seguiram. Marshall fez um esforço por adequar formulações anteriores sobre os direitos políticos e sociais à situação do capitalismo britânico do pós-guerra. Para isso, ressuscitou a bandeira da **cidadania**.

Com o fim da Segunda Guerra, a burguesia se viu obrigada a recorrer a medidas que em outros tempos seriam chamadas de ‘socialismo’ ou ‘intromissão’ do Estado na vida das pessoas, ao assumir os direitos sociais e serviços básicos, como educação, saúde e habitação. A concepção de **cidadania** deveria ter um verniz diferente; não podia basear-se na mesma visão que trazia desde o século XVIII, mas incluir os novos direitos sociais, ainda que colocando os limites que sua adoção não deveria ultrapassar – as fronteiras da sociedade capitalista. Algumas das idéias de Marshall tiveram grande influência posterior na retomada da formulação de **cidadania** e para tentar compreender a evolução social a partir dela. Para isso, tratou de fazer um histórico do desenvolvimento da **cidadania** moderna, dividindo-a em três partes: a **civil** (direitos individuais básicos), a **política** (participação no poder político) e a **social** (bem-estar econômico e segurança). ²⁵

Marshall considerava a aceitação pela burguesia da cidadania social fruto da própria evolução econômica, do interesse que a burguesia teria em aumentar a produção de bens de consumo e fortalecer o mercado

²² Milton Friedman é claro: “Na área econômica, um problema importante surge a respeito do conflito entre a liberdade de se associar e a liberdade de competir. (...) Talvez o problema específico mais importante neste caso, diga respeito à associação de trabalhadores, onde o problema da liberdade de associar-se e da liberdade de competir apresenta-se de modo mais agudo.” Friedman, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. SP, Abril, 1984, p. 83.

²³ “A ‘guerra permanente entre a burguesia e o proletariado’ é uma característica da sociedade capitalista moderna. Por isso, quando o operário desperta, em geral para lutar contra a exploração, ou melhor dito, contra os efeitos da exploração capitalista, como os baixos salários ou a extensão da jornada ou diferentes tipos de opressão (trabalho feminino, infantil, etc); então, ele é obrigado a assumir movimentos coletivos, pois sozinho estará submetido aos desígnios do capital. A ação conjunta proletária é a reação contra a guerra social que lhe é movida, e necessariamente se enfrenta ao capital.” F. Engels, Prefácio de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. SP, Paz e Terra, 1982, p.12

interno, ainda que para isso tivesse de enfrentar um maior poderio do movimento operário organizado nos sindicatos. Ele insiste em que as medidas destinadas a elevar o nível de civilização dos trabalhadores não deveriam interferir no livre funcionamento do mercado. Na verdade, a tese de Marshall é uma adaptação da concepção da **cidadania** burguesa clássica aos tempos do pós-guerra e do *Welfare State*. Reflete um período em que as conquistas no terreno dos direitos sociais se ampliaram e pareciam tender a uma generalização, e a burguesia européia foi obrigada a ceder aos trabalhadores para poder estabilizar os regimes políticos.

Pietro Barcellona, em seu texto *A Estratégia Improvável da Cidadania* ²⁶, mostra que o centro da noção de **cidadania** em Marshall é atribuir a essa categoria um novo significado – de acesso dos membros da comunidade a direitos sociais básicos que permitam integrar os setores mais pobres à sociedade, dar-lhes um sentido de inclusão, à medida que no próprio **status de cidadão** estejam incorporados determinados direitos sociais e isso possa diminuir a desigualdade social.

Marshall tenta demonstrar que não haveria uma contradição entre uma política de universalização progressiva de direitos sociais e a lógica do sistema capitalista. E dava como permanente algo que era imposto pela relação de forças daqueles anos. As conquistas não decorriam de uma conversão das classes dominantes, mas uma adaptação aos tempos atípicos do pós-guerra. Se era compreensível que houvesse uma confusão quanto a isso entre 1950 e 1980 na Europa Ocidental, hoje, nos tempos do neoliberalismo, reaparece com toda a crueza a contradição entre uma idéia de progressiva cidadania social cada vez mais estendida e a realidade imposta pela lógica do mercado na sociedade capitalista.

Para onde nos leva essa política?


Qual o problema de fundo que a concepção de **cidadania** omite? Que a sociedade é **dividida em classes**. Que existem **cidadãos propri-**

etários dos meios de produção e cidadãos despossuídos. Os interesses da maioria explorada **não são os mesmos** da minoria exploradora. Os lucros de uns implicam na miséria de outros. Essa minoria continua governando porque tem a seu favor o aparato de Estado, os governos, os congressos, as Forças Armadas, enquanto os trabalhadores, apesar de serem maioria, só contam com sua própria organização e consciência para reagir e lutar. Omitir essa oposição em nome de uma pretensa *igualdade entre todos* a ser atingida dentro da sociedade atual desvia os explorados da busca da necessária unidade **de classe** para acabar com a exploração. E os deixa à mercê do canto de sereia por uma saída conjunta com seus exploradores *sem radicalismos*.

No movimento sindical, a **ideologia da cidadania**, em nome de ‘abrir o sindicato à sociedade’, prega a colaboração entre trabalhadores e empresários; é a idéia do **sindicato cidadão**, que deveria participar lado a lado com os patrões na defesa do emprego, na luta contra a miséria, ou o analfabetismo. É o que vem fazendo a direção da CUT brasileira, que há muito abandonou o discurso *classista* da década de 80 para adotar uma proposta de parcerias e programas integrados de ‘inclusão social’. Exemplo dessa política foi o projeto conjunto (*Travessia*) entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo e os banqueiros americanos do Bank of Boston, que se propuseram a trabalhar com meninos de rua para melhorar o problema da violência e da exclusão no centro de São Paulo. Essa política começa assim e culmina com a negociação permanente, concretizada nos acordos tripartites entre as centrais, governos e empresários, impostos aos trabalhadores, como fazem as centrais européias e as câmaras setoriais.

A real situação dos trabalhadores demonstra, ao contrário, que para lutar por esses direitos mínimos, que qualquer **cidadão** mereceria ter, se necessita uma organização independente dos trabalhadores **contra a reação burguesa!** Essa organização **independente**, política e sindical, pressupõe uma consciência de classe e uma ação **classista**. Do contrário, não se travará a luta.

A batalha contra o neoliberalismo hoje exige uma luta de classes sem trégua. A estratégia da **cidadania**, que se propõe a defender os direitos conquistados sob esse nome, difunde a visão no interior do movimento operário de que é possível uma melhoria para todos baseada na parceria, na ação conjunta de *toda a sociedade*. É a velha política da **colaboração de classes** com outra roupagem. O resultado é, como se vê na ação da social-democracia e centrais sindicais européias, que nem sequer se consegue defender os direitos sociais remanescentes em base a essa estratégia.

É uma dialética implacável. A **cidadania**, algo que se considera **pleno e de toda a sociedade**, só poderá ser realmente alcançada com uma política **de classe**, ou seja, de uma parte desse todo que aponta **uma saída anti-capitalista para o conjunto**. A colaboração de classes, a defesa da união de todos pelo bem comum, a aceitação do poder estatal burguês travestido de *Estado de Direito* como único horizonte possível, além de utópica, não permite sequer a defesa conseqüente desses direitos. É como se todas as contradições do sistema capitalista-imperialista pudessem ser resolvidas mediante a conscientização, as ações locais e o convencimento pelo diálogo. Seria fácil. Mas o capitalismo não deixa saída. A moderna história da humanidade continua sendo a história da **luta de classes** 

24 “O homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo egoísta; homem verdadeiro, apenas sob a forma de citoyen abstrato.” Marx denuncia, neste enunciado, que a burguesia quer limitar o homem, na sua vida cotidiana, àquele indivíduo isolado, que compete com os demais, e deixa a atividade política para o cidadão. Como cidadão, o homem se torna público, passa a pensar no interesse coletivo, como se se pudesse separar um do outro. Cf. “*A Questão Judaica*”, In Octavio Ianni, (org.). *Marx- Sociologia*, São Paulo, Ática, 1992, p.196.

25 T. H. Marshall.
Cidadania, Classe Social e Status. RJ Zahar Editores, 1967, p.63.

26 Pietro Barcellona, *O Egoísmo Maduro e a Insensatez do Capital*. São Paulo, Ícone Editorial, 1996.

A LUTA DA UNAM EM DEBATE

Os artigos que o leitor encontrará nestas páginas são uma seleção de materiais feita com o objetivo de refletir diversas posições que surgiram sobre a importantíssima luta na UNAM (Universidade Autônoma do México), durou mais de um ano. Nesta edição, reproduzimos alguns materiais de um debate no interior da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional). Não pretendemos esgotar aqui este debate; pelo contrário, é nossa intenção que se integrem a ele outras opiniões e, em particular, de alguns de seus mais importantes protagonistas.

O leitor encontrará, em primeiro lugar, um artigo de Francisco Cruz Retama, do Partido Obrero Socialista, a seção mexicana da LIT-QI. O segundo é um artigo assinado pela direção do POS. Trata-se de um capítulo do folheto intitulado *Trotskismo e ultra-esquerdismo na derrota da greve da UNAM*. O terceiro artigo está assinado por Angel Luis Parras, integrante do Secretariado Internacional da LIT-QI. O último é uma entrevista com Rodolfo Hernández, realizada em abril passado. Hernández é aluno da UNAM, da cadeira de Trabalho Social, e é um dos mais importantes dirigentes do Conselho Geral de Greve (CGH).

Para facilitar a compreensão dos acontecimentos na UNAM por parte dos leitores menos familiarizados, destacamos aqui, em uma breve cronologia, as datas e fatos mais importantes:

15 de março de 1999 - O Conselho Universitário, por proposta do reitor da UNAM, aprova o novo *Regulamento Geral de Pagamentos*. A taxa universitária passa de 0,20 centavos de dólar para mais de 140 dólares.

20 de abril de 1999 - Resultado de todo um processo anterior de mobilizações, consultas e assembléias, a greve na UNAM tem início.

24 de abril de 1999 - Forma-se o Conselho Geral de Greve (CGH) sob a base das assembléias nos centros acadêmicos e os representantes eleitos nos mesmos.

7 de junho de 1999 - O Conselho Universitário, por proposta do reitor, volta atrás no aumento aprovado em 15 de março e previsto no Regulamento Geral de Pagamentos. Promete uma “anistia” para os grevistas “que não tivessem causado prejuízos graves” ao patrimônio universitário, e a extensão do semestre até 7 de julho. Em troca, pede a volta às aulas.

23 de junho de 1999 - Em um ato convocado pelo CGH e realizado no Estádio México 68, da Cidade Universitária, com milhares de estudantes e participantes de diversas organizações operárias e populares, é constituída, junto

com o CGH, a Frente pela Defesa da Universidade Pública e Gratuita.

9 de julho de 1999 - Aproximadamente 200 mil pessoas participam de uma manifestação convocada pelo CGH.

10 de dezembro de 1999 - É assinado um acordo de 4 pontos entre a reitoria e o CGH, que posteriormente será descumprido pela primeira. Entre os pontos desse acordo estava o reconhecimento do CGH como interlocutor e os seis pontos da pauta de reivindicações como “agenda para o diálogo”, entre eles o desmantelamento do aparato policial de repressão e espionagem política montado na universidade pelas autoridades; cancelamento das reformas de 1997 dos regulamentos de inscrição e exames e o cancelamento do Regulamento Geral de Pagamentos; prorrogação do calendário escolar e congresso democrático e resolutivo, decidido antes do final da greve.

18 e 19 de janeiro de 2000 - Mais de 600 mil pessoas participam do plebiscito alternativo convocado pelo CGH.


20 de janeiro de 2000 - Realiza-se o plebiscito convocado pela reitoria. Segundo seus infor-

mes, participaram dele 180.088 membros da comunidade universitária.

1 de fevereiro de 2000 - A polícia entra na Escola Preparatória 3 e prende 270 estudantes.

6 de fevereiro de 2000 - Depois de 295 dias, a polícia invade a UNAM e põe fim à ocupação, prendendo mais de 700 estudantes e professores. Pouco a pouco, estes foram recuperando a liberdade.

11 de fevereiro de 2000 - Segundo o jornal *La Jornada*, mais de 200 mil pessoas se manifestam em solidariedade aos estudantes e exigem a liberdade imediata de todos os presos. A manifestação conta com o apoio, entre outros, do Sindicato Nacional de Eletricitários (SNE) e do Sindicato de Trabalhadores da UNAM (Stunam).

20 de abril de 2000 - Precedido de várias jornadas de luta e manifestações, assim como de uma nova invasão policial, tem início o Primeiro Encontro Internacional de Estudantes convocado pelo CGH. O Encontro aprova a constituição de uma *Rede Internacional de Estudantes* e a convocação de duas *jornadas internacionais de luta* em defesa da educação pública e gratuita e em apoio à luta da UNAM 

A LUTA DA UNAM

FRANCISCO CRUZ RETAMA

Dirigente da Juventude Socialista do POS

A greve da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) foi uma das mais importantes mobilizações populares da América Latina nos últimos anos. As lições que se tirem dela serão cruciais para encaminhar para a vitória as futuras lutas dos trabalhadores e jovens no mundo.

É um exemplo a decisão dos estudantes de ir à greve e chegar com ela até suas últimas conseqüências, a batalha por derrotar a política ditada desde Washington e os grandes centros financeiros internacionais, que busca arrebatá-lo, em todos os países, o direito dos trabalhadores e jovens a educar-se em universidades públicas e gratuitas.


Nesta decisão do movimento estudantil da UNAM, a Juventude Socialista (JS) do Partido Operário Socialista (POS) jogou um papel decisivo. Sua campanha, em aliança com outras forças, para convencer a maioria dos estudantes a fazer uma greve, foi também determinante para derrotar a política do burguês Partido da Revolução Democrática (PRD), dirigido por Cuauhtémoc Cárdenas, que pretendia impedir o movimento e negociar o aumento nos colegiados.

Igualmente estava colocada a tarefa de construir uma organização permanente, democrática e de massas dos estudantes. A JS do POS empenhou todos os seus esforços, primeiro por construir o Conselho Geral de Greve (CGH) e depois por defendê-lo do processo de burocratização e decomposição de que seria vítima.

A outra grande lição da greve da UNAM é a inadiável necessidade de construir uma verdadeira direção democrática e revolucionária, capaz de levar à vitória os combates das massas.

A condução da mobilização desatada pela massa estudantil da UNAM caiu nas mãos de gru-

pos provenientes do stalinismo e do maoísmo, tão funestos quanto os partidários da “terceira via”. Com sua política e seus métodos ultra-esquerdistas, levaram a greve a uma dura derrota e praticamente à destruição do CGH.

A política da JS do POS suscitou uma profunda polémica dentro da Liga Internacional dos Trabalhadores. Seu Secretariado Internacional (SI) fez um balanço, a nosso ver globalmente equivocado desse acontecimento. A JS do POS redigiu uma extensa réplica intitulada *Trotskismo e ultra-esquerdismo na derrota da greve da UNAM*. A seguir, publicamos o capítulo V desse documento 

O SI DA LIT CAPITULA À ULTRA-ESQUERDA DO CGH

COMITÊ EXECUTIVO DO POS

“Só a verdade é revolucionária”, diz um dos princípios que fundamentam a filosofia marxista, assim como a política revolucionária. Olhar a realidade de frente, tal como é, sem maquiagem, é uma de nossas normas ao fazer análises e elaborar políticas. Às vezes, a realidade é terrível para a luta do proletariado, porque seus esforços e lutas não obtêm nada ou perdem o que conquistaram antes. Também nessas circunstâncias, um partido revolucionário deve dizer a verdade aos trabalhadores, ainda que isso implique, como dizia Hegel, o mestre da dialética, “o nu sofrimento da razão.” Só enfrentando a realidade, por dura que seja, poderão o proletariado, as massas e suas vanguardas, extrair as lições de seus erros, acertos e experiências, para assim aprender e poder travar as lutas do futuro com maiores probabilidades de êxito.

O SI não adota esse critério na hora de avaliar a greve da UNAM. Nós, do POS, em nossa “Primeira elaboração...” sobre a situação aberta depois

da repressão policial na UNAM e os mil estudantes presos em 1 e 6 de fevereiro, dissemos que ocorrera uma derrota do movimento grevista. O SI, no entanto, tem outro balanço sobre esses fatos enormes e tremendos, que foram precedidos por uma **derrota política** da greve, ocorrida quando, em 20 de janeiro, cerca de 180 mil universitários votaram pelo fim da paralisação. Também faz parte desse revés o fato de que nesse mês de janeiro, 61% dos cidadãos da Cidade do México estavam não só a favor do fim da greve, como também da intervenção policial para terminá-la, segundo uma pesquisa publicada pelo jornal *Reforma*, em 6 de fevereiro.

O SI anda nas nuvens e exhibe uma grande habilidade para inventar eufemismos que douram o triste desenlace que teve a greve. Nunca diz que foi derrotada, mas se refere ao “*final da ocupação*” das instalações. Ou que “*se acaba a ocupação e a greve começa a ser desmantelada.*” Ou a seguinte afirmação incrível, escrita em 5 de março: “*é óbvio que a greve*

declinou, que está hoje na defensiva e em muitos lugares progressivamente foi-se colocando um fim a ela.” Ou seja, para nossa direção internacional, a greve continuava em boa parte da universidade depois de um mês de ser destruída pela polícia! A que se deve a fantasiosa opinião do SI, que consiste em negar a evidente realidade de que não havia greve porque havia sido derrotada?

Se o SI aceita que houve uma derrota (a mais terrível no México depois de muito tempo), então teria que dizer quem foi o responsável por esse revés, qual das correntes políticas existentes no movimento. E não há outra resposta a esta questão que não seja que: a principal responsável por este doloroso revés de centenas de jovens mexicanos é a ultra-esquerda, porque ela dirigiu, com uma política desastrosa, o movimento. Também cabe uma grande responsabilidade na derrota ao PRD.

A direção da LIT se nega a chegar à conclusão de que houve uma forte derrota cuja responsabilidade principal é da ultra-esquerda. E oculta estes fatos porque dourou a “ultra” e deseja ganhá-la. O SI foi claro ao expôr este objetivo, quando disse que no México estamos diante do *surgimento de uma vanguarda estudantil. Centenas de ativistas fizeram sua primeira experiência política e aí se abriu uma batalha de primeira ordem – como está colocado em todo o processo atual de reorganização – por ganhar peso e influência nesse setor que surgiu ao calor de uma luta.*

O SI supõe que o setor de ativistas ultra é suscetível de ser ganho para o programa e o partido revolucionário. Por isso, propõe dar uma “batalha de primeira ordem” para “ganhar peso e influência nesse setor” ultra-esquerdista. Essa estratégia do SI, que consiste em ganhar para a causa revolucionária e para o partido marxista a vanguarda ultra, é impossível, porque sua natureza política é anti-revolucionária, apesar de seu discurso e algumas de suas ações serem extremamente radicais. Mas o SI deseja aproximar-se dessa corrente política. E, para isso, a embeleza e cede politicamente a ela.

Tão funesta como o oportunismo

Nahuel Moreno afirmou que o ultra-esquerdismo, junto com o oportunismo, foi um perigo permanente para a construção do partido revolucionário, e o eixo de algumas das mais violentas batalhas políticas de Lenin e Trotsky.

Para manter as aparências, o SI diz que a ultra é “nefasta”. Mas esta não é sua verdadeira caracterização sobre a ultra-esquerda mexicana. A direção da LIT freqüentemente faz elogios injustos à ultra e nunca a crítica, como fez a JS do POS.

O principal grupo ultra que impôs sua hegemonia no CGH foi a *Corriente en Lucha*. É muito antiga, de origem maoista e stalinista – ou seja, anti-trotskista.

O Conselho Estudantil Metropolitano (CEM) teve um comportamento conseqüentemente ultra-esquerdista, a ponto de seu líder, Higinio Muñoz, ter sido o representante do CGH no “diálogo” de 4 de fevereiro deste ano com a Reitoria. O CEM está ligado há anos ao PRD.

A União da Juventude Revolucionária do México é o setor juvenil do



Partido Comunista Marxista Leninista, seguidor do stalinista albanês Enver Hoxa. É uma organização anti-trotskista. Um conhecido dirigente ultra é Rodolfo Hernández. Aceitou publicamente que é do PRD e recebe um salário desse partido.

O principal ideólogo da ultra foi Luis Javier Garrido. Em seu livro mais conhecido, faz uma defesa apaixonada do general Lázaro Cárdenas, o consolidador do bonapartismo mexicano e do próprio PRI. Durante a greve, declarou que Cuauhtémoc Cárdenas é o “melhor político” do México.

Outro dos ideólogos da ultra foi nada menos que o subcomandante Marcos. Vários estudantes fizeram emocionantes *xapatours* à Selva Lacandona para ouvir as pregações ultras do chefe ciber-guerrilheiro. Claro que Marcos, em sua versão ultra, jamais se sentiu obrigado a retificar seu apoio em 1994 à candidatura presidencial de Cárdenas.

Também estiveram presentes os seguidores mexicanos do PTS, da Argentina. O atual PTS rompeu com a LIT em 1987. Pouco depois, anunciou que rompia com o morenismo, por considerar que nossa teoria e programa são oportunistas e que Nahuel Moreno era um burocrata. A direção da LIT resolveu, há poucos anos, que não podia manter relações formais com o PTS, por considerá-lo desleal e parasita.

No México, esta corrente não tem um único operário em sua fileiras. A LTS fez uma grande contribuição à lista de reivindicações do CGH: propôs que deveria ter não 6 mas 36 pontos, e que, se não fossem atendidos na íntegra, o CGH não deveria suspender sua greve.

Este amálgama de maoistas, stalinistas, perredistas, neozapatistas e ex-trotskistas é a “ultra-esquerda” mexicana. Caracterizamos que, como ultras, estão mais próximos de Stalin que de Che Guevara. Ou seja, são mais parecidos ao stalinismo do “terceiro período” que a outros fenômenos ultra-esquerdistas que tiveram traços progressivos. O stalinismo dos anos 30, em sua faceta ultra-esquerdista, provocou a mais brutal e sangrenta derrota do proletariado durante o século XX: a subida de Hitler ao poder na Alemanha.

Os métodos stalinistas

Em seu afã de embelezar a ultra, o SI minimiza um dos aspectos mais importantes de qualquer direção: os métodos com que atua entre as massas. O SI diz que não entende quais foram as “posturas burocráticas” dos ultras e, por outro lado, assegura que seus procedimentos não reduzem os méritos dos *que sim queriam conduzir, à sua maneira, essa luta contra o governo e o regime*. Os métodos adotados pelos ultras foram a agressão física, a difamação, a expulsão... Este foi um dos fatores determinantes para que o CGH se isolara das bases universitárias e caísse o prestígio popular da greve.

Incluíram requisitos militantes draconianos para se ter direito a voto, com o que o número de estudantes com direito a decidir caiu para menos de 20 em média em várias escolas.

O CGH se burocratizou. Frequentemente os representantes das assembleias locais emitiam seu voto nas assembleias gerais em sentido oposto ao que haviam decidido suas escolas. Tornou-se uma prática comum dos ultras criar “assembleias paralelas” quando não tinham a maioria nas escolas.

Um dos fatos mais deploráveis para o CGH, amplamente difundido pelos meios de comunicação, foi quando um setor da ultra, para evitar os protestos contra aqueles que dirigiam as assembleias gerais com inúmeras manobras, colocou uma cerca de arame farpado para separar os que presidiam do restante dos delegados.

A devolução das instalações

O SI fica escandalizado quando lê que o POS exigiu a devolução pelo CGH dos centros de pesquisa. Daí vêm alguns de seus mais violentos ataques à seção mexicana da LIT. O CGH, no início da greve, se comprometeu a não fechar os edifícios administrativos (salvo a torre da Reitoria) e os institutos e centros de pesquisa sem a anuência das respectivas comunidades. Se, se os acadêmicos e estudantes desses institutos não decidissem unir-se à greve, o CGH respeitaria essa decisão.



Mas meses depois, alguns grupos ultras fecharam por sua própria conta esses centros, o que foi aceito pela maioria no CGH. A JS declarou que:

A decisão de fechar os institutos de pesquisa é criticável em primeiro lugar por ser anti-democrática. Trata-se de uma imposição às comunidades estudantis que nesses lugares não decidiram entrar em greve. Se o que se quer é fortalecer o movimento, o que o CGH deveria ter feito era convencer esses estudantes a que, em suas assembléias, votassem a favor da greve. (...)


Esta decisão também é criticável por suas repercussões políticas. Fechar os institutos se tornará uma ação que, ao invés de fortalecer o movimento, o debilitará, porque contribuirá para o isolamento e inclusive o enfrentamento do CGH com amplos setores de pesquisadores. (Juventud Socialista 16 – 17 de setembro de 1999).

Renuncia a construir uma verdadeira direção revolucionária

Temos então com o SI divergências profundas, que ultrapassam o balanço da greve universitária e o âmbito nacional, mexicano. A direção da LIT coloca a necessidade de ganhar para o programa e o partido revolucionários setores como a ultra mexicana. Em diversas regiões do planeta o SI vê atuando e desenvolvendo-se setores que qualifica como “centristas” e se ilude com a possibilidade de ganhá-los para posições e a práxis revolucionária. Diz que esses “centristas” (a maioria deles provenientes do stalinismo e que continuam sendo stalinistas) são um setor progressivo e parte do processo de “reorganização política” revolucionária a nível mundial. Nós dizemos que ganhar esse setor é um erro e uma ilusão que nos ocasionará graves descabros. O que dizemos é que devemos continuar travando uma “violenta batalha política” contra a ultra e os oportunistas porque, se ocupam novamente a direção de futuros movimentos, os levarão a derrotas como a que ocorreu na UNAM.

Um dos pontos essenciais do programa trotskista – voltamos a citar Nahuel Moreno—, parte da constatação de que o principal obstáculo para o avanço da humanidade em direção ao socialismo é que as massas têm direções que estão contra a revolução... E, nossa principal tarefa é construir uma nova direção internacional para superar este impasse histórico.

Para nós, a ultra-mexicana faz parte dessas direções “**que estão contra a revolução**”. Por isso, nos propomos a continuar batalhando dentro do movimento de massas contra a ultra e o oportunismo, na estratégia de construir uma nova direção revolucionária.

A nova orientação da direção internacional, que consiste em ganhar esse “setor de vanguarda”, só prepara novos fracassos e um aprofundamento da crise em que se debate nossa Internacional, porque será nossa organização a que deverá fazer concessões à vanguarda; de outro modo, seria impossível ganhá-la para nossas fileiras 



FOI POSSÍVEL UMA IMPORTANTE VITÓRIA PARCIAL

EL SOCIALISTA
Jornal do POS-México

Uma semana depois de terminada a greve, o jornal *El Socialista* n° 256 publica:


A greve foi derrotada, mas uma vitória ressonante esteve ao alcance das mãos quando o reitor ofereceu importantes concessões parciais. O CGH deveria ter resolvido que a proposta do reitor era uma base para a solução do conflito e que terminaria a greve se fossem concedidos alguns aspectos secundários (mas importantes), sem exigir a solução plena dos 6 pontos de sua pauta. Esta foi a proposta do POS. Mas os ultras subestimaram as concessões que as autoridades se viram obrigadas a fazer e sobretudo desprezaram o fato evidente de que uma enorme parcela dos universitários e da população já estava cansada da greve e queria uma solução. Os ultras disseram que queriam tudo. Este não é o critério dos operários quando fazem uma greve. Sabem que uma coisa é sua pauta de reivindicações, e outra o que se pode obter, dependendo da relação de forças, e que na maioria das vezes é preciso voltar ao trabalho com apenas uma parte do que foi exigido. Mas os ultras não têm nada a ver com a classe trabalhadora. E hoje o que temos são mil estudantes atrás das grades.

O problema dos movimentos populares é seus dirigentes. Durante um longo período histórico a população mexicana esteve controlada por líderes priístas. Posteriormente, surgiram outros dirigentes, a maioria do PRD.

Na UNAM, o PRD perdeu a direção do movimento estudantil. (...) A ultra pôde ocupar o

CGH – entre outros motivos – porque a massa estudantil carece do influxo das idéias socialistas. O PRD gera, por outro lado, a idéia de que os jovens devem apoiar um político do PRI, autoritário e membro conspícuo da elite endinheirada. Os estudantes reagiram contra essa podridão. Mas depois caíram nas mãos daquilo que Lenin chamou *infantilismo político*, a ultra.

O duro golpe produzirá uma intensa discussão e reflexão. Os estudantes fizeram já uma dolorosa experiência ao serem dirigidos pelo PRD e os ultras. Quando se decidirem a voltar a lutar, buscarão novos dirigentes. Nós, os militantes socialistas, estaremos novamente na linha de frente.

Sim, uma vitória parcial foi possível, mas com a política do POS, não com a da ultra e do SI. Para o SI, a política do POS deveria ter sido sempre, inclusive em janeiro deste ano, “continuar a greve”, porque esta conservava uma “correlação de forças” tão favorável quanto nove meses atrás. Essa política do SI – imposta por seus admirados ultras – foi mortal para a greve 

QUATRO ASPECTOS POLÊMICOS DE UMA LUTA HERÓICA

ANGEL LUIS PARRAS

Membro do PRT (Espanha) e do Secretariado Internacional da LIT-QI

Em abril passado, por ocasião do VIII Congresso do POS, tive o enorme prazer de visitar pela primeira vez o México. Junto com Euclides de Agrela, dirigente da Juventude do PSTU brasileiro, visitamos a UNAM, conversamos com estudantes e pais, ativistas e dirigentes do Conselho Geral de Greve (CGH), e participamos de algumas das atividades.

Em torno da luta da UNAM se desencadeou uma séria polêmica no interior da LIT-QI, entre a direção da Internacional e o POS, a seção mexicana. Tendo de respeitar, como é de praxe, o limite de espaço, quero tratar, neste artigo, de quatro aspectos da polêmica que, apesar de não abarcarem todos os seus elementos, creio que concentram seus temas essenciais: a situação da luta, a negociação, o plebiscito e, por último, o Conselho Geral de Greve (CGH).

Mais de um ano depois... a luta continua

A luta da UNAM começou em 20 de abril de 1999. No impulso dessa luta, das assembléias e a formação do Consejo Geral de Greve (CGH) teve um papel destacadíssimo o Bloco Universitário de Esquerda (BUE), uma organização impulsio- nada pelo POS desde 1997 junto com outras correntes de esquerda como Em Luta, UJRM e Cleta. O próprio POS considera o BUE *trascendental para a força do movimento. Esta coordenação se tornou um referencial para todos aqueles novos ativistas que realmente se opun- ham ao plano Zedillo-Barnes**(..)

*Barnes,
antigo reitor
da UNAM

A direção do POS alertou para os “sintomas de esgotamento na greve” a partir da segunda quinzena de maio, que exigiam um giro na orientação. Em um material de divulgação pública, o POS afirmava em 3 de julho: *Mas diante dos primeiros sinais de esgotamento da greve e a necessidade de conseguir uma negociação para dar-lhe uma saída vitoriosa, no BUE houve uma atitude de rejeição frente a esta discussão e depois de cegueira diante dos evidentes elementos de desgaste e debilitamento que exigiram uma mudança na política do CGH. Frente a esta realidade, decidimos abandonar o Bloco..*

Este giro concretizou a ruptura do BUE e dele saiu toda uma orientação que, mais adiante, o POS sintetizou em uma campanha pública: *Proposta para uma solução imediata*

da greve da UNAM.

A maioria do CGH não avaliou assim a situação e manteve a greve e a ocupação da UNAM.

Em 6 de fevereiro deste ano, armada até os dentes, a polícia punha fim à greve por tempo indeterminado e a ocupação da UNAM. Um mínimo de objetividade exige constatar uma evidência: a greve que o POS pressupunha debilitada e que o levou a romper o BUE e dar um giro de 180 graus em sua orientação durou ... mais **8 meses!** A realidade mostrou que essa caracterização estava equivocada e evidenciou que – contra a direção do POS – tinha razão a maioria do CGH, que apostava na continuidade da luta.

A direção do POS, apesar das evidências, reafirma o “acerto” em seus prognósticos e sua política. Tamanha é sua convicção, que difunde como caracterização a *derrota da greve da UNAM* e, enfatizando essa opinião, se dirigiu publicamente a nós: *A presença de membros do SI (Secretariado Internacional) e da direção do PSTU no México nestes dias será uma preciosa oportunidade para que constatem por si mesmos, in situ, que a greve está terminada desde 6 de fevereiro. Também para que constatem que a sudeste da cidade do México está o vulcão Popocatepetl.*

No dia 12 de abril, quando cheguei ao México, uma greve convocada pelo CGH paralisou a Universidade, a própria imprensa falou em 24 escolas paralisadas. Pude presenciar assembléias em diversas faculdades, participei de uma manifestação organizada pelos ativistas do CGH que, com a tática de “salonear” (percorrer as salas de aula) pelas faculdades, reuniu em poucas horas mais de 6 mil estudantes. Participei de uma manifestação – nos feriados da Semana Santa – de mais de 15 mil estudantes e trabalhadores da UNAM, convocada pelo CGH e o Stunam, em repúdio à nova ocupação policial. Infelizmente, não pude participar de outras atividades e nem ficar no Encontro Internacional organizado pelo CGH, que reuniu cerca de 1.500 estudantes.

Como disse aos companheiros do POS no Congresso, foi uma pena ter deixado o México sem conhecer o vulcão Popocatepetl, mas, em troca, tive o enorme privilégio de conhecer a

UNAM, conversar com dirigentes e ativistas, e constatar, *in situ*, a **continuidade de uma luta heróica.**

A entrada da polícia no dia 6 de fevereiro e as prisões em massa foram um duro revés para o movimento, já que pôs fim tanto à ocupação como à greve. Mas a fortaleza e a garra desse movimento é comprovada pelo fato irrefutável de que mais de um ano depois, apesar do duro revés, a **luta continua.** O governo não consegue “normalizar” a UNAM.

A estratégia de expansão do movimento contra a estratégia da negociação

Para a direção do POS, nesta luta entraram em confronto duas estratégias: a “ultra-esquerdista” da maioria do CGH, e a do POS. *Muitas correntes ultra-esquerdistas dentro do CGH insistiram, em diversos momentos da greve, em uma estratégia de expansão do movimento, levando a greve a outros setores estudantis e também de trabalhadores, para empreender uma luta mais direta contra o governo e o regime...* Frente aos ultras, que defendiam uma estratégia de expansão do movimento, qual foi a estratégia do POS depois da virada? *No primeiro período da greve, era preciso impulsionar com toda a força, para que fossem atendidas as reivindicações do movimento. A radicalização e intensificação do plano de ação também eram importantes para exercer a maior pressão sobre o governo e as autoridades. Atingida a maior acumulação de força, era pertinente fazer um balanço objetivo da situação do movimento e ganhar uma negociação na qual fosse possível conseguir as maiores conquistas.* ❶

Esta relação entre mobilização e negociação, o binómio **pressão-negociação**, é uma polémica eternamente presente no movimento operário internacional. Nós sempre repudiamos esse ultimatismo ultra-esquerdista que nega, como se fosse um princípio, a negociação. Todo o acionar revolucionário está repleto de negociações, desde um convênio coletivo até a negociação extrema de uma retirada. No entanto, como interpretar este binómio, pressão-negociação, sempre foi e é **um divisor de águas entre revolucionários e reformistas.** Para os reformis-

tas, coerentes com sua lógica conciliadora e de não-questionamento das próprias bases desta sociedade, o essencial é sempre a negociação. Para eles, a palavra *diálogo* desperta uma espécie de frenesi e é a quintessência da *democracia*.

Sob pena de estarmos dizendo obviedades, há que reiterar que a razão de ser dos marxistas revolucionários é lutar para transformar a sociedade; por isso, **a mobilização das massas é nossa estratégia central**. Para nós, a história da humanidade é a história *da luta de classes*, e, por isso, não há nada superior à luta das massas. Para os revolucionários, a negociação está subordinada à mobilização.

Os dirigentes do POS consideram ultra-esquerdismo insistir em uma estratégia de expansão do movimento e o correto era *exercer a maior pressão sobre o governo e as autoridades. Atingida a maior acumulação de forças, era pertinente fazer um balanço objetivo da situação do movimento e ganhar uma negociação na qual fosse possível conseguir as maiores conquistas*.

Se conseguirmos maior pressão, maior acumulação de forças, significa que a luta está muito melhor, não? Então, por que vamos renunciar a um único ponto que seja de nossa pauta de reivindicações?, para quê vamos colocar a ênfase na negociação?

Mas suponhamos que estivéssemos totalmente equivocados e o POS tivesse tido razão contra a maioria do CGH na caracterização de que a greve se debilitou e se esgotaram todas as possibilidades de extendê-la. Se fosse assim, como então era possível uma negociação na qual se pudesse **conseguir as maiores conquistas?**

O POS fez uma intensa “campanha por uma saída negociada”, somando-se, assim, a outras muito parecidas impulsionadas desde o dia 7 de junho pelo PRD e alguns “professores eméritos”. *A proposta de solução que ainda estamos construindo tem três eixos fundamentais: a gratuidade da educação universitária; um Congresso Democrático e Resolutivo, a solução deve se dar bilateralmente, por meio de um acordo entre o CGH e o Conselho Universitário* ². E, coerente com sua defesa do “diálogo”, o POS propôs que *O Congresso será realizado 8 meses depois de terminada a greve, o mais tardar*. Ou seja, há que buscar uma *saída negociada* porque a greve *dá mostras de esgotamento*, e devemos ter uma *estratégia de negociação* na que se propõe obter... *a gratuidade do ensino universitário e um Congresso democrático e resolutivo. É difícil criar mais expectativas do que essas sobre os prodígios do diálogo*.

Nós, ao contrário das correntes reformistas, não alentamos entre os trabalhadores ou estudantes a menor ilusão de que **se possa ganhar na negociação o que não se teve força para ganhar na luta**.

O plebisfraude de Zedillo-De la Fuente* contra o plebiscito do CGH

O plebiscito de 20 de janeiro teve um papel fundamental na luta da UNAM. A dupla Zedillo-De la Fuente convocou o plebiscito com as per-

¹ Um primeiro balanço da greve universitária. Folheto editado pela direção da Juventude Socialista do POS.

² Ídem.

* De la Fuente, atual reitor da UNAM.

guntas que quizeram, com a comissão de “garantias democráticas” que eles elegeram, na data que eles definiram e com uma cobertura estrondosa dos meios de comunicação, a cargo, obviamente, dos fundos públicos que faltam para a Educação. O CGH denunciou várias vezes a farsa do plebiscito e alertou que o objetivo era dar ares “democráticos” à intervenção policial que o governo preparava.

Os resultados *a la Fujimori* deram razão ao CGH e sua posição de não aceitar um plebiscito fraudulento. Mas o CGH não só denunciou o plebisfraude; fez um plebiscito alternativo que, além do mais, ampliou a consulta à população. Nos dias 18 e 19 de janeiro foram instaladas 2.028 mesas nas quais, com 81% de escrutínio, haviam votado 624.460 pessoas, 122.592 membros da comunidade universitária e 501.868 da população não-universitária. 85% apoiou a pauta de reivindicações do CGH.

Três dias antes do plebiscito, em um comunicado à imprensa, o CGH dizia: *o plebiscito da próxima quinta-feira colocará uma espada sobre o CGH e a toda comunidade universitária. Em uma manobra suja decidida nas mais altas esferas do governo federal, em cumplicidade com a direção do PRD e a reitoria, se pretende jogar nas costas dos universitários toda a responsabilidade de uma decisão já tomada: a repressão ao movimento estudantil.* Assim como o CGH alertou, dias depois da fraude, em 6 de fevereiro, a polícia ocupava a UNAM e mais de mil estudantes eram presos.

Qual foi a posição do POS em relação ao plebiscito? O POS não questiona os dados da reitoria; pelo contrário, destaca “o êxito político do plebiscito do reitor” e diz que em 20 de janeiro “o CGH e a greve” foram “politicamente derrotados”.

É muito óbvio que o Secretariado Internacional da LIT-QI não é “imparcial”. Não temos nem sombra de dúvida sobre os dados, porque, para nós, o único plebiscito democrático que houve na UNAM foi aquele organizado pelo CGH; o outro foi uma fraude, uma *fujimorada*. Mas qualquer pessoa que pretendesse ser um observador imparcial, situando-se por fora do CGH e da greve, deveria

ao menos constatar a existência de duas cifras, dois plebiscitos e dois resultados. Lamentavelmente, o POS não cumpre nem o requisito de um observador imparcial.

A divergência, na verdade, prescedia o próprio resultado. Basta ver o jornal do POS que trata da convocatória ao plebiscito. Na contracapa há um intertítulo: “Centenas o exigem”. Uma grande manchete: “A solução na UNAM deve surgir do diálogo” e um texto: *Contanto que resolva a greve sem ter que ceder mais aos estudantes, as autoridades foram obrigadas a utilizar uma ferramenta democrática: o plebiscito. (...) Sem dúvida, sentará um precedente em benefício da democratização do país.* 3 Para o CGH, e para nós, o plebiscito de Zedillo-De la Fuente foi uma fraude destinada a tentar legitimar a repressão. Para o POS, foi uma “ferramenta democrática”.

Sobre o CGH

Para a direção do POS, *a greve na UNAM foi duramente derrotada e a maior responsabilidade é da ultra-esquerda. As mobilizações foram cada vez menos e muito menores. As ações que o CGH realizava adquirem um caráter vanguardista e provocador.* Mais ainda, afirma que *Em nossa opinião, os ultras não só tiveram “posturas burocráticas” como seu método privilegiado foi totalmente anti-democrático, típico no México dos líderes sindicais “charros”, o da agressão física, a calúnia, a expulsão... E que foi este método, também um dos fatores determinantes para que o CGH se isolasse das bases universitárias.* 4

O POS fala do CGH quase como se fosse um grupo político. O CGH é o instrumento unitário que os estudantes construíram, que se tornou a direção indiscutível da luta. Suponhamos que fosse certa a afirmação de que a ultra-esquerda ocupou a direção do CGH e a partir desse momento, foi tudo um desastre na condução da greve. Desde quando a natureza do organismo, neste caso do CGH, se determina pelo caráter ou a política de sua direção? Desde quando o fato de estar dirigido por ultra-esquerdistas nos exime de participar ativamente, impulsioná-lo, desenvolvê-lo e defendê-lo frente aos ataques?

Mas vamos nos colocar na situação de quem

não conhece em detalhes nem a greve nem o CGH, e se guia pelas opiniões do POS. Como explicar que durante quase um ano estivesse em greve e ocupada uma Universidade que tem 13 faculdades, 25 institutos de pesquisa, 7 escolas periféricas, 14 carreiras de bacharelado e um Centro Cultural Universitário, mais de 260 mil estudantes, 30 mil professores e 25 mil funcionários? Não há greve no mundo que mantenha isso tudo **paralisa-**
do com ocupação se não tem por trás centenas de estudantes que a apoiem e outras centenas que a vejam com simpatia. Durante toda a luta da UNAM, a campanha de criminalização do CGH foi constante por parte do governo, da patronal, de setores da imprensa burguesa. Atacavam-no de “intransigência”, “violência”, “vandalismo”, são “a ultra”. Nesses dias, presenciamos uma ofensiva muito similar contra os dirigentes camponeses e operários equatorianos, brasileiros e bolivianos. Os governos latino-americanos criminalizam esses movimentos, buscando base social nas classes médias, nos setores de “ordem”. A “cidadania” deve defender a democracia contra o “vandalismo”. Atacam o CGH porque coloca no centro de sua atuação a **ação direta** das massas, a greve, o Comitê de Greve, as assembléias, as barricadas e bloqueio de estradas, a extensão da luta ao movimento operário e popular.


Nesta polêmica, até agora nós temos questionado a orientação do POS em relação ao CGH, mas não a caracterização de “ultra-esquerdistas”, e creio sinceramente que isso é um erro de nossa parte. Ao que foi dito até aqui, quero acrescentar que o CGH jamais se negou a negociar, como se afirmava nos meios de comunicação. Os acordos de dezembro, não cumpridos pela reitoria, são uma boa prova disso, como foi a contínua assistência às reuniões do chamado “diálogo”. O que o CGH repudiou, com razão, foi a farsa de 7 de junho, e o que vem denunciando é que o governo e a reitoria encenam “diálogos” e consultas “democráticas” para legitimar socialmente sua posterior intervenção repressiva. Isso significa que não houve nenhum erro sectário ou “ultra”, nem que existem correntes sectárias ou ultra-esquerdistas dentro do CGH? Em relação ao primeiro problema, não seremos nós os que queremos dar à direção do CGH o dom da infalibilidade que ela nunca pretendeu ter. Em relação ao segundo, com certeza que existem, como é normal em um organismo unitário formado no calor de um ascenso estudantil. Uma dessas correntes sectárias e, mais ainda, burocráticas, é o grupo vinculado ao PTS argentino. Mostra disso foi seu papel no próprio Encontro Internacional do CGH, onde manifestaram, como sempre, mais preocupação em seguir fustigando os “hereges” da LIT do que pelo impulso unitário do movimento. Mas pudemos comprovar como os dirigentes do CGH e a maior parte dos ativistas enfrentaram essas posições e repudiaram o que classificam de métodos burocráticos e de enfrentamento utilizados por essa corrente. Nós, os membros da LIT-QI que viajamos ao México, fomos tratados com absoluta fraternidade e mostras de camaradagem pelos membros do CGH. Euclides de Agrela foi convidado a falar, como membro do PSTU e da LIT-QI em duas oportunidades na reunião central do CGH, e foi convidado a participar das tarefas preparatórias do Encontro Internacional. O órgão central da LIT-QI, *Correio Internacional*, foi colocado, por sua própria

3 *El Socialista*, jornal do POS, nº 255, janeiro de 2000.

4 “Trotskismo y ultraizquierdismo en la derrota de la huelga en la UNAM”. Folheto editado pela direção da Juventude Socialista do POS.

iniciativa, pelos ativistas do CGH nos murais da Universidade, e uma folha da Juventude do PRT (Espanha) foi fotocopiada e distribuída por eles entre os membros do CGH. O companheiro Euclides teve a oportunidade de visitar a prisão e ser fraternalmente recebido por vários dos companheiros e companheiras presos. Sinceramente, não tive nunca a sensação de que o fato de ser ou não trotskista determinasse o tratamento que uma pessoa recebe por parte do CGH. Pelo contrário, quero aproveitar para agradecer o tratamento fraternal e afetuoso que, em todos os momentos, re-

cebemos dos companheiros do CGH.

O que sim é certo é que no CGH, como em qualquer organismo de luta no mundo, não se recebe de forma igual quem apoia uma luta e quem a boicota. E assim, quando alguém vai difundindo que *a greve e o CGH foram derrotados*, que o *CGH se burocratizou*, e durante meses põe no centro de sua política o trabalho de convencer os grevistas de que a greve não vai dar certo, que o plebiscito do reitor é democrático, etc, etc, não pode esperar ser recebido no CGH com aplausos e ovações 

“A GREVE NÃO FOI SOMENTE CONTRA AS TAXAS”

ENTREVISTA COM RODOLFO HERNANDEZ, DIRIGENTE DO CGH
Por Euclides de Agrela, dirigente da Juventude do PSTU-Brasil

As mobilizações tiveram início devido ao aumento das taxas impostas pela reitoria. Como foi esse início? Qual o balanço que você faz desta luta tão longa?

Rodolfo - A primeira coisa a esclarecer é que a causa da luta não foi apenas o aumento das taxas. Essa foi a gota d'água. Nós identificamos o processo que vem ocorrendo na universidade, desde o princípio, como planos neoliberais para a Educação no México, que também se aplicam em outras partes do mundo. Na universidade já vinha sendo aplicada uma reforma que pretende privatizá-la em um sentido amplo, em duas vias. Uma, transformando a Educação e o conhecimento em mercadorias, vendendo-as a quem possa pagá-las. E a outra, talvez até mais grave, que esta educação é pró-capitalista, pró-empresarial.

No dia 7 de junho, a reitoria voltou atrás no aumento das taxas. Então, por que a greve continuou?

Rodolfo - Claro, nós explicamos que não era somente por causa do aumento das taxas, mas de todo o projeto de universidade que vem se implementando, baseado em uma visão totalmente neoliberal. Essa é uma luta contra o projeto neoliberal na universidade; contra isso começou a greve. Não somente para barrar a cobrança das taxas. Quando veio o aumento das taxas, pedimos o diálogo antes de entrar em greve. Começamos a lutar nas escolas, a organizar e formar comitês de luta. Foi formada uma frente, inclusive, com pessoas que pertencem diretamente a partidos políticos, que acabaram por cumprir um papel nefasto, principalmente o PAN, PRI e PRD. Papel nefasto porque forma-

ram uma aliança suja para acabar com a greve. Bom, começamos então a agitar, falar, discutir sala por sala, a realizar assembléias. Chamamos um diálogo público com a reitoria antes que se aprovara o aumento das taxas, e ela não respondeu. Fizemos então uma advertência de que íamos nos mobilizar, fizemos passeatas, encontros, tudo isto desde o fim de janeiro de 1999. As autoridades, passando por cima de todas as manifestações e pedidos de diálogo público, aprovaram o aumento das taxas no dia 15 de março, fora do campus universitário, em uma reunião do Conselho Universitário rodeada pela polícia.

Quantas pessoas se reuniam nas assembléias que deflagraram a greve?

Rodolfo - Milhares. Por exemplo, na minha escola, onde somos dois mil alunos, reuníamos mil na assembléia da manhã e 800 na da tarde. E somos apenas 2 mil! Bom, tivemos assembléias de 12 mil pessoas em alguns lugares, foi uma ação de massas. A luta começa e fizemos uma pauta de reivindicações que, evidentemente, deixava claro que não era somente o problema das taxas. Exigíamos a retirada do *Regulamento Geral de Pagamentos*, que significa que a partir de agora deixaria de existir o regulamento dos 0,20 centavos, que já não existiria nenhum regulamento de cobranças. Lembrem-se que aqui no México, na Constituição, no artigo 3º, se estabelece que a Educação deve ser gratuita, inclusive diz textualmente que toda Educação promovida pelo Estado deve ser gratuita.

No dia 7 de junho não se aprova nada, mas se transformam em voluntárias algumas taxas, legalizando outras, como os serviços. É como se eu não te cobrasse a entrada na feira, mas cobrasse mais caro todos os ovos; assim, tudo acaba saindo mais caro. Eles alegam que “0,20 centavos é praticamente gratuito”. E se é assim, nós então perguntamos a eles por que insistir em manter os 0,20 centavos? Manter os 0,20 centavos implica em manter um regulamento geral de cobranças, que é a chave para outra vez, dentro de 15 minutos, um Conselho Universitário antidemocrático aumentar de 0,20 centavos para mil pesos ou o valor que quiserem!

O que ocorreu no dia 7 de junho, essa aparente mudança, foi apresentada como se tivesse sido um passo muito grande dado pelo reitor, e vocês foram intransigentes. Mas houve alguma mudança na luta do movimento, no estado de ânimo das pessoas, depois disso?

Rodolfo - O dia 7 de junho diz respeito a apenas um ponto da pauta; não resolvia os outros cinco pontos. Tanto demonstramos que isto não era assim que para maioria ficou muito claro que isso não resolvia, não resolvia! E olha, vou te dizer uma coisa, vou te explicar o movimento como nós o analisamos em toda a sua trajetória. Quando a greve é deflagrada, vem um processo assim: deixam que se deflagre e tudo bem. Mas surge a proposta de 7 de junho, ou seja, uma proposta política. E vem paralela a

uma campanha dos meios de comunicação manipulados pelo Estado dizendo: “isto resolve e se não resolve, eles é que são os intransigentes!” O pior é que dentro do Comando Geral de Greve, as correntes ligadas ao PRD e outras, também nos chamavam de intransigentes, sem se dar conta que assim se somavam à campanha do Estado que dizia “isto resolve!”.

Então, havia um ciclo: proposta política, campanha dos meios de comunicação de que isto resolvia e que somos intransigentes, e então nos reprimiam quando fazíamos alguma manifestação. Isso era o que acontecia em torno a esta proposta. Para as pessoas, ficou tão claro que essa proposta não resolvia, que a greve entrou em um dos seus melhores momentos! E continua, continua, pois afinal estamos falando é do dia 7 de junho. A greve continuou, para quem se lembra bem, até a invasão da polícia ao campus no dia 6 de fevereiro de 2000. Como íamos acabar com a greve nestas circunstâncias? Para deixar aberta outra vez a porta para as autoridades? Não! Aqui estamos jogando tudo! Se esta universidade é privatizada, todas as demais também serão, num efeito dominó. Estamos falando do sistema educativo nacional nesta luta!

Uma de nossas reivindicações importantes é o desmantelamento de todo o aparato repressivo. Como podemos discutir e nos organizar se temos aqui dentro a polícia política e microcâmeras nos vigiando? Você viu por aí as microcâmeras de espionagem? Tudo isto não se resolveu no dia 7 de junho. E isso fica tão claro para o movimento que, um mês depois, fazemos uma passeata. Começa uma ameaça constante de repressão pela polícia para nos mostrar como éramos intransigentes. Mas evitamos este golpe. Como? Com uma enorme passeata no dia 9 de julho.

Quantas pessoas foram à passeata?

Rodolfo – Entre 250 e 300 mil pessoas. Não foram somente os estudantes da UNAM, mas também de outras escolas, como a POLI. Uma passeata gigantesca. Creio que foi a maior que houve aqui.

Disseram que o governo e a reitoria tinham conseguido algum triunfo com as aulas extra-muros, que a greve estava enfraquecida e o CGH havia se burocratizado. Como você vê isso?

Rodolfo - Olha... eu creio que há algumas posições que, por causa das diferenças que tivemos em relação ao dia 7 de junho, começam a fazer uma crítica infundada de que o CGH se burocratiza. O CGH, como órgão burocrático, não pode ter um poder de convocatória como tem ainda. Nós chegamos aqui na Esplanada, falamos, e imediatamente saem centenas de estudantes à mobilização. Um poder burocrático é rechaçado! Tem que se impor, inventar trapanças, muitas coisas. Uma burocracia que desde o dia 7 de junho é burocracia, é uma minoria, e então não havia podido resistir durante 10 meses! O Estado havia acabado com ela a qualquer momento! Um movimento burocrático, um comando geral de greve burocrático, não teria resistido com o golpe do dia 6 de fevereiro, não haveria renascido! Mas estamos saindo de uma porrada que demonstra que o CGH tem uma ampla base nas assembléias. Você viu, as assembléias são na Esplanada! As decisões vão desde as assembléias até o Conselho. Que existiram muitos problemas, isso sim. Que algumas pessoas não souberam aproveitar isto e algumas faculdades cometeram erros, e gente que realmente tratava de burocratizar, isso houve.

Conte-nos um pouco como eram as assembléias do CGH no auge da greve?

Rodolfo - Conto que primeiramente tínhamos uma participação muito massiva, chegávamos a centenas, quase mil estudantes em uma discussão ou assembléia, um auditório repleto, muito calor! Segundo, que eram discussões muito longas, assembléias que duravam 36, 48 horas, 50 horas, assembléias corridas, sem parar, sem recessos, nem nada. Tínhamos que fazer

turnos para a mesa e turnos de delegados e uma comissão de comida permanente, porque eram três dias fechados, dia-noite-dia. Comissões permanentes que alimentavam os delegados. Eram delegados por turnos, uns dormiam aí mesmo no auditório, outros ficavam com os votos pra discutir. Eram umas quinhentas intervenções, não sei quantas intervenções! (ri...) e depois de 72 horas saíamos com uma resolução e nos preparávamos para a passeata, porque assim que deliberávamos por algo, já estava na hora de colocá-lo na rua (ri...)! E essa foi a vida da greve, e não foi uma reunião, foram muitas. Muitos diziam que o movimento andava mal, que era como um elefante atrapalhado para se mover. O que acontece é que na melhor das hipóteses era atrapalhado, mas vejamos... em um movimento de centenas de milhares de estudantes, seu órgão não pode estar representado por 20 ou 30! Necessita de uma representação ampla, onde todo mundo se sinta representado. E esse processo se dava na assembléia do CGH.

Para terminar, como você vê o I Encontro Internacional de Estudantes e como nós podemos continuar colaborando com esta luta no plano internacional?

Rodolfo - Nosso movimento não vai poder triunfar e nem sobreviver se não conseguir se ampliar. Temos a proposta de um Comando Nacional de Luta e também a proposta do Encontro Internacional de Estudantes, que será aberto a trabalhadores e todos os que queiram participar. Faz parte do nosso plano de ação para expandir a luta. Solidariedade nacional e internacional vai ser determinante para vencer esta luta, este movimento. Nós sempre fazemos a seguinte analogia: a reitoria está apoiada pelo governo mexicano e por todos os governos do mundo, e pelo imperialismo norte-americano. Isso é o que respalda o reitor. Nós temos o respaldo de todos os trabalhadores, de todos os estudantes, de todos os indígenas, todos os camponeses, todos os operários do mundo! Toda a outra parte! É por isso que nós achamos que acontece o mesmo na Espanha, na Bolívia. Outras universidades, em outras partes do mundo começarão a lutar, porque são os mesmos planos. Se este é um plano e um ataque internacional, então a resposta tem de ser internacional.

Você não vai participar do Encontro?

Rodolfo - Vou tirar umas “férias clandestinas”, porque posso ser preso no Encontro 🍌

Em teoria



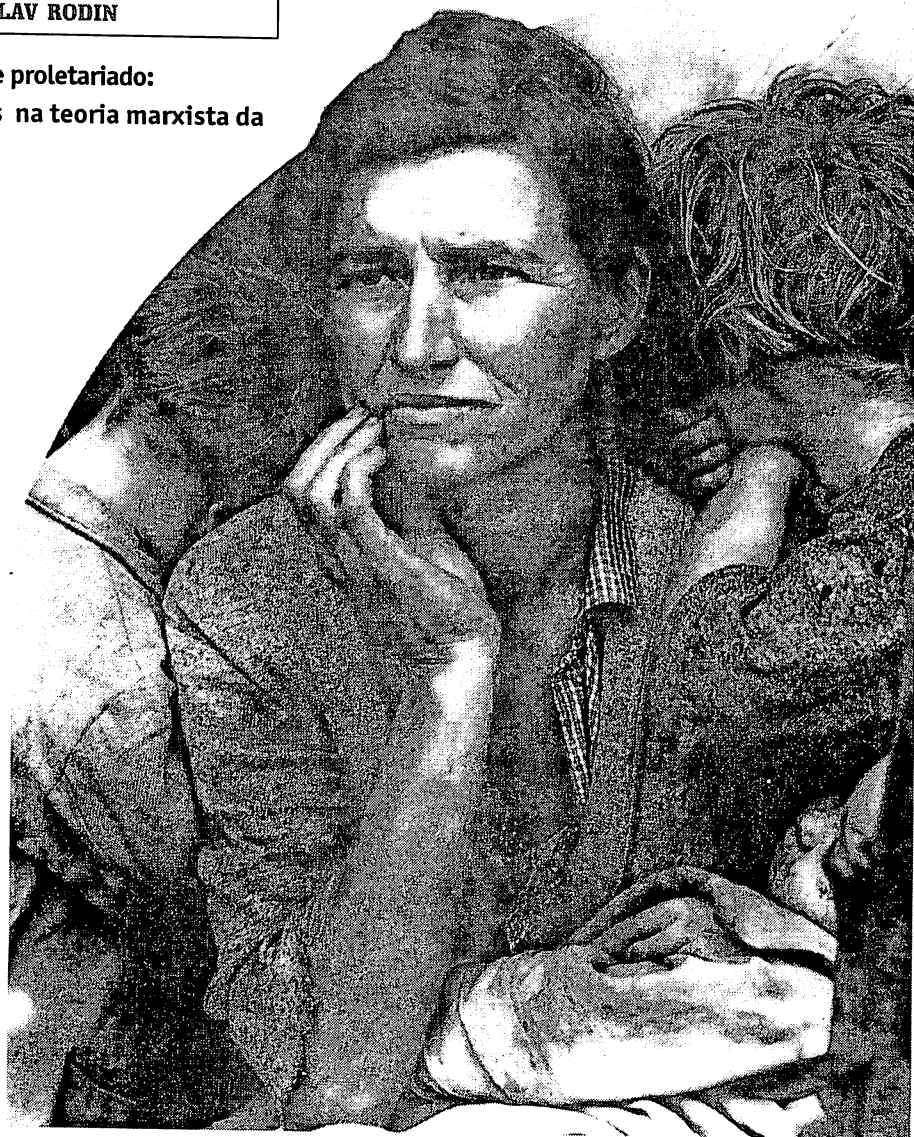
RICARDO ANTUNES

**Os novos proletários do mundo na
virada do século**



VIACHESLAV RODIN

**Classe operária e proletariado:
duas definições na teoria marxista da
história**



OS NOVOS PROLETÁRIOS DO MUNDO NA VIRADA DO SÉCULO

RICARDO ANTUNES

Professor livre docente em Sociologia do Trabalho

É muito curioso que enquanto se amplia enormemente o conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, em escala mundial, tantos autores têm dado *adeus ao proletariado*, têm defendido a idéia do *descentramento da categoria trabalho*, têm defendido a idéia do fim de uma emancipação humana fundada no trabalho. O que vou aqui apresentar é um caminho de como é possível ir em sentido contrário a estas tendências, tão presentes e tão equivocadas.

Os trabalhadores hoje, se não são idênticos aos trabalhadores de meados do século passado, também não estão em *vias de desaparecimento* como, com diferenciações entre eles, defendem autores como Gorz, Offe, Habernas, e mais recentemente, Dominique Méda, Jeremy Rifkin, entre tantos outros.

Vou, portanto, desenhar uma análise contrária a estes autores, buscando compreender o que são os proletários do mundo hoje, ou, como chamei em *Adeus ao Trabalho?*, a *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe dos que vivem da venda da sua força de trabalho. Quero dizer, desde logo, que esta expressão não é tentativa de oferecer um conceito novo; ela é completamente diferente disto, é uma tentativa de caracterizar a ampliação e de entender o *proletariado hoje, os trabalhadores hoje*. Nós sabemos que Marx terminou *O Capital* quando iniciava sua formulação conceitual sobre as classes. Escreveu uma página e meia, um texto em que seguramente nos ofereceria um tratamento mais sistemático, mais articulado sobre as classes sociais e, em particular, sobre o que é a classe trabalhadora.

Muitas vezes Marx (e também Engels) definiram a classe trabalhadora e o proletariado (e, em geral, como sinônimos). O livro do Engels *A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* poderia se chamar também *A Formação do Proletariado na Inglaterra*. “Proletários de Todo Mundo, Uní-vos”, a célebre consigna do *Manifesto* é muitas vezes traduzida como “Assalariados de Todo Mundo, Uní-vos”. Ou ainda, “A emancipação do proletariado é obra do proletariado”, como a “emancipação dos trabalhadores é obra dos trabalhadores”. Marx e Engels usavam de maneira (quase) sinônima a idéia de trabalhadores e de proletários. Talvez pudéssemos dizer que, na Europa de meados do século XIX, os trabalhadores assalariados eram predominantemente pro-

Este texto corresponde ao capítulo VI do livro *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. Editora Boitempo, 1999, São Paulo.

letários industriais, eram centralmente proletários industriais.

Pois bem: nosso primeiro desafio é procurar entender o que é a *classe trabalhadora hoje, o que é o proletariado hoje*, no sentido mais amplo do termo, não entendendo os trabalhadores ou “os proletários do mundo” como *exclusivamente* o proletariado industrial. Eu diria, então, para começar a fazer um desenho desta problemática, que o proletariado ou a classe trabalhadora hoje, ou o que denominei de *a classe-que-vive-do-trabalho* compreende *a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção*. Esta definição marxiana e marxista me parece *inteiramente pertinente*, como de resto o conjunto essencial da formulação de Marx, para se pensar a classe trabalhadora hoje.

Neste sentido, eu diria que a classe trabalhadora hoje tem como núcleo central o conjunto do que Marx chamou de *trabalhadores produtivos*, para lembrar especialmente o *Capítulo Inédito (VI)*, bem como inúmeras passagens de *O Capital*, onde a idéia de *trabalho produtivo* é formulada. Neste sentido, eu diria que a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas a classe trabalhadora hoje incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho em troca de salário. Mas ela é hoje centralmente composta pelo *conjunto de trabalhadores produtivos que são aqueles, lembrando de novo Marx, que produzem diretamente mais valia e que participam também diretamente do processo de valorização do capital*. Ela tem o papel central no processo de produção de mais valia. No processo de produção de mercadorias, desde as fábricas mais avançadas, onde é maior o nível de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico.

Este constitui-se como o núcleo central do proletariado moderno. Os produtos da Toyota, da Nissan, da General Motors, da IBM, da Microsoft etc, são resultado da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, por mais que muitos autores, de novo Habermas à frente, di-

gam que o trabalho abstrato teria perdido sua força estruturante na sociedade atual. À guisa de polêmica: se o trabalho abstrato (dispêndio de energia física e intelectual, conforme disse Marx em *O Capital*), perdeu a sua força estruturante na sociedade atual, como são produzidos os automóveis da Toyota, quem cria os computadores da IBM, os programas da Microsoft, os carros da *General Motors*, da Nissan, só para citar alguns exemplos de grandes empresas transnacionais?

Mas, para avançarmos neste desenho mais geral do que é a classe trabalhadora hoje, é preciso dizer que ela engloba também o conjunto dos *trabalhadores improdutivos*, novamente no sentido de Marx. Aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para *uso* público, como os serviços públicos tradicionais, seja para *uso* capitalista. O trabalho improdutivo é aquele que não se constitui enquanto um elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais valia. Por isto Marx o diferencia do trabalho produtivo, aquele que participa *diretamente* do processo de criação de mais valia. Improdutivos, para Marx, são aqueles trabalhadores cujo trabalho é consumido como *valor de uso* e não enquanto trabalho que cria *valor de troca*. Na virada deste século, a classe trabalhadora inclui também o amplo leque de assalariados do setor de serviços, mas que não criam diretamente valor. Este campo, do trabalho improdutivo, está em ampla expansão no capitalismo contemporâneo, ainda que algumas de suas parcelas se encontrem em retração. Por exemplo, no mundo fabril hoje há uma tendência, que me parece muito visível, de redução e até mesmo em alguns casos de eliminação do trabalho improdutivo, que passa a ser realizado pelo operário produtivo. Ele se torna, no capitalismo da era mundializada do capital, ainda mais explorado, dá-se uma intensificação da exploração da força de trabalho. Muitas atividades improdutivas estão desaparecendo, isto é, aquelas que o capital pode eliminar. Isso porque o capital também depende fortemente de atividades improdutivas, para que as suas atividades produtivas se efetivem. Mas aquelas atividades improduti-

vas que o capital pode eliminar, ele assim tem feito, transferindo muitas destas atividades para o universo dos trabalhadores produtivos.

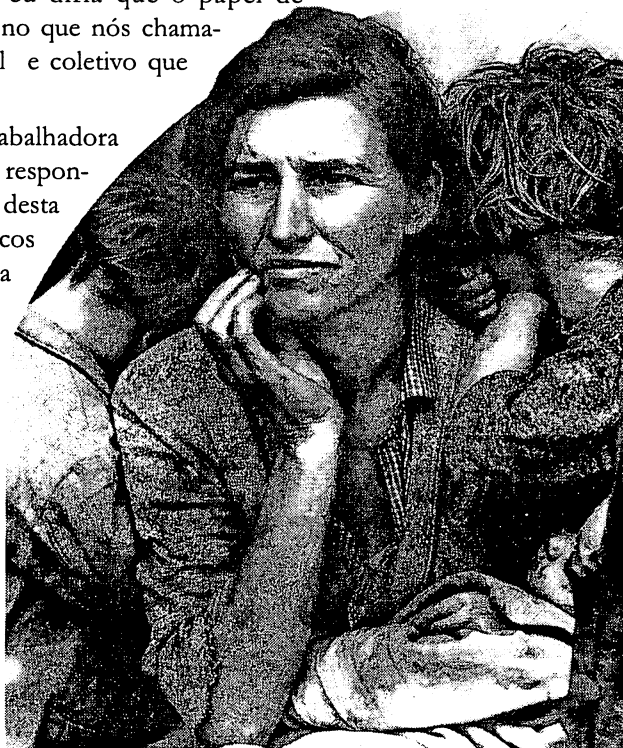
Os trabalhadores improdutivos, então, sendo geradores de um anti-valor no processo de trabalho capitalista, vivenciam situações que têm similitude com aquelas vivenciadas pelo trabalho produtivo. Eles pertencem ao que Marx chamou dos falsos custos, os quais, entretanto, são absolutamente vitais para sobrevivência do sistema capitalista. Então eu diria que: primeiro, o mundo do trabalho hoje é composto, como pensava Marx, pelo trabalho produtivo e também pelo improdutivo. O que há de novo nesta reflexão é tentar entender, no conjunto da produção do capital, o que é hoje atividade produtiva e o que hoje permanece como atividade improdutivo.

Vamos agora para um segundo bloco de problemas: dado que todo o trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, eu penso que uma noção contemporânea de classe trabalhadora, que os “Proletários do Mundo na Virada do Século” *devem incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados*. A classe trabalhadora hoje é mais ampla do que o proletariado industrial do século passado, embora este – o proletariado industrial moderno – se constitua no *núcleo fundamental* dos assalariados, deste campo que compõe o mundo do trabalho, uma vez que ele é *centralmente o trabalhador produtivo*. Quer ele realize atividades *materiais* ou *imateriais*. Quer atuando numa atividade manual direta, quer nos pólos mais avançados das fábricas modernas, exercendo atividades mais “intelectualizadas” (por certo em número muito mais reduzido), à qual referiu-se Marx, ao caracterizá-lo como “supervisor e vigia do processo de produção” (*Grundrisse*).

Neste desenho que estou fazendo, eu diria que o papel de centralidade ainda se encontra claramente no que nós chamamos de trabalho produtivo, trabalho social e coletivo que cria valores de troca, que gera a mais valia.

Mas, uma noção *ampliada* de classe trabalhadora hoje me parece evidente e decisiva para se responder ao significado essencial da *forma de ser* desta classe e, desse modo, se contrapor aos críticos do fim do trabalho, aos críticos do fim da classe trabalhadora. Se quisermos fazer *a crítica da crítica*.

Offe, por exemplo, num ensaio que se tornou referência “O Trabalho como Categoria Sociológica Chave?”, atribuiu a perda da centralidade do trabalho, dentre outros elementos, ao fato do trabalho operário não ser mais dotado de uma ética do trabalho. Mas eu perguntaria: desde quando para Marx o trabalho foi considerado central porque era dotado de uma ética? Este argumento teria sentido para Weber, mas não para Marx. A classe trabalhadora,



para o segundo, é ontologicamente decisiva pelo papel fundamental que exerce no processo de criação de valores. E na materialidade mesma do sistema, e pela potencialidade subjetiva que isso significa, que o seu papel se torna central. Então, a crítica de Offe quanto ao descentramento do trabalho (em verdade, uma crítica weberiana a uma tese de Weber, a da prevalência da *ética positiva* do trabalho, para Marx – e para uma reflexão marxiana – não tem relevância. Marx tem uma profunda visão *negativa e crítica do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado*. Nos *Manuscritos de 1844* disse que, se pudesse, o trabalhador fugiria do trabalho como se foge de uma peste.

Muito bem, continuemos: pensar então nos proletários ou nos trabalhadores do mundo hoje, implica também em pensar naqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando também o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital, os chamados bóias-frias das regiões agro-industriais. Este proletariado rural que vende sua força de trabalho também é parte constitutiva dos trabalhadores hoje, da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Os trabalhadores no final do século XX incorporam, também, – e isto me parece decisivo para recusar a tese da perda da importância do mundo do trabalho – em escala mundial, do Japão ao Brasil, dos EUA à Coreia, da Inglaterra ao México e à Argentina, o proletariado precarizado, o que eu chamei no meu livro *Adens ao Trabalho?* como sendo o “subproletariado moderno, fabril e de serviços, que é part time, que é caracterizado pelo trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, como são os trabalhadores dos McDonald’s, dos setores de serviços, dos fast foods, que o sociólogo do trabalho, o inglês Huw Beyon chamou recentemente (no mesmo espírito do que eu mencionava anteriormente como sendo a *classe-que-vive-do-trabalho*) como *operários bifenizados*, são operários em trabalho-parcial, trabalho-precário, trabalho-por-tempo, por-hora. Um belo filme inglês, que passou aqui no Brasil no ano passado, *The Full Mont*, com muita ironia mostra um pouco do que é esse trabalhador inglês hoje, na fase das indústrias decaden-

tes. *The Full Mont* (que aqui passou com o título *Tudo ou Nada*), é uma bela fotografia daquilo que, com muita ironia – porque o filme é uma comédia, mas plena de sensibilidade –, mostrava a rudeza das condições de vida dos assalariados-desempregados ingleses, dos trabalhadores precarizados. Eles encontram trabalho nos supermercados, por exemplo, ganhando 3 ou 4 libras por hora; hoje têm trabalho, amanhã não têm, depois de amanhã têm, porém, sempre desprovidos completamente de direitos. Esse é o proletariado em tempo parcial, que eu chamo de subproletariado, *porque é o proletariado precarizado no que diz respeito às suas condições de trabalho, desprovido dos direitos mínimos*.

É a versão “moderna” do proletariado do século XIX. Se em alguns setores (bastante minoritários) nós podemos encontrar, por um lado, um proletariado mais “qualificado e intelectualizado” (no sentido que o capital lhe confere), por outro, é muito mais intensa a expansão, em todos os cantos do mundo, do operário mais precarizado, como as mulheres trabalhadoras da Nike, na Indonésia, que trabalhavam cerca de 60 horas por *semana* e recebiam 38 dólares por *mês*. Mulheres-trabalhadoras trabalhando 240 horas por mês, produzindo milhares de tênis, para no final do mês não ter dinheiro para comprar um único par deles, pois um salário de 38 dólares seguramente não permite comprar um tênis Nike.

Vocês sabem que, segundo dados da OIT, há hoje mais de 1 bilhão de homens e mulheres que trabalham precarizados, subempregados – os trabalhadores que o capital usa como se fosse uma seringa descartável – ou encontram-se desempregados. A força humana de trabalho é descartada com a mesma tranquilidade com que se descarta uma seringa. Assim faz o capital, e há então uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras que já são parte do desemprego estrutural, são parte do monumental exército industrial de reserva que se expande em toda parte. Esta tendência tem se acentuado em função da vigência do caráter destrutivo da lógica do capital, muito mais visível nestes últimos 20

ou 30 anos. Isso porque, por um lado, deu-se a expansão nefasta do *ideário* e da *pragmática* neoliberal e, de outro, pelo chão social conformado pela nova configuração do capitalismo, que tem sido denominada como a fase da reestruturação produtiva do capital, onde o toyotismo e outros experimentos de desregulamentação, de flexibilização etc, têm marcado o mundo capitalista, mais intensamente após a crise estrutural iniciada nos anos 70.

Mas é claro que a *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora hoje, os novos proletários do final do século XX, excluem o que João Bernardo chamou de os gestores do capital, aqueles que são parte constitutiva da classe dominante, pelo papel central que têm no controle e gestão do capital. Os altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de valorização e reprodução do capital, no interior das empresas, e que por isto recebem salários altíssimos. Estes são parte deste sistema hierárquico e de mando, são parte fundamental do sistema de metabolismo social do capital, para lembrar a formulação de Mészáros, sistema de metabolismo social que subordina hierarquicamente o trabalho ao mando do capital. Os gestores do capital, por certo, não são assalariados e evidentemente estão excluídos da classe trabalhadora.

Esta nossa caracterização da classe trabalhadora exclui também, é evidente, os pequenos empresários, porque são detentores – ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção – e exclui naturalmente aqueles que vivem de juros e da especulação. Então, compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica em entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. É esta a síntese que eu faço da classe trabalhadora hoje, em *Adeus ao Trabalho?*: uma classe mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada ¹.

Feito este recorte mais analítico, vou procurar, então, nesta segunda parte deste artigo, desenhar as características principais, empiricamente falando, da classe trabalhadora hoje.

A primeira tendência que vem ocorrendo no mundo do trabalho hoje é uma redução do operariado manual, fabril, estável, típico da fase taylorista e fordista. Este proletariado tem se reduzido em escala mundial, ainda que de maneira obviamente diferenciada em função das particularidades de cada país, da sua inserção na divisão internacional do trabalho. O proletariado industrial brasileiro, por exemplo, entre os anos 60 e fins de 70, teve um crescimento enorme. O mesmo se deu na Coreia, para dar outro exemplo. Mas aqui estou me referindo aos últimos 20 anos, nos países centrais e particularmente na última década nos países de industrialização subordinada, como o Brasil. O ABC paulista tinha cerca de 240 mil operários metalúrgicos em 80, hoje tem pouco mais de 110, 120 mil. No mesmo período, Campinas tinha 70 mil metalúrgicos, hoje tem 37 mil operários estáveis. Vocês se lembram que, no passado, uma fábrica como a Volkswagen, dizia que era importante porque tinha mais de 40 mil operários. Hoje tem menos de 20 mil, produzindo, entretanto, muito mais. Isto quer dizer que hoje é sinônimo de “proeza e vitalidade” do capital citar uma fábrica que produz muito, com

¹ Similarmente, o livro de Alain Bihr, *Da Grande Noite Alternativa (O Movimento Operário Europeu em Crise)*, desenha sugestivamente os traços mais característicos do que é o proletariado europeu hoje.

cada vez menos operários.

Vocês poderiam dizer, então, que tem razão André Gorz quando vaticinou o *fim do proletariado*. Porque, nesta linha de argumentação, poder-se-ia dizer que o que está diminuindo, tende a desaparecer. Mas, acontece que há uma segunda tendência, decisiva (que o próprio Gorz percebeu, até porque é um cientista social inteligente, mas que não soube tratar analiticamente). Essa segunda tendência, muito importante, porque contradiz a primeira, é *aquela marcada pelo enorme aumento do assalariamento e do proletariado precarizado em escala mundial*. Nas últimas décadas, paralelamente à redução dos empregos estáveis, aumentou em escala explosiva o número de trabalhadores, homens e mulheres, em regime de tempo parcial, em trabalhos assalariados temporários. Esta é uma forte manifestação deste novo segmento que compõe a classe trabalhadora hoje, ou a expressão desse *novo proletariado*.

Terceira tendência: tem-se o aumento expressivo do trabalho feminino no mundo do trabalho, na indústria e especialmente no setor de serviços. A classe trabalhadora sempre foi tanto masculina, quanto feminina. Só que a proporção está se alterando muito. Na Inglaterra, por exemplo, hoje é maior o número de mulheres que trabalham em relação ao número de homens que trabalham. Em vários países europeus, cerca de 40 e 50% ou mais da força de trabalho é feminina. Inclusive porque, quanto mais se ampliam os trabalhos part time, mais a força de trabalho feminina preenche esse universo.

Esta tendência tem desdobramentos decisivos. Não posso expor em detalhes esta temática, mas as questões complexas que disto decorrem são enormes. Primeiro, a incorporação da mulher no mercado de trabalho é, por certo, um momento importante da emancipação *parcial* das mulheres, pois anteriormente este acesso era muito mais marcado pela presença masculina. Mas, e isso me parece central, o capital fez isso à sua maneira. E de que maneira? O capital reconfigurou uma *nova divisão sexual do trabalho*. Nas áreas onde é maior a presença de *capital intensivo*, de maquinário mais avançado, predo-

minam os homens. E nas áreas de maior *trabalho intensivo*, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres. É isso o que têm mostrado os estudos, por exemplo, da pesquisadora inglesa Anna Pollert. E quando não são as mulheres, são os negros, e quando não são os negros, são os imigrantes, e quando não são os imigrantes, são as crianças, ou todos estes juntos!

E se a classe trabalhadora é tanto masculina quanto feminina, o socialismo não será uma construção só da classe trabalhadora masculina. Os sindicatos classistas também não poderão ser sindicatos só de homens-trabalhadores; a emancipação do gênero humano contra as formas de opressão do capital, que nós sabemos serem centrais, decisivas, e mescladas com outras formas de opressão. Além das formas de opressão de classe, dadas pelo sistema do capital, a opressão de gênero tem uma existência que é pré-capitalista, que permanece sob o capitalismo e que terá vida pós-capitalismo, *se esta forma de opressão não for radicalmente eliminada das relações entre os seres sociais, entre os homens e as mulheres*. A emancipação frente ao capital, assim como a emancipação do gênero, são momentos constitutivos do processo de emancipação do gênero humano frente a todas as formas de opressão e dominação. Ou, como a rebeldia dos negros contra o racismo dos brancos, a luta dos trabalhadores imigrantes contra o nacionalismo xenófobo, dos homossexuais contra a discriminação sexual, entre as tantas clivagens que oprimem o ser social hoje. Eu diria que para pensar a questão da emancipação humana e da luta central contra o capital, estes elementos sobre os quais estou discorrendo são decisivos. São, portanto, múltiplas as lutas emancipatórias.

Claro que a classe trabalhadora sempre foi também feminina. Mas era predominantemente feminina em alguns setores produtivos, como no setor têxtil, por exemplo. Hoje, ela é predominantemente feminina em muitas áreas, em diversos setores e, especialmente, no trabalho part time, que se amplia no mundo inteiro nos últimos anos. Até porque o capital percebeu que a

mulher exerce atividades polivalentes, no trabalho doméstico e fora dele, no trabalho fora de casa, e esta polivalência do trabalho da mulher, o capital tem utilizado e explorado intensamente. O capital percebeu a polivalência feminina no trabalho produtivo e se utiliza e explora isso intensamente. Já explorava o trabalho feminino no espaço doméstico, na esfera da reprodução, ampliando a exploração para o espaço fabril e de serviços. Articular as ações *de classe* com as ações *de gênero* tornam-se ainda mais decisivas.

Quarta tendência: há uma enorme expansão dos assalariados médios, no setor bancário, turismo, supermercados, os chamados setores de serviço em geral. São os novos proletários, no sentido de presenciarem um assalariamento e uma degradação intensificada do trabalho, conforme falamos anteriormente.

Quinta tendência: há uma exclusão enorme dos jovens e dos “velhos” (no sentido dado pelo capital destrutivo). Os jovens são aqueles que terminam seus estudos, médios e superiores, e não têm espaço no mercado de trabalho. Os jovens europeus, os jovens norte-americanos e também os jovens brasileiros não têm mais o seu espaço no mercado de trabalho garantido. Na Europa, a única garantia é a certeza do desemprego. Algo que já caracteriza também o nosso mercado de trabalho. E os trabalhadores de 40 anos ou mais, considerados “velhos” pelo capital, uma vez desempregados, não voltam mais para o mercado de trabalho. Vão realizar trabalhos informais, trabalhos parciais, part time, etc. Imaginem as profissões que desapareceram: inspetor de qualidade, por exemplo, que desapareceu da fábrica. O indivíduo que era inspetor de qualidade há 25 anos, uma vez desempregado, será que ele vai voltar para outra fábrica com uma nova profissão ou será que a fábrica vai contratar um trabalhador jovem, formado sobre os “moldes” da polivalência e da multifuncionalidade, pagando muito menos do que ganhava aquele Inspetor de Qualidade? A resposta é evidente. Ele tragicamente será um novo integrante do monumental exército industrial de reserva.

Ao contrário, portanto, de se falar em *fim do trabalho*, parece evidente que o capital conseguiu, em escala mundial, ampliar as esferas de assalariamento e de exploração do trabalho, nas várias formas de precarização, subemprego, part time. O essencial do toyotismo, já dizia Satoshi Kamata, em seu livro *Japan in the Passing Lane*, uma reportagem clássica sobre a Toyota, que ele caracterizou como “a fábrica do desespero”, era reduzir o “desperdício”. De modo metafórico: se o trabalhador respirava, e enquanto respirava em alguns momentos, ele não produzia, urge *produzir respirando e respirar produzindo e nunca respirar não produzindo*. Se fosse possível o trabalhador produzir sem respirar, o capital permitiria, *mas respirar sem produzir não*. E com isto a Toyota conseguiu reduzir em 33% o seu “tempo ocioso”, o seu “desperdício”.

É por isto que a indústria automobilística japonesa, em 1955, produzia um volume de automóveis irrisório frente à produção norte-americana (somente 69 mil unidades frente a 9,2 milhões nos EUA) e chegou 20 anos depois com uma produtividade superior à dos norte-americanos. Empurrou a produtividade para cima. Os capitalistas japoneses chamavam os capitalistas norte-americanos e diziam: vocês têm operários lentos, seu sistema de

produção é lento, vocês têm de reaprender conosco. Até porque, diziam ainda os capitalistas japoneses, “nós aprendemos com vocês, o toyotismo não é uma criação original japonesa, ele se inspirou no modelo norte-americano dos supermercados, na indústria têxtil etc...

Então, o que se vê não é o fim do trabalho, mas é a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de *intensificação do tempo e do ritmo de trabalho*. Vale lembrar que a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica. E é exatamente isso que vem ocorrendo em praticamente todas as partes: uma maior intensidade, uma maior exploração da força humana que trabalha. Na outra ponta do processo de trabalho, nas unidades produtivas de *ponta* – que são, é evidente, minoritárias, quando se olha a *totalidade do trabalho* – têm-se, por certo, formas de trabalho mais “intelectualizado” (no sentido dado pelo capital), formas de trabalho imaterial. Tudo isso é, entretanto, muito diferente do que falar em fim do trabalho. E é muito visível hoje o que Marx chamou de *trabalho social combinado*. Ele dizia: “Não importa se é operário mais intelectualizado, se é um operário manual direto, se ele está no centro, no núcleo do processo ou se está mais na franja dele; o importante é que ele participa do processo da criação de valores, de *valorização do capital* e esta criação resulta de um trabalho coletivo, de um trabalho social combinado, conforme disse no *Capítulo VI (inédito)*, que aqui cito de memória. E se ele está *subsumido* realmente ao capital, se participa diretamente do processo de valorização deste mesmo capital, então ele é um trabalho produtivo.

A classe trabalhadora, os “trabalhadores do mundo na virada do século”, são mais explorados, são mais fragmentados, são mais heterogêneos, são mais complexificados, também no que se refere à sua atividade produtiva: é um operário ou uma operária trabalhando em média com quatro, com cinco ou mais máquinas. São desprovidos de direito, o seu trabalho é *desprovido de sentido*, em conformidade com o caráter destrutivo do capital, onde as relações metabólicas sob controle do capital degradam não só a natureza, levando o mundo à beira da catástrofe ambiental, mas precarizam também a força humana que trabalha, desempregan-


do ou subempregando-a, além de intensificar os níveis de exploração. Não podemos concordar, portanto, com a tese do fim do trabalho e muito menos com o fim da revolução do *trabalho*. A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução *no trabalho, do trabalho e pelo trabalho*. Mas ela é um empreendimento societal mais difícil, uma vez que não é fácil resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital e suas formas de dominação (incluindo a decisiva esfera da cultura) procuram mascarar e nublar.

Durante a vigência do taylorismo/fordismo, no século XX, os trabalhadores por certo não eram homogêneos; sempre houve homens-trabalhadores, mulheres-trabalhadoras, jovens-trabalhadores, qualificados e não-qualificados, nacionais e imigrantes etc, isto é, as múltiplas clivagens que marcam a classe trabalhadora. É evidente também que, no passado também já havia terceirização (em geral, os restaurantes eram terceirizados, a limpeza era terceirizada, o transporte coletivo etc). Deu-se, entretanto, uma enorme intensificação deste processo que alterou sua qualidade, fazendo aumentar e intensificar em muito as clivagens anteriores.

Ao contrário do taylorismo e do fordismo (que, é bom lembrar, ainda é vigente em várias partes do mundo, mesmo que de forma muitas vezes híbrida ou mesclada), no toyotismo, na sua versão japonesa, o trabalhador torna-se, como escrevi em *Adens ao Trabalho?*, um déspota de si próprio. Ele é instigado a se auto-recriminar e se punir, se a sua produção não atingir a chamada “qualidade total” (essa falácia mistificadora do capital). Ele trabalha num coletivo, em times ou células de produção, e se um trabalhador ou uma trabalhadora não comparece ao trabalho, serão cobrados pelos próprios membros que formam sua equipe. É assim no ideário do toyotismo. Tal como a lógica deste ideário é concebida, as resistências, as rebeldias, as recusas, são completamente repudiadas, como atitudes contrárias “ao bom desempenho da empresa”. Isto levou a que um conhecido estudioso, Coriat, dissesse positivamente que o toyotismo exerce um *envolvimento incitado*. Contrapondo-me fortemente a isso, caracterizo este procedimento como o de um envolvimento manipulado. Trata-se de um momento efetivo do estranhamento do trabalho ou, se

preferirem, da alienação do trabalho que é, entretanto, levada ao limite, interiorizada na “alma do trabalhador”, onde este só deve pensar na produtividade, na competitividade, como melhorar a produção da empresa, da sua “outra família”. Dou um exemplo elementar: quantos passos um trabalhador conseguiu reduzir para fazer o seu trabalho? Estes passos reduzidos, em uma hora, significam tantos passos num dia. Tantos passos num dia, significam tantos passos num mês. E tantos passos num mês, significam tantos passos num ano. Tantos passos num ano significam tantas peças produzidas a mais, criando-se um círculo infernal da desefetivação e da desumanização no trabalho: é o trabalhador pensando para o capital. Assim quer o toyotismo e suas formas assemelhadas.

E há ainda uma questão muito importante: o taylorismo e o fordismo tinham uma concepção muito linear, onde a Gerência Científica elaborava e o trabalhador manual executava. O toyotismo percebeu, entretanto, que o saber intelectual do trabalho é muito maior do que o fordismo e o taylorismo imaginavam, e que era preciso deixar que o saber intelectual do trabalho florescesse e fosse também ele apropriado pelo capital. O que Jean Marie Vincent, entre outros, denominou como a fase de vigência do trabalho intelectual abstrato. É, em nossa formulação, aquele momento em que o dispêndio de energia, para lembrar Marx, torna-se dispêndio de energia intelectual, que o capital toyotizado incentiva para dele também se apropriar, numa dimensão muito mais profunda do que o taylorismo e o fordismo fizeram. Somente por isso é que o capital deixa, durante um período da semana (em geral, uma ou duas horas), os trabalhadores aparentemente “sem trabalhar”, discutindo nos Círculos de Controle da Qualidade. Porque são nestes momentos que as idéias de quem realiza a produção florescem – indo além dos padrões dados pela Gerência Científica – e o capital toyotizado sabe se apropriar intensamente desta dimensão intelectual do trabalho que emerge no chão da fábrica e que o taylorismo/fordismo desprezava.

É evidente que, deste processo que se expande e se complexifica nos *setores de ponta do processo produtivo* (o que não pode ser em hipótese alguma hoje generalizado) resultam máquinas mais inteligentes, que por sua vez precisam de trabalhadores mais “qualificados”, mais aptos para operar com estas máquinas informatizadas. E, na processualidade desencadeada, novas máquinas mais inteligentes passam a produzir atividades anteriormente feitas pela atividade exclusivamente humana, desencadeando-se um processo de interação entre trabalho vivo diferenciado e trabalho morto mais informatizado. O que levou Habermas a dizer, em minha opinião erroneamente, que a ciência transformava-se em principal força produtiva, substituindo – e com isso eliminando – a relevância da teoria do valor trabalho. Ao contrário, penso que há uma nova forma de interação do trabalho vivo com o trabalho morto, há um processo de *tecnologização da ciência* que, entretanto, não pode eliminar o trabalho vivo, ainda que possa reduzi-lo, alterá-lo, fragmentá-lo. Mas a tragédia do capital é que ele não pode suprimir definitivamente o trabalho vivo, não podendo, portanto, eliminar a classe trabalhadora. Entender um pouco da conformação desta classe trabalhadora hoje, foi, então, o que aqui procuramos fazer 

CLASSE OPERÁRIA E PROLETARIADO: DUAS DEFINIÇÕES NA TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

VIACHESLAV RODIN
Dirigente do POI

Sobre a teoria marxista da história, diz Engels, em uma carta a Frederick Adolf Zorgue, de 7 de março de 1884: *Leia A Sociedade Antiga, de Morgan, publicado em 1877 nos Estados Unidos. Ele descreve de forma brilhante a sociedade primitiva e seu comunismo. Ele redescobriu de forma independente a teoria marxista da história e encerra seu trabalho com conclusões comunistas a respeito da atualidade.* (T.36, p.109) ❶

O lugar central na teoria marxista da história é ocupado pela lei geral da natureza, sobre a qual Marx escreve em suas “Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório sobre questões em separado”, de 1866, quando se colocou em dia a questão do trabalho infantil e de adolescentes:

Consideramos progressiva, saudável e legítima a tendência da indústria moderna de incorporar crianças e adolescentes de ambos os sexos na grande causa da produção social, embora sob o capitalismo esta tendência adquira traços monstruosos. Em uma sociedade racional, cada criança a partir dos 9 anos deve se tornar um trabalhador produtivo, assim como cada pessoa capaz de trabalhar deve se submeter à lei geral da natureza, mais especificamente: para comer, deve trabalhar e trabalhar não somente com a cabeça, mas também com as mãos, embora atualmente seja nossa

tarefa apenas a preocupação com as crianças e adolescentes da classe operária. (T.16 p.197)

Em primeiro lugar, notemos que Marx chama de trabalhador produtivo o indivíduo que trabalha não apenas com a cabeça, mas também com as mãos.

Levando em conta a lei geral da natureza e as indicações dos fundadores do marxismo, podemos considerar a história da humanidade em grande escala como o movimento engendrado pelo desenvolvimento das forças produtivas desde o comunismo primitivo espontâneo (onde toda pessoa capaz trabalha não somente com as mãos, mas também com a cabeça, todos são trabalhadores produtivos), até a sociedade não-comunista (onde as tendências progressivas, saudáveis e legítimas de participação de todos os indivíduos capazes na produção social adquire formas monstruosas) para a futura sociedade comunista racional. Em uma palavra, a história da humanidade é a história da vida material dos produtores.

No que diz respeito a “conclusões comunistas sobre a atualidade”, pelo menos uma podemos fazer com segurança: a raiz social comunista se conserva sempre na classe operária, justamente porque todos os seus membros

trabalham não somente com a cabeça, mas também com as mãos, todos são trabalhadores produtivos.

Surgimento e extinção da classe operária

O materialismo histórico constata o fato de que a sociedade não pode existir sem produtores. Engels escreve a este respeito em 1881, no artigo “Classes Sociais Necessárias e Desnecessárias”:

... Nunca, desde que surgiram as classes, houve um tempo em que a sociedade pudesse existir sem a classe operária. O nome, a condição social desta classe, modificou-se; o lugar do escravo foi ocupado pelo servo e o deste, por sua vez, pelo operário livre – livre da servidão feudal, mas livre também da posse de qualquer coisa sobre a terra, com exceção de sua própria força de trabalho. Mas está claro para todos: por mais que as camadas superiores, não-produtivas da sociedade, se modifiquem, a sociedade não pode existir sem a classe dos produtores. Conseqüentemente, esta classe é necessária sob quaisquer condições, embora deva chegar um tempo em que ela não será mais classe, mas abarcará toda a sociedade. (T.19 p.296)

A classe dos produtores abarcará toda a sociedade. Essa afirmação pode significar somente uma coisa: todos os membros da sociedade capazes de trabalhar serão produtores, ou seja, operários.

Das indicações acima segue: em primeiro lugar, classe operária e classe de produtores, para o marxismo, são definições idênticas; em segundo lugar, “classe operária” e “camadas não-produtivas” estão ligadas indissolivelmente no tempo e no espaço. Isso significa que, por um lado, a classe operária (classe dos produtores) surge onde e quando surgem as “camadas não-produtivas”, ou seja, classes não-produtivas. Por outro lado, a ausência de “camadas não-produtivas” na sociedade significa que a classe operária se extinguiu, que a sociedade é composta somente por operários.

A pré-história da classe operária e sua verdadeira história

Nunca, desde que surgiram as classes, houve um tempo em que a sociedade pudesse existir sem a classe operária, escreve Engels. Mas quais os processos que na sociedade antecederam e determinaram objetivamente o surgimento da classe operária? A resposta a esta pergunta pode ser encontrada em *A Ideologia Alemã*, escrita por Marx e Engels em 1845-1846. Ao expor a história da humanidade, os fundadores do marxismo escreveram:

Lidando com alemães livres de todo tipo de pré-condições, devemos constatar, antes de mais nada, a pré-condição de toda a existência humana e, conseqüentemente, de toda a história, mais especificamente a pré-condição de que as pessoas devem ter a possibilidade de viver para estar em condições de “fazer a história”. Mas para viver é necessário sobretudo comida e bebida, moradia, roupa e algo mais. Assim, o primeiro ato histórico é a produção de meios indispensáveis para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. (...)

O segundo ato é o fato de que a própria necessidade satisfeita, a ação

1 Na ausência de textos já traduzidos, todas as citações de Marx e Engels são traduzidas do russo e não do original. As indicações de tomo e página também se referem à segunda edição das *Obras Completas* de Marx e Engels em russo.

para essa satisfação e o meio adquirido para a satisfação geram novas necessidades e esse surgimento de novas necessidades se constitui no primeiro ato histórico. (...)

A terceira relação, desde o início já incluída no curso do desenvolvimento histórico, está em que as pessoas, reproduzindo diariamente sua própria vida, começam a produzir novas pessoas, a reproduzir-se: esta é a relação entre marido e mulher, pais e filhos, família. Esta família, que no princípio era a única relação social, mais tarde, quando as necessidades multiplicadas criam novas relações sociais e a população multiplicada, novas necessidades, se torna (com exceção da Alemanha) relação subordinada e deve ser analisada e estudada de acordo com os dados empíricos existentes e não de acordo com o “conceito de família”, como em geral o fazem na Alemanha. Estes três aspectos da ação social devem ser analisados não como três estágios diferentes (ou seja, como uma seqüência temporal, V.R.), mas justamente como três aspectos ou, para que os alemães o entendam, como três “momentos” que existiram juntos desde o início da história, desde os tempos do homem primitivo e os quais têm significado na história até hoje.

Assim, a produção da vida tanto a própria, por meio do trabalho, quanto a alheia, por meio do nascimento, surge já na qualidade de relação dual (relação dual desde o início é justamente dialética do ser, V.R.): por um lado, como relação natural, por outro, como relação social, social no sentido da cooperação entre vários indivíduos, não importa sob que condições, de que forma e com que fins. Daí segue que determinado modo ou nível de produção sempre está relacionado com determinado modo de ação conjunta, com determinado nível social (já o próprio modo de ação conjunta é a “força produtiva”), que o conjunto das forças produtivas acessíveis aos indivíduos determina o estado social e que, conseqüentemente, a “história da humanidade” sempre deve ser estudada e trabalhada em correlação com a história da produção e troca. (...) Desta forma, desde o início se identifica uma ligação material dos indivíduos entre si, ligação que é determinada pelas neces-

sidades e pelo modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios indivíduos, ligação que assume novas formas e, por conseguinte, se constitui em “história”, e não necessita da existência de qualquer bobagem política ou religiosa para unir os indivíduos.

Somente agora, depois de analisar os quatro momentos, quatro lados das relações primárias, históricas, descobrimos que o homem possui ainda “consciência” (...) Consciência, portanto, é, desde o princípio, produto social e continua sendo enquanto existem as pessoas. Consciência, claro está, é no início a percepção do meio sensitivo mais próximo e percepção da ligação limitada com outras pessoas e coisas que se encontram fora do indivíduo que começa a perceber a si mesmo; ao mesmo tempo, ela (a percepção da natureza, que inicialmente se contrapõe às pessoas como força completamente alheia, todopoderosa e inabalável, com a qual as pessoas se relacionam de forma animal e se submetem ao seu poder como rebanho) é percepção puramente animal da natureza (mistificação da natureza).

Portanto, a mistificação da natureza ou esta determinada relação para com a natureza está determinada pela forma social e vice-versa. A igualdade entre natureza e homem se encontra também na ligação limitada dos indivíduos com a natureza, determina sua ligação limitada entre si e ao contrário. Isso porque a natureza praticamente não foi modificada pelo desenrolar da história, mas, por outro lado, a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos é a consciência de que o homem vive em sociedade. Este princípio tem um caráter tão animal quanto a própria vida social neste estágio; esta é a consciência de rebanho, e aqui a única diferença entre o homem e o carneiro é que o instinto é substituído pela consciência ou então que o seu instinto é percebido. Esta consciência tribal se desenvolve em seguida graças ao crescimento da produtividade, das necessidades e da população. Ao mesmo tempo, se desenvolve a divisão do trabalho que, no princípio, era somente a divisão do trabalho durante o ato sexual e depois se transformou em divisão do trabalho em si mesma ou “surgida natu-

ralmente” graças a dotes físicos, necessidades, casualidades etc. A divisão do trabalho se torna divisão de fato somente a partir do momento em que surge a divisão entre trabalho material e espiritual. A partir daí, a consciencia pode realmente imaginar-se como algo distinto da consciência da prática existente, que ela pode realmente imaginar algo que não tenha a ver com o que existe. (...)

Resumindo, é absolutamente indiferente o que a consciência possa fazer. Os três momentos indicados – força produtiva, estado social e consciência – podem e devem entrar em contradição um com o outro porque a divisão do trabalho o torna possível, e também que ação material e espiritual, prazer e trabalho, produção e consumo sejam distribuídos de forma desigual; conseguir que uma não entre em contradição com a outra é possível somente pela extinção da divisão do trabalho. (...)

Junto com a divisão do trabalho, que contém todas essas contradições e que, por sua vez, se fundamenta na divisão do trabalho surgida naturalmente dentro da família e na decomposição da sociedade em famílias separadas, em contradição umas com as outras, surge a distribuição desigual de trabalho e produtos (tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo); conseqüentemente, está dada a propriedade, cujo embrião e forma inicial se encontram ainda na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, se bem que ainda primitiva e encoberta, é a primeira forma de propriedade que, diga-se de passagem, já neste estágio corresponde completamente à definição dos economistas modernos, segundo os quais propriedade é a disposição de força de trabalho alheia. A divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: em um caso se fala da ação e, no outro, do fruto da ação. (T.3, p.26-31)

O surgimento da classe operária não é casual, mas o resultado objetivo da divisão natural do trabalho e do desenvolvimento da consciencia que corresponde a essa divisão. Assim como a divisão do trabalho e a consciencia surgem juntos, também a classe dos produtores e a classe não-produtiva surgem juntamente com a divisão entre o trabalho material e espiritual. Com o surgimento da “divisão real” do trabalho começa a verdadeira história da classe operária. Não está excluído que no período inicial da história da classe operária seus membros gozassem de vantagens. Mas nesta unidade de contrários existe a possibilidade de distribuição inversa, que se concretiza na medida do desenvolvimento das duas formas de trabalho. Inicia-se um processo em que a classe do trabalho espiritual adquire a função de disposição de força de trabalho alheia. O desenvolvimento das forças produtivas leva a modificação das formas dessa disposição. Os dispostores garantem um maior consumo e maior gozo da vida, tanto em quantidade, como em qualidade. Para a classe operária resta o trabalho material, que é recompensado com uma menor quantidade e pior qualidade de produtos desse mesmo trabalho material. Ao invés do gozo, lhes resta a exaustão. A história real da classe operária se encerra com a eliminação da “divisão real”. É lógico que somente a própria classe operária pode realizar essa eliminação ao conscientizar-se das conseqüências do desenvolvimento das forças produtivas da humanida-

de sem o respeito à lei geral da natureza.

Depois dessa investigação, feita pelos fundadores do marxismo, não há necessidade de dar uma definição geral de classes. Caso contrário, seria necessário incluir nesta definição as classes existentes antes do surgimento da classe operária (por exemplo, as classes exogâmicas croques e cumitas). Deve-se notar que a investigação histórica feita por Marx e Engels nos permite definir os limites da aplicação do conceito leninista de classes. Estes limites coincidem com os limites da existência da classe operária. E, por fim, notemos que temos diante de nós um exemplo notável de aplicação da dialética materialista, não só para o conhecimento do movimento da humanidade, mas também para o entendimento da própria dialética materialista.

Sociedade não-comunista

Agora tentemos encontrar a diferença entre a sociedade comunista e a não-comunista. Investigando o modo capitalista de produção, Marx descobriu o trabalho adicional e chegou à conclusão de que existiam formações econômicas sociais. No primeiro tomo de *O Capital*, terceira parte, capítulo sétimo, Marx escreve:

Nós já vimos que o operário, durante uma parte do processo de trabalho, produz somente o valor de sua força de trabalho, ou seja, o valor dos meios essenciais para viver (...) Por isso, o tamanho da mais valia é a expressão exata do nível de exploração da força de trabalho pelo capital ou do operário pelo capitalista.

Quero chamar a atenção para a frase “este trabalho adicional (materializado, V.P.) é extraído do produtor direto, do operário”. Durante a escravidão, servidão, trabalho assalariado capitalista e em geral, sob qualquer formação econômico-social conhecida ou desconhecida, o trabalho adicional é extraído do operário. Justamente a palavra “extrair” expressa a diferença qualitativa entre a sociedade comunista e a não-comunista. A extração de trabalho adicional materializado do operário, segundo Marx, é igual à exploração. Na sociedade comunista pode ha-

ver trabalho adicional, pode haver camadas não-produtivas da sociedade, mas não há extração de trabalho adicional materializado (material) ou não-materializado (espiritual, intelectual), não há exploração.

A introdução da “lei geral da natureza” e do conceito de “formação econômico social” na teoria da história diferencia radicalmente a teoria marxista da sociedade de qualquer outra teoria da história, e permite destacar no comunismo a fase socialista, na qual a classe operária transforma de maneira consciente a sociedade, conduz o não-comunismo ao comunismo e prepara as condições para a extinção das “camadas não-produtivas da sociedade” e, conseqüentemente, para a extinção da ditadura da classe operária e da própria classe operária.

Desta forma, a história teórica da humanidade abrange em menor escala cinco etapas ordinárias: comunismo primitivo – sociedade em que todos os indivíduos capazes são produtores (operários); socialismo primitivo – segunda fase do comunismo primitivo, na qual existem em unidade a classe de produtores (classe operária, classe do trabalho material) e a classe não-produtiva (classe do trabalho espiritual), mas não existe extração de trabalho, ou seja, não há exploração; sociedade não-comunista – sociedade de exploração, de extração de trabalho adicional de diferentes formas, que surgem na medida do aparecimento de novas forças produtivas; socialismo futuro – primeira fase da futura sociedade comunista. Nesta fase, a divisão real do trabalho se mantém, assim como a unidade da classe operária e da classe do trabalho espiritual, mas não há extração de trabalho adicional, não há exploração; e, finalmente, o comunismo futuro, no qual a lei geral da natureza é observada conscientemente, não só entre a classe operária, mas na sociedade como um todo.

O exposto acima permite julgar o quão longe do marxismo estão os adeptos da “teoria” do socialismo na URSS. Por um lado, afirmam que na URSS não havia exploração, por outro, reconhecem o contrário: que o socialismo é uma formação econômico-social.

Formação econômico-social capitalista: burguesia e proletariado

Sob a forma capitalista de extração de trabalho adicional, a classe dos capitalistas existe em união indissolúvel com a classe dos proletários. Ao mesmo tempo, não tem significado a existência de outras formações econômico-sociais. Assim que o servo, por exemplo, consegue por algum tempo libertar-se da vigilância e vender sua força de trabalho, mesmo que seja a outro servo, para a produção de mercadorias, ele se torna um proletário. Ao mesmo tempo, o outro servo se torna burguês (não confundir com pequeno-burguês, que não vende nem compra força de trabalho, mas sim produz e vende mercadorias). Capitalista e proletário nascem onde e quando alguém compra força de trabalho livre para a produção de mercadorias (livre pelo menos durante o tempo de trabalho para este capitalista).

Para os leitores russos, que durante o trabalho com definições, se limitam a dicionários enciclopédicos e análises lexicais das palavras, e que não se acostumaram a conferir o sentido das definições sobre a base da pesquisa dos fatos materiais, faço uma observação: na maioria dos casos, ao partirem da tradução ao russo da nota explicativa ao capítulo “Burguesia e Proletariado” do *Manifesto Comunista*, igualam os conceitos de proletariado e classe operária. Reproduzo essa nota em alemão e a tradução que, em geral, se faz ao russo:

Em alemão: “Unter Bourgeoisie wird die Klasse der modernen Kapitalisten verstanden, die Besitzer der gesellschaftlichen Produktionsmittel sind und Lohnarbeit ausnutzen. Unter Proletariat die Klasse der modernen Lohnarbeiter, die, da sie keine eigenen Produktionsmittel besitzen, darauf angewiesen sind, ihre Arbeitskraft zu verkaufen, um leben zu können.”

Em russo, isso significa: “Por burguesia se entende a classe dos capitalistas modernos, possuidores dos meios de produção e que empregam trabalho assalariado. Por proletariado se entende a classe dos operários assalariados modernos, privados dos seus próprios meios de produção e obrigados a vender sua força de trabalho para viver.”

A palavra “der Lohnarbeiter” foi traduzida ao russo como “operário assalariado”. Em outra parte do *Manifesto*, a mesma palavra tem outra tradução:

“Sie (Bourgeoisie, V.R.) hat den Artz, den Juristen, den Pfaffen, den Poeten, den Mann der Wissenschaft in ihre bezahlten Lohnarbeiter verwandelt.”

“Ela (a burguesia, V.R.) transformou o médico, o advogado, o padre, o poeta, o cientista, em seus trabalhadores assalariados.”

Nesta parte do *Manifesto*, a palavra “der Lohnarbeiter” foi traduzida como “trabalhador assalariado”. Qual das traduções é correta? Para resolver este problema, recorreremos ao idioma original a partir do qual foi feita a tradução alemã. Engels escreveu em sua nota para a edição inglesa de 1888 do *Manifesto*:

“By bourgeoisie is meant the class of modern capitalists, owners of the means of social production and employers of wage-labor. By proletariat, the class of modern wage-labourers who, having no means to production of

their own, are reduced to selling their labour-power in order to live.”

A palavra “der Lohnarbeiter” no primeiro caso está traduzida de russo incorretamente. Em lugar de “trabalhadores assalariados”, foi traduzida como “operários assalariados”. Em inglês, a palavra “operário” se traduz como “worker”. O erro na tradução para o russo no primeiro caso é explicável: em russo, e também em alemão, as palavras “trabalhador” e “operário” têm o mesmo radical. Ao traduzir-se do inglês ao russo, este erro se torna impossível, pois as palavras “labor” e “worker” têm radicais diferentes. Na outra parte do *Manifesto* a tradução foi feita corretamente, pois se fosse traduzida de outra forma, mudaria completamente o sentido da frase.

Sofre também de tradução imprecisa todo um trecho do primeiro tomo, quinta parte, capítulo 14 de *O Capital*. Segundo Marx, o conceito de trabalho produtivo sob a formação econômica capitalista se estreita. O professor escolar é para o capitalista “operário produtivo”, na medida em que ele não só trabalha a cabeça das crianças, mas também se esgota no trabalho para enriquecer o empresário”. Deve-se prestar especial atenção às palavras de Marx de que o conceito de operário produtor sob o capitalismo, que serve para o “operário conjunto, tomado como algo único” “não serve mais para cada um de seus membros, tomados em separado”. O operário conjunto do capital como um único produtor de mais valia é a unidade dos contrários, unidade da classe dos produtores materiais e espirituais, por mais úteis ou mais prejudiciais que seja o produto em separado desta classe para a classe dos produtores materiais. Eis a tradução corrigida do trecho acima citado:

“Enquanto o processo do trabalho é puramente individual, um mesmo operário reúne todas as funções que mais tarde se dividem (...)”

Até onde diz: “Se este último vai investir seu capital numa fábrica para a educação ou numa fábrica de salames, não faz diferença alguma.”

Aqui vemos que os operários assalariados e

funcionários assalariados, que têm a mesma essência em relação ao capitalista (proletária, ou seja, produção de mais valia), se diferenciam entre si. A classe operária é a classe de produtores, os funcionários baixos e dirigentes são as “camadas não-produtivas”. O capital, unindo-os na produção de mais valia, cria o operário conjunto.

O proletariado e a burguesia como classes surgem na sociedade com tal ligação produtiva que uma não pode existir sem a outra. Por isso, as mudanças qualitativas dentro da burguesia, a medida da concentração de capital, se refletem obrigatoriamente no proletariado. Ao surgir em sua maioria como classe de operários assalariados, o proletariado, como o conhecemos, a julgar pelo *Manifesto*, suga para dentro de si, com o fim de aumentar o capital, não só o médico, advogado, padre, cientista, mas também a burocracia da produção que cumpre as funções do capitalista, entregues a ela por esses mesmos capitalistas que, com isso, se tornam uma classe superflua e deixam de extrair trabalho adicional materializado da classe operária. Para isso, utilizam os conhecimentos profissionais dos funcionários-gerentes, dos quais compram a força de trabalho. Engels escreve sobre a dualidade do proletariado em seu já citado artigo “Classes Sociais Necessárias e Desnecessárias”:

A função econômica da classe capitalista consiste em criar o sistema moderno de fábricas e estradas e destruir todos os obstáculos econômicos e políticos que retardam ou freiam este sistema. Não resta dúvida de que, enquanto a classe capitalista cumpriu essa função foi, sob aquelas condições, uma classe necessária. Mas isto ainda é assim? Ela continua a cumprir sua importante função de dirigente da produção social, expandindo-a em interesse da sociedade de conjunto? Vejamos.

Começamos pelos meios de comunicação. O telégrafo está nas mãos do Estado. As estradas de ferro e parte importante dos navios pertencem a companhias de ações. Os negócios destas companhias são dirigidos por indivíduos assalariados, funcionários que, em essência, não

se diferenciam dos operários privilegiados e mais bem pagos. No que diz respeito aos diretores e acionistas, tanto uns como outros sabem que quanto menos os primeiros interferirem na direção dos negócios e os segundos, na fiscalização, melhor para a empresa.

Uma fiscalização débil e, na maioria das vezes, negligente é a única função que se mantém nas mãos dos proprietários das empresas. E, assim, vemos que, na verdade, os capitalistas, proprietários dessas imensas empresas não cumprem nenhuma função, a não ser a de receber a cada seis meses o dinheiro referente aos lucros. A função social do capitalista passou, neste caso, para as mãos dos funcionários assalariados, e o capitalista continua a pôr no bolso em forma de dividendos a recompensa por essa função, embora tenha deixado de cumpri-la. (T.22, p.432)

O ponto final na questão da divisão do proletariado, Engels coloca na carta ao Congresso Internacional de Estudantes Socialistas, escrita no final 1893:

“...Que vossos esforços levem aos estudantes a consciencia de que justamente de vossas fileiras deve sair o proletariado do trabalho intelectual, que será chamado a estar ombro a ombro com seus irmãos operários, ocupados com o trabalho físico, e a cumprir um importante papel na revolução que se aproxima.” (T.22, p. 432)

Conclusões


A aplicação da teoria marxista da história na análise do problema da classe operária e do proletariado nos permite tirar as seguintes conclusões:

1. As pré-condições do surgimento da classe operária (=classe dos produtores=classe do trabalho material) e da classe do trabalho espiritual é o desenvolvimento da consciência no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Ambas as classes surgem ao mesmo tempo, assim que o trabalho da cabeça se separa do trabalho das mãos, que o trabalho espiritual se separa do material.

2. Antes do surgimento das primeiras formações econômico-sociais e, mais adiante, antes do desenvolvimento das relações mercantis, da compra de força de trabalho livre para a produção de mercadoria, o proletariado como antítese da burguesia não existe, como não existe tampouco a burguesia. O proletariado e a burguesia, bem como a classe do trabalho material e espiritual, surgem ao mesmo tempo, duplamente. A burguesia desenvolve o proletariado, aumenta nele o número de proletários do trabalho intelectual, os funcionários, entregando a estes suas funções econômicas e transformando a si mesma em uma classe social desnecessária. O proletariado, por exemplo, na Rússia e na URSS como um todo, elimina a classe capitalista e, ao mesmo tempo, a si mesma como classe proletária. Na melhor das hipóteses, o proletariado surge e impede a extração burguesa do trabalho materializado adicional dos operários e não-materializado dos funcionários. Na pior das hipóteses, aquela parte do proletariado que extrai trabalho materializado do

operário apóia o empresariado e fortalece a classe de capitalistas com a burocracia da produção e estatal distribuindo ou vendendo por preços simbólicos a propriedade comum da burocracia da produção, propriedade esta disfarçada por seus ideólogos sob a forma de propriedade social ou socialista. Em lugar do predomínio quase absoluto de uma única formação econômico-social, tem-se, então, o domínio de duas formações econômicas e sociais. Na história há outros exemplos deste tipo, onde provavelmente o mais expressivo seja o dos EUA na época da guerra civil, quando o capitalismo e a escravidão coexistiam.

3. A eliminação do proletariado não leva à eliminação da classe operária enquanto existam outras formações econômicas e sociais (por exemplo, a escravidão penitenciária, trabalho forçado de indivíduos não-livres na URSS) e mais adiante, até que a classe operária possa cumprir as funções que cumprem os funcionários, transformando assim a classe dos funcionários em uma classe social desnecessária.

4. A história da classe operária, como mostra a teoria marxista da história, é mais abrangente que a história do proletariado, da qual ela faz parte e, por isso, os conceitos de classe operária e proletariado não podem ser iguados 

“A partir das revoluções do Leste começa um debate entre milhares de lutadores no mundo inteiro. No início, era um debate restrito às organizações e o meio acadêmico. Mas hoje esse debate penetra, profundamente, na revolução equatoriana, na insurreição de Cochabamba, nas greves sul-africanas, nas lutas dos estudantes indonésios, mexicanos ... O que está em discussão? Absolutamente tudo, tanto no terreno teórico como no político. O caráter dos países do Leste. O papel de Cuba. O papel do imperialismo. A validade da revolução socialista, do partido, da luta de classes, da violência revolucionária. *Marxismo Vivo*, continuando e aprofundando o trabalho iniciado pela Revista do Koorkom, nasce para colocar-se a serviço desse debate programático. Vale a pena esclarecer que as forças que integram o Koorkom participam dele com uma posição determinada: a defesa do marxismo”.

Marxismo Vivo